



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RICARDO FEITOSA DE CARVALHO

A Formação de Capital Social entre os Agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas - PI

**BRASÍLIA – DF
2012**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RICARDO FEITOSA DE CARVALHO

A Formação de Capital Social entre os Agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas - PI

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração – Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, do Programa de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Remi Castioni.

BRASÍLIA – DF

2012

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília
Número de acervo 992111

C331f Carvalho, Ricardo Feitosa de.
A formação de capital social entre os agentes de DRS
: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas
à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento
Vale do Guaribas-PI / Ricardo Feitosa de Carvalho.--
2012.
xx, 210 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Remi Castioni.
Dissertação (mestrado)-Universidade de Brasília,
Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Capital social (Sociologia). 2. Ensino profissional.
3. Comunidade - Desenvolvimento. I.Castioni, Remi (orient.).
II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RICARDO FEITOSA DE CARVALHO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A Formação de Capital Social entre os Agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas - PI

Banca Examinadora:

Prof.Dr. Remi Castioni
Universidade de Brasília – UnB
Orientador

Profª Drª Olgamir Francisco de Carvalho
Universidade de Brasília – UnB
Membro Interno

Prof.Dr. Moisés Villamil Balestro
Universidade de Brasília – UnB
Membro Interno

Profª Drª Sonia Marise Salles Carvalho
Universidade de Brasília – UnB
Membro Suplente

BRASÍLIA – DF

2012

Aos Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRSs) das comunidades rurais do Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas - PI.

Aos apicultores da MELCOOP, COMPAI e COOPIX, cooperativas apícolas filiadas à CASA APIS.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas contínuas bênçãos recebidas e por iluminar minhas escolhas.

Aos meus pais, Benito Carvalho (*in memoriam*) e Raimunda F. de Carvalho, pelo zelo por minha formação e pelos ensinamentos e valores transmitidos que me servirão de espelho por toda a vida.

À Conceição de Maria M. de M. Carvalho, minha esposa, por ter despertado em mim a capacidade de realizar os meus sonhos. Pelo grande amor que nos une, tenho certeza de que sempre posso contar com o seu apoio.

Aos meus filhos Tadeu M. de Carvalho e Taís M. de Carvalho, com muito amor, pelos melhores momentos que a vida me oferece e pelo prazer de sempre estarmos juntos.

Aos meus familiares e amigos, pelas demonstrações de carinho e pelo apoio quanto aos caminhos a trilhar. A torcida constante de vocês me possibilitou chegar até aqui.

Ao professor Marcílio Flávio Rangel de Farias (*in memoriam*), expresse minha admiração pelo grande educador que foi em vida. Que seu exemplo de pessoa humana continue brilhando entre nós.

Aos amigos e colegas do IFPI (*campi* Picos/Teresina Zona Sul e Sede), do IDB e do CESVALE, pelas ricas experiências compartilhadas e pelas palavras de incentivo.

Aos gestores do IFPI, do IDB e do CESVALE, em especial aos professores Francisco das Chagas Santana e Maria Stela Rangel da Silva, expresse minha gratidão pelo apoio incondicional para a concretização do meu sonho de ser mestre.

Aos meus alunos do IFPI, (*campi* Picos/Teresina Zona Sul), do IDB e do CESVALE, pelos laços que criamos e pela troca de saberes.

Aos amigos e colegas da turma três do mestrado acadêmico, pelo compartilhamento de conhecimentos, especialmente ao José Valdir e ao Pacheco, que juntos partilhamos momentos no amadurecimento de nossos trabalhos de pesquisa.

A todos os professores do PPGE-FE/UnB, pelas discussões acadêmicas e pelas marcas indeléveis que deixaram nos alunos do mestrado, particularmente aos professores doutores Bernardo Kipnis, Olgamir Francisco de Carvalho e Remi

Castioni, pelas valiosas ponderações teóricas sobre os desafios das políticas públicas e da gestão da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Remi Castioni, por quem nutro uma grande estima, registro os meus agradecimentos pela orientação durante todo o percurso do trabalho de pesquisa, traduzida na condução das discussões teórico-metodológicas sobre o tema e no incentivo em relação ao objeto de estudo.

Aos demais membros da Banca Examinadora da dissertação, Prof^a Dr^a Olgamir Francisco de Carvalho e Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro, pelas críticas, sugestões e opiniões na apreciação do trabalho, sempre pertinentes.

A todos os funcionários da Coordenação do PPGE (FE/UnB), pelo exemplo de profissionais dedicados e pela presteza no atendimento às demandas dos alunos da pós-graduação.

Ao Antonio C. Machado Neto (analista em desenvolvimento sustentável e agronegócios do Banco do Brasil) e ao professor Fábio Nóbrega (coordenador da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da UFPI), pelo inestimável apoio na busca de evidências empíricas para a realização da pesquisa que fundamentou este trabalho.

Aos engenheiros agrônomos Reginaldo de S. Lacerda (supervisor ADRS) e Rejane M. V. Sousa (auxiliar de coordenação local do Projeto Comunicação e Mobilização da CASA APIS), pela colaboração para a realização da pesquisa de campo com os ADRSs das cooperativas apícolas MELCOOP, COMPAI e COOPIX.

A todos os gestores da CASA APIS e aos representantes de órgãos ou entidades parceiras da Central de Cooperativas que participaram como sujeitos da pesquisa (IFPI, BB, SEBRAE-PI e ITES/UFPI), pelo compromisso com o Projeto do EES CASA APIS e pela disposição com que nos ajudaram na condução do estudo de caso e da pesquisa documental.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Agradeço.

“ [...] na CASA APIS, a gente já começou pegando o exemplo das abelhas: se elas trabalham de forma organizada, por que a gente não pode fazer o mesmo?” (ADRS da CASA APIS, associado à MELCOOP e membro da associação de moradores e de pequenos produtores da comunidade Retiro de Baixo. Simões-PI, julho/2011).

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar o papel da educação profissional e tecnológica, realizada pelo BB/DRS e SEBRAE-PI na formação de capital social entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) que atuam nas comunidades rurais das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas - PI. A dissertação apresenta no primeiro capítulo a discussão teórica sobre o conceito de capital social. No segundo, tem-se uma reflexão sobre a relação trabalho e educação na perspectiva da educação profissional e tecnológica no Brasil. O terceiro capítulo, por sua vez, discute a relação capital social e educação profissional e tecnológica do campo. Em seguida, no quarto capítulo, faz-se uma análise da metodologia BB/DRS, enquanto estratégia de desenvolvimento regional sustentável aplicada na área da pesquisa. No quinto e sexto capítulos são apresentados, respectivamente, o histórico e contexto do lócus da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, realizada em uma abordagem de natureza quali-quantitativa. No capítulo 7, encontra-se a análise dos resultados da pesquisa, conduzida mediante a interpretação das diferentes fontes de dados e instrumentos metodológicos definidos pelo pesquisador, tomando como base as categorias de capital social apontadas nos estudos de Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006), estrutural e cognitiva, tendo em vista, ainda, o instrumental metodológico proposto por JACOBI et al. (2004) que permite ajustes de dimensões e variáveis para medir capital social em contextos específicos, como os da área pesquisada. Nesse sentido, considerando as diferentes fontes de dados da pesquisa e o resultado da análise das informações obtidas, bem como as evidências empíricas referentes ao estoque de capital social, percebeu-se que as ações educativas realizadas por órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS (BB/DRS e SEBRAE) com os ADRSs não são iguais na prática e apresentam resultados variáveis quanto à influência na formação de capital social. Contudo, o estudo evidenciou que as ações de educação profissional e tecnológica na área pesquisada vêm evoluindo na perspectiva do processo de elevação do estoque de capital social entre os ADRSs.

Palavras-chave: Capital social, educação profissional e tecnológica e educação do campo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of professional education and technology held by BB/DRS and SEBRAE-PI in the formation of social capital among the agents of sustainable regional development (ADRSs) working in rural communities of the affiliated cooperatives the CASA APIS, located in the Territory Development Guaribas Valley-PI. The dissertation presents the first chapter the theoretical discussion on the concept of social capital. In the second, there is a reflection on the relationship between work and education from the perspective of professional and technological education in Brazil. The third chapter, in turn, discusses the relationship between social capital and professional education and agricultural technology. Then in the fourth chapter, it is an analysis of the methodology BB/DRS as a strategy for sustainable regional development in the area of applied research. In the fifth and sixth chapters are presented, respectively, the history and context of the locus of research and the methodological procedures adopted in this survey, conducted in an approach to qualitative and quantitative nature. In Chapter 7, is the analysis of the results of the survey, conducted by the interpretation of different data sources and methodological tools defined by the researcher, based on the categories of social capital identified in studies of Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006), structural and cognitive, in view also the methodological tools proposed by JACOBI et al. (2004) which allows adjustment of dimensions and variables to measure social capital in specific contexts, such as the area surveyed. In this sense, considering the different sources of research data and the results of an analysis of information, as well as empirical evidence regarding the stock of social capital, it was noted that educational activities undertaken by partner agencies or entities CASA APIS (BB/DRS and SEBRAE) with ADRSs are not equal in practice and have variable results and the influence on social capital formation. However, the study showed that the actions of professional and technological education in the area have been investigated in view of the evolving process of increasing the stock of social capital between ADRSs.

Keywords: Social capital, and technological education and rural education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – DRS / Tripé da sustentabilidade DRS	65
Ilustração 2 – Parceria e ‘concertação’ segundo a metodologia DRS	68
Ilustração 3 – Fases da metodologia DRS do Banco do Brasil	69
Ilustração 4 – Macrorregiões do Piauí	87
Ilustração 5 – Territórios de Desenvolvimento do Piauí	87
Ilustração 6 – Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas: aglomerados municipais e municípios	88
Ilustração 7 – Estrutura de produção e comercialização da CASA APIS	96
Ilustração 8 – Foto da fachada principal do Instituto Centro de Tecnologia Apícola do Piauí (CENTAPI)	97
Ilustração 9 – Curso de capacitação de ADRSs, ministrado por representantes de órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS (foto)	98
Ilustração 10 – Atividade de orientação do ADRS aos apicultores de cooperativa filiada à CASA APIS, localizada em uma comunidade rural do TD Vale do Guaribas (foto)	98
Ilustração 11 – ADRS: distribuição por gênero	120
Ilustração 12 – ADRS: faixa etária	120
Ilustração 13 – ADRS: nível de escolaridade	121
Ilustração 14 – ADRS: situação de domicílio	122
Ilustração 15 – ADRS: rendimentos salariais	123
Ilustração 16 – ADRS: forma de ingresso da cooperativa filiada na estrutura da CASA APIS	130
Ilustração 17 – ADRS: participação em outros grupos, redes ou associações formalmente organizadas	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas-PI: município-sede e número de sócios	93
Tabela 2 – Exportações de mel 2010 / 2011 (jan.- maio): mundo (por país) e Brasil (por unidade da federação)	100
Tabela 3 – Levantamento das fontes dos dados da pesquisa de campo	112
Tabela 4 – ADRSs que atuam nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas-PI: município, comunidade rural, associação e cooperativa	128
Tabela 5 – Características organizacionais dos grupos de ADRSs: situação segundo os elementos religião, sexo, ocupação econômica ou profissão, nível educacional ou grau de escolaridade e grupo familiar ou parentesco	132
Tabela 6 – Capital social estrutural: importância da liderança no trabalho desenvolvido pela CASA APIS (%)	140
Tabela 7 – Principais benefícios em ser associado à Central de Cooperativas apícolas: visão dos ADRSs	145
Tabela 8 – ADRS: participação nas ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica realizadas na CASA APIS nos últimos 12 meses (ago./2010 – jul./2011): cursos, palestras e capacitações ministradas por órgãos parceiros (%)	150
Tabela 9 – Importância dos cursos, oficinas ou capacitações na formação do estoque de capital social entre os ADRSs: percentual de respondentes de acordo com as perguntas I e II	151
Tabela 10 – Nível de confiança dos ADRSs em relação à CASA APIS: percentual de respondentes de acordo com as perguntas III, IV e V	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de capital social, adaptações de Adler et Kwon (2000 apud BALESTRO, 2006)	36
Quadro 2 – Ações desenvolvidas no Programa SEBRAE de Redes Associativas	76
Quadro 3 – Programa da oficina de reciclagem ADRS	79
Quadro 4 – Oficina de reciclagem ADRS – Módulo I – Formação geral – Unidades de ensino e objetivos da aprendizagem	80
Quadro 5 – Oficina de reciclagem ADRS – Módulo II – Formação técnica – Unidade de ensino e objetivos da aprendizagem (Apicultura)	81
Quadro 6 – A MEXPAR e o Diagrama de Venn	83
Quadro 7 – Localização e nome das cooperativas filiadas à CASA APIS ...	93
Quadro 8 – Capital social: categorias e subcategorias segundo Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006) e JACOBI et al. (2004)	109
Quadro 9 – Planos de negócio DRS das agências do Banco do Brasil, localizadas no TD Vale do Guaribas-PI: principais ações a serem implementadas ou que estão sendo executadas na apicultura (criação de abelhas)	162
Quadro 10 – Oficina de reciclagem ADRS – Módulo I – Formação geral – Objetivos da aprendizagem e conteúdos programáticos	165
Quadro 11 – Oficina de reciclagem ADRS – Módulo II – Formação técnica (apicultura) – Objetivos da aprendizagem e conteúdos programáticos	166

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento de entrevista	189
APÊNDICE B – Questionário 1 – Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS)	191
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista 1 – Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS)	196
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista 2 – Diretor geral da CASA APIS	198
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista 3 – Representante do BB/DRS	199
APÊNDICE F – Roteiro de entrevista 4 – Representante do SEBRAE-PI	201
APÊNDICE G – Roteiro de entrevista 5 – Facilitador/moderador da oficina de reciclagem ADRS (Representante do BB/DRS)	203
APÊNDICE H – Roteiro de entrevista 6 – Representante da ITES/UFPI	205
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista 7 – Representante do IFPI	207

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Logomarca da CASA APIS	209
ANEXO B – Participação das associações de produtores e das cooperativas apícolas na estrutura da CASA APIS: principais atividades desenvolvidas	210

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEMEL	Associação Brasileira dos Produtores de Mel
ACMEL	Associação dos Pequenos Apicultores de Acauã
ADRSs	Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável
APL	Arranjo Produtivo Local
ASPILs	Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BM	Banco Mundial
BB/DRS	Banco do Brasil/Desenvolvimento Regional Sustentável
BNB	Banco do Nordeste
CASA APIS	Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro
CENTAPI	Instituto Centro de Tecnologia Apícola do Piauí
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CESVALE	Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba
COCAJUPI	Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COOMAJ	Cooperativa Mista Agroindustrial de Jaicós
COMPAI	Cooperativa dos Apicultores de Itainópolis
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOMIBA	Cooperativa Mista e Industrial do Povoado Baixio
COOPIX	Cooperativa dos Apicultores de Pio IX
CRFB-88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CS	Capital Social
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EFPT	Escola de Formação Paulo de Tarso
EMATER-PI	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FBB	Fundação Banco do Brasil
FEAPI	Federação das Entidades Apícolas do Estado do Piauí
FE/UnB	Faculdade de Educação da Universidade de Brasília
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
GASPIL	Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
ICCO	Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB	Instituto Dom Barreto
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ITES/UFPI	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Piauí
MEC	Ministério da Educação
MELCOOP	Cooperativa dos Produtores de Mel de Padre Marcos
MEXPAR	Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MICT	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MINTER	Ministério da Integração Nacional
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROAGRO Mais	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar
PROMEL	Programa Nordeste de Geração de Trabalho e Renda e de Promoção do Desenvolvimento Regional Sustentável com foco na cadeia produtiva do mel
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
QI-MCS	Questionário Integrado para Medir Capital Social
REDE CERTIFIC	Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
REDESIST	Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

REDE UNITRABALHO Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa Sobre o Trabalho

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEBRAE – UC Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Universidade Corporativa

SEPLAN Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí

SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESCOOP Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SETEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TD Território de Desenvolvimento

TS Tecnologia Social

UNISOL BRASIL União e Solidariedade das Cooperativas do Brasil.

UFPI Universidade Federal do Piauí

UnB Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicamp Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 CAPITAL SOCIAL	24
1.1 Capital social: base de reflexão da sociologia econômica	24
1.2 Capital social: abordagens teóricas	28
2 RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA .	38
2.1 O significado da relação trabalho e educação na sociedade capitalista e a formação profissional e inovação tecnológica no Brasil: reestruturação produtiva, novos paradigmas produtivos e mudanças no mundo do trabalho	38
3 CAPITAL SOCIAL, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO CAMPO	44
3.1 Educação formal e não formal, capital social e educação do campo	44
3.2 A relação trabalho e educação ante ao ‘novo’ desenvolvimento territorial rural brasileiro	52
3.3 O Brasil e os desafios de uma educação profissional do campo para o desenvolvimento sustentável	58
4 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL E SEU MÉTODO	64
4.1 O Banco do Brasil e a estratégia DRS (estratégia de desenvolvimento regional sustentável): principais aspectos	64
4.2 Metodologia BB/DRS: ‘concertação’, fases, abrangência e público-alvo das ações	67
4.3 Agente de desenvolvimento regional sustentável (ADRS): modelo de atuação, perfil e atribuições	71
4.4 Oficinas de reciclagem e cursos de capacitação dos ADRSs e do Gestor (supervisor ADRS) em parceria com o BB e SEBRAE: ações educativas de EPT baseadas na metodologia DRS (BB/DRS)	73
4.4.1 As ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica baseadas na metodologia DRS (BB/DRS) e a atuação do SEBRAE-PI	75
4.4.2 Oficina de reciclagem de agente de desenvolvimento regional	

sustentável: uma avaliação necessária	77
4.4.3 A aplicação das técnicas num contexto participativo: a MEXPAR e o papel do mediador na capacitação dos atores sociais	83
5 HISTÓRICO E CONTEXTO DO LÓCUS DA PESQUISA	86
5.1 Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas–PI	86
5.2 Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS)	92
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	102
6.1 A operacionalização e a coleta dos dados da pesquisa	102
6.2 Os procedimentos de análise dos dados e resultados da pesquisa	113
7 FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL ENTRE OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: FORMULAÇÕES TEÓRICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	119
7.1 Perfil socioeconômico dos ADRSs pesquisados	120
7.2 A formação de capital social entre os ADRSs pesquisados: evidências empíricas das categorias de capital social propostas por Uphoff (2000)	124
7.2.1 Categoria capital social estrutural	125
7.2.1.1 Subcategoria 1 – Formas de organização social ou características organizacionais dos grupos sociais	127
7.2.1.2 Subcategoria 2 – Rede de relações sociais	149
7.2.2 Categoria capital social cognitivo	156
7.3 A Formação de capital social entre os ADRSs pesquisados: evidências empíricas do estoque de CS a partir da análise dos Planos DRS/BB e dos conteúdos programáticos da oficina de reciclagem ADRS	161
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	177
APÊNDICES	188
ANEXOS	208

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas do século XX, a tendência mundial foi a de reduzir a importância do Estado não só como planejador, mas como regulador da economia. Nessa perspectiva, a crise do sistema capitalista, ocorrida ao longo das décadas de 1970 e 1980, e o esgotamento do keynesianismo, provocaram um rearranjo e o surgimento de uma nova forma de organização do capitalismo, caracterizada pela intensificação do processo de globalização.

Neste sentido, no Brasil, a partir da década de 1990, como parte da inserção do país na propalada globalização, houve a difusão de preceitos neoliberais. O Estado brasileiro passou a promover a abertura da economia nacional ao processo de globalização, adotando um conjunto de medidas em atendimento às determinações da política econômica internacional neoliberal, emanadas do Consenso de Washington, vista como um receituário para acelerar o desenvolvimento dos países, principalmente na América Latina. Logo, o neoliberalismo passou a ser associado ao Consenso de Washington, processo este denominado por alguns autores de Pensamento Único.

Desse modo, para garantir sua participação na governança global, o Brasil passou a cumprir normas e recomendações do Consenso de Washington, mediante a adoção de uma Agenda neoliberal, voltada para a redução do papel do Estado como planejador e regulador da economia.

Na prática, entre as principais medidas de caráter neoliberal implementadas no Brasil estão: a abertura comercial com a redução das barreiras alfandegárias, facilitando a entrada de mercadorias, capitais e serviços externos; a adoção da política de ajuste fiscal e de contenção do déficit público; a elevação das taxas de juros e a rigidez da política monetária; a redução da taxa sobre os fluxos financeiros; o 'enxugamento' da máquina administrativa do Estado, através da privatização de empresas estatais e da redução dos gastos públicos e dos investimentos sociais; a desregulamentação, através de alterações nas leis trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

Desta forma, a inserção do Brasil no Pensamento Único [da globalização] vem demandando a aplicação de uma política de ajustes estruturais com vistas à estabilização da economia e o aumento do superávit primário do país. Por

consequente nas últimas décadas, o ideário neoliberal passou a ser identificado com o debate sobre a emergência da globalização no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela reestruturação da produção capitalista e pela padronização das manifestações socioculturais e das formas de trabalho, ante uma realidade baseada na lógica homogeneizadora do capital.

Outrossim, diante da nova ordem internacional, o caráter ideológico da globalização centrou-se, cada vez mais, na exigência da liberdade de mercado como o único fator determinante do atual processo produtivo. Em vista disso, os teóricos passam a defender a ideia de que o desenvolvimento socioeconômico deve ser estruturado em função do mercado e da integração econômica mundial, no interesse do capital e das corporações transnacionais, em detrimento dos interesses sociais e estatais, da economia e do poder econômico local, do consumo nacional e das relações sociais.

Portanto, a diminuição do papel do Estado como planejador e regulador da economia possibilitou a intensificação das discussões sobre a necessidade de aumento da participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento local, ampliando o debate, principalmente nos meios acadêmicos, sobre a importância do capital social.

Contudo, vale destacar que a noção de capital social não é nova, apesar de hoje se apresentar em um sentido de extrema contemporaneidade. Recentemente, a discussão a respeito do capital social e sua aplicação empírica ou operacionalidade revelou-se não apenas nos meios acadêmicos, através das pesquisas em várias áreas de conhecimento (sociologia, economia, educação, ciência política, direito, saúde, entre outras.), mas também, por conta da execução de projetos de desenvolvimento a partir da dimensão do capital social, despertou interesse das instituições internacionais, partidos políticos, governos nacionais e das organizações do terceiro setor, como as ONGs (Organizações Não Governamentais) e as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

Nessa direção, o empreendimento econômico solidário (EES) Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS) pode ser compreendido como um projeto de desenvolvimento executado conforme a dimensão do capital social dos territórios, uma vez que se apresenta como uma experiência inovadora, possuidora de uma dimensão de desenvolvimento ancorada em elementos de territorialidade estruturados a partir de uma rede de relações sociais baseada na

confiança, reciprocidade e cooperação, facilitando as ações coordenadas. Ademais, existem discussões teóricas que mostram a importância da formação e manutenção do estoque de capital social na coordenação de uma cadeia produtiva, contribuindo para o desenvolvimento e poder local.

No Território de Desenvolvimento (TD) Vale do Guaribas, o maior desafio dos produtores de mel e dos agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) é organizar melhor a coordenação da cadeia produtiva do mel, de maneira a favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos apícolas e promover o desenvolvimento local, resultando em vantagens econômicas e sociais com a geração de emprego e renda a partir da produção de mel, bem como com a integração de pequenos produtores rurais, através da participação destes como membros de cooperativas filiadas à Central.

Diante dessa nova realidade, vivenciada pelos associados à CASA APIS, a educação profissional e tecnológica (EPT) emerge e adquire maior importância no processo de desenvolvimento rural territorial. Igualmente, através das ações de educação profissional e tecnológica, o cooperativismo apícola da CASA APIS, organizado com o apoio de algumas entidades e órgãos parceiros que realizam atividades de formação profissional e inovação tecnológica, poderá resultar na definição de laços de confiança, reciprocidade e cooperação entre seus associados e dos associados com os ADRSs, acarretando o fortalecimento do capital social e a consolidação da governança do EES.

Por isso, esta pesquisa busca responder ao seguinte problema: A educação profissional e tecnológica realizada por entidades ou órgãos parceiros (BB/DRS e SEBRAE-PI) tem possibilitado a formação de capital social entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) que atuam nas comunidades rurais das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas - PI?

Outras questões emergem junto a esta, tais como: O conceito de capital social tem sido incorporado pelos ADRSs que atuam nas cooperativas da CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas - PI, como estratégia de promoção da confiança recíproca e fomento ao sentimento de pertencimento e de participação e ação coletiva? As ações educativas realizadas nas oficinas de reciclagem e capacitações organizadas pelo BB/DRS e SEBRAE-PI

têm criado condições para o *empoderamento* e formação de capital social entre os ADRSs?

Essas evidências (questão norteadora, delimitação do tema a ser estudado, justificativa da relevância do tema e o contexto do qual emerge, entre outras questões igualmente relevantes), justapostas à minha experiência como professor do Campus Picos do IFPI, importante parceiro da CASA APIS, localizado no entorno desta Central de cooperativas, concorreram para a delimitação do problema de pesquisa ora apresentado.

O estudo parte da hipótese de que as ações educativas realizadas pelo BB/DRS e SEBRAE-PI, por intermédio de capacitações e oficinas de reciclagem, propiciam aprendizados que favorecem a formação e manutenção do estoque de capital social entre os ADRSs que atuam nas comunidades rurais das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas.

Diante das questões preliminares expostas acima, o objetivo geral da dissertação é analisar o papel das ações de educação e formação profissional, realizadas pelo BB/DRS e SEBRAE-PI na criação do estoque de capital social entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) que atuam nas comunidades rurais das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas - PI.

Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: entender de que forma as ações educativas desenvolvidas por entidades e órgãos parceiros (BB/DRS e SEBRAE-PI) podem ser efetivas na formação de capital social entre os ADRSs que atuam nas comunidades rurais das cooperativas filiadas à CASA APIS, no TD Vale do Guaribas - PI; analisar a contribuição das capacitações, dos cursos e das oficinas de reciclagem para a formação de capital social entre os ADRSs pesquisados e, por fim, compreender a importância dos vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre os ADRSs para a construção e manutenção de capital social no âmbito da Central de cooperativas.

Desse modo, a escolha desse objeto de pesquisa, bem como sua relevância, decorre, também, da constatação da necessidade de uma maior reflexão a respeito da contribuição das inter-relações entre trabalho, educação e formação profissional do campo e sua importância como elemento de formação de capital social.

1 CAPITAL SOCIAL

“A partir do momento em que se tratam em comum os assuntos comuns, cada homem percebe que não é tão independente dos seus semelhantes quanto imaginava a princípio e, para obter o seu apoio, muitas vezes é necessário emprestar-lhe o seu concurso.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 389).

1.1 Capital social: base de reflexão da sociologia econômica

Nos fins do século XIX e início do século XX, a origem da sociologia econômica clássica encontra-se identificada, principalmente no pensamento de Weber, considerado um autor clássico da sociologia.

Para Weber, existe uma situação de complementaridade entre a economia e a sociologia econômica, uma vez que esta oferece condições para que a história seja considerada. Na segunda parte de sua obra *Economia e Sociedade*, no capítulo II, intitulado *Relações econômicas das comunidades (economia e sociedade) em geral*, Weber mostra sua visão a respeito do fato econômico como um fato social, afirmando que

As relações da ação social com a economia podem ser de natureza muito diversa. A relação social pode orientar-se, de acordo com o sentido de algum modo subjetivamente concebido pelos participantes, por resultados puramente econômicos: satisfação de necessidades ou lucro. Constitui, no caso, o fundamento de uma comunidade econômica. Ou pode servir-se da gestão econômica própria como meio de obter outros resultados pelos quais se orienta: comunidade de gestão econômica. Ou, na orientação de uma ação social, combinam-se resultados econômicos e extra-econômicos. Ou, por fim, pode não se verificar nenhum dos casos. (WEBER, tradução de BARBOSA. R; BARBOSA, K. E. 2000, p. 230).

Na mesma obra, Weber assevera que

[...] Uma ação social que não represente uma comunidade econômica ou uma de gestão econômica pode ser determinada, em seu nascimento, duração, natureza estrutural e de curso, por causas econômicas que remontam à situação econômica, sendo, neste

sentido, economicamente determinada. E essa ação, ao contrário, pode constituir um elemento causal de grande importância para a natureza e o decurso de uma gestão econômica, isto é, ser economicamente relevante. Na maioria das vezes, temos ambas as situações. Não é nada rara uma ação social que não representa uma comunidade econômica nem uma de gestão econômica. (WEBER, tradução de BARBOSA. R; BARBOSA, K. E. 2000, p. 230).

Para Swedberg (2003 apud STEINER, 2006, p.1), a sociologia econômica estuda os fatos econômicos, considerando-os como fatos sociais. Ela se dirige aos economistas e sociólogos, aconselhando-os a estudar estes fatos levando em conta sua dimensão de relação social sem esquecer, no entanto, a dimensão comportamento egoísta, questão central nessa problemática.

O economista e sociólogo Steiner (2006, p.1), complementa a discussão sobre o tema afirmando que ao contrário do movimento que leva as ciências sociais a decompor o trabalho intelectual, a particularizar as pesquisas, a sociologia econômica sugere que é preciso e vantajoso fazer com que as teorias econômicas e sociológicas se aproximem de modo a fornecer melhores explicações para os fatos econômicos. De acordo com este autor, o objetivo mais específico da sociologia econômica é analisar a construção social das relações de mercado (concebido de maneira ampla) e a origem (histórica) dos fenômenos econômicos.

Swedberg (2005, p. 287), no livro *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*, em sua análise sobre a visão weberiana e a sociologia econômica atual, sinaliza que o pensamento de Weber era no sentido de que a sociologia econômica deve cooperar com a teoria econômica, com a história econômica e com outras abordagens num quadro de um tipo abrangente de teoria econômica (ciência socioeconômica). Ou seja, o pensamento weberiano é o de que os fenômenos econômicos precisam ser analisados por meio de abordagens diferentes, cada uma delas com um papel próprio a desempenhar nos estudos da economia (principalmente a teoria econômica, a história econômica e a sociologia econômica).

Nessa mesma linha de raciocínio acerca da sociologia econômica, Abramovay (2007) observa que o fenômeno mais importante das ciências sociais contemporâneas reside na aproximação de suas duas disciplinas básicas (a economia e a sociologia), que passaram a maior parte do século XX – desde a morte de Marx Weber, até o início dos anos 1980 – de costas uma para outra.

Portanto, mesmo diante da contribuição de Weber e de outros cientistas sociais para a sociologia econômica clássica, até as décadas de 1970 e 1980, o debate em torno da combinação entre a economia e a sociologia não teve seguimento nos meios acadêmicos. Dessa forma, somente em meados dos anos 70 do século passado emergem debates entre essas duas áreas do conhecimento (a sociologia e a economia), configurando a denominada Nova Sociologia Econômica, termo cunhado por Mark Granovetter.

Granovetter, citado por Steiner (2006, p. x), tem duas ideias básicas como ponto de partida: a) a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; b) as instituições econômicas são socialmente construídas.

Contextualizando a nova sociologia econômica, Wilkinson (2002, p. 805) diz que a nova sociologia econômica é identificada com os trabalhos de Granovetter a partir dos anos 70 do século passado e que a novidade dessa nova abordagem é o seu projeto de explicar o funcionamento a partir de uma abordagem de redes sociais. A esse respeito, Wilkinson (2002, p. 806) destaca o artigo *Instituições Econômicas como Construções Sociais* (Granovetter, 1991), escrito em uma das formulações de Granovetter sobre os principais conceitos da nova sociologia econômica e suas implicações para a análise da vida econômica. Neste artigo, o autor desenvolve o enfoque de redes sociais, situando estas na tradição sociológica mais ampla de construtivismo social.

Mark Granovetter, considerado uma das maiores referências teóricas da nova sociologia econômica, buscou uma explicação para o funcionamento dos mercados a partir de uma abordagem de redes sociais, ou seja, deslocou o enfoque de seu trabalho para a noção de construção social, onde o tipo de rede social é correlacionado com a forma de funcionamento do mercado.

Como já foi dito, a nova sociologia econômica é identificada com os trabalhos de Granovetter a partir dos anos 70 do século XX, embasados na dinâmica dos mercados como extrapolações de redes sociais. Wilkinson (2002, p. 813), em sua análise sobre como as redes sociais exercem influência na organização dos mercados e no comportamento econômico, faz alusão ao pensamento de Granovetter, afirmando que para este autor:

A rede social não se coloca como a garantia de externalidades virtuosas face ao oportunismo intrínseco de comportamento individual. Na sua análise comparada da relação entre a configuração de redes sociais em distintos grupos étnicos e o surgimento de iniciativas empresariais, ele mostra como um excesso de obrigações sociais pode transformar empresas em simples organismos beneficentes. Nesses estudos, as distinções culturais são determinadas na conformação das redes, mas estas são mantidas como variáveis independentes, o que permite que Granovetter elabore uma tipologia da relação entre redes sociais e ação empresarial bem sucedida. Ele concluiu que as redes mais propícias à promoção de iniciativas empresariais são as caracterizadas por uma solidariedade forte, que, ao mesmo tempo, tem limites estreitos e bem definidos. (GRANOVETTER apud WILKINSON, 2002)

Portanto, na visão de Wilkinson (2002), os estudos de Granovetter avançaram na constatação da mediação da vida econômica por redes sociais para uma operacionalização que permite identificar algumas condições ou pré-condições sociais para a atividade econômica.

Castro (2004, p. 7), citando Granovetter, afirma que este autor estudou, também, a natureza dos laços de ligação entre os indivíduos, que se estabelecem dentro das redes. [...] Os laços fortes pressupõem muito tempo dedicado à relação, envolvimento emocional, confiança e reciprocidade. Os laços fracos pressupõem relações pontuais entre os agentes.

Assim, no dizer de Steiner, Granovetter caracteriza sua sociologia econômica por meio dos seguintes traços:

[...] a abordagem da sociologia econômica apóia-se em duas proposições sociológicas fundamentais: em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente. (GRANOVETTER, 1990, p. 95-96 apud STEINER, 2006, p. 28).

Portanto, as reflexões oriundas da sociologia econômica do início do século XX, como, por exemplo, as defendidas por Weber, juntamente com as definições decorrentes da nova sociologia econômica, como a proposta por Granovetter, mostram claramente que os conceitos de ação e instituição continuam fundamentais para o entendimento do processo de desenvolvimento da sociologia econômica.

Desta forma, prosseguindo com a ideia de sociologia econômica em suas abordagens clássica ou nova, pode-se afirmar que o conceito de capital social está na base de reflexão da sociologia econômica. A esse respeito, Steiner (2006, p. 82) diz que quando Weber (1905) apontava que o pertencimento a uma comunidade religiosa (no sentido de grupo que seleciona os indivíduos) constituía uma vantagem nas carreiras comerciais dos EUA no começo do século XX, esta constituía, também, uma forma de capital social.

Para finalizar, convém salientar, ainda, que na contemporaneidade a sociologia econômica busca seu caminho unindo análises sociológicas e econômicas de maneira a obter uma explicação melhor para os fatos socioeconômicos do que a explicação fornecida pela teoria econômica.

Neste sentido, a sociologia econômica vem se consolidando como o campo do conhecimento que pretende investigar como as relações econômicas são indissociáveis da realidade social, observando não somente a construção social dos mercados (financeiros, agrícolas, de trabalho, etc.), mas também a construção social dos territórios (rurais e urbanos) e o papel das redes sociais no funcionamento da vida econômica. Logo, para a sociologia econômica, os fenômenos econômicos devem ser analisados a partir da utilização de instrumentos e abordagens da sociologia.

1.2 Capital social: abordagens teóricas

A partir da década de 1990, os organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM) passaram a utilizar na avaliação de seus projetos de desenvolvimento quatro formas de capital:

[...] capital natural, isto é, os recursos naturais de que é dotado um país; capital financeiro, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infraestrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; capital humano, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, finalmente, **capital social**, que expressa, basicamente, **a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e**

redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. Segundo o Banco [Mundial], o capital social refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade. [...] (D'Araujo, 2003, p. 9-10, grifo nosso).

Dito isso, é importante lembrar que não serão discutidas aqui interpretações que procuram mostrar as três primeiras formas de capital elencadas acima: capital natural, capital financeiro e capital humano. Entretanto, dada a problemática suscitada no presente trabalho, bem como sua hipótese e seus objetivos referentes à relação trabalho – educação – capital social, e considerando ainda a importância do conceito de capital social e sua aplicação por diversos ramos do conhecimento (educação, sociologia, economia, política, direito, geografia, entre outros), faremos, a seguir, uma reflexão sobre as diferentes visões acadêmicas a respeito do conceito da forma de capital denominada capital social.

A denominação capital social foi citada de forma inédita no início do século XX, quando Lyda Judson Hanifan aplicou o conceito na descrição de centros comunitários de escolas rurais, em que se constatava que a situação de pobreza das pessoas era acompanhada pela diminuição da sociabilidade das relações de vizinhança entre a população local. Contudo, ao longo do século passado, a noção de capital social foi sendo redefinida por vários autores ou cientistas sociais, tornando-se um conceito bastante discutido nos meios acadêmicos, principalmente no tocante às ideias de *empoderamento*, cooperação, educação, descentralização, participação e governança local.

Marcello Baquero, através da observação de dois componentes que agem de forma integrada na compreensão do conceito de capital social, busca enfatizar o caráter polissêmico deste conceito, afirmando o seguinte:

O componente estrutural diz respeito à composição e às práticas das instituições locais, tanto formais quanto informais, que viabilizam o desenvolvimento local. A estrutura é construída por redes horizontais que geram um processo de tomada de decisões por parte da coletividade, onde a confiança mútua é fundamental. [...] O componente cognitivo diz respeito a valores, crenças, atitudes, normas sociais e comportamentos que se observam dentro das comunidades, tais como confiança interpessoal, solidariedade e reciprocidade. (BAQUERO, 2003, p. 30).

Desse modo, considerando a polissemia do conceito de capital social, e tendo em vista ser um tema bastante controverso e polêmico no âmbito acadêmico, nesta análise serão definidas apenas as concepções de alguns autores sobre a ideia de capital social. Assim, as abordagens teóricas sobre capital social serão analisadas a partir das dimensões conceituais defendidas por autores como *Pierre Bourdieu*, *James Coleman*, *Robert Putnam*, *John Durston* e *Ricardo Abramovay*. Este último, sociólogo brasileiro, professor da disciplina sociologia econômica do curso de economia (Universidade de São Paulo – USP/Faculdade de Economia) e autor de vários trabalhos sobre os mercados como construções sociais e o capital social e desenvolvimento territorial rural no Brasil.

Portanto, de agora em diante, o conceito de capital social será focado conforme a visão defendida por Bourdieu (1980), Coleman (1990; 1999), Putnam (1993; 1995; 2006), Durston (2003) e Abramovoy (2000).

Foi com Bourdieu, no início da década de 1980, que o conceito de capital social entrou definitivamente na agenda acadêmica internacional. Este autor definiu capital social como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou em outros termos, à vinculação a um grupo [...]. (Bourdieu, 1980 apud Catani e Nogueira, 2010, p. 67).

Assim, para Bourdieu,

O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Isso significa que, embora seja relativamente irreduzível ao capital econômico e cultural possuído por um agente determinado ou mesmo pelo conjunto de agentes a quem está ligado, o capital social não é jamais completamente independente deles pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade “objetiva” e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade. (BOURDIEU, 1980 apud CATANI e NOGUEIRA, 2010, p. 67).

Sobre o conceito de capital social, o sociólogo americano James Coleman, no final da década de 80 do século XX, afirmou que

O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura. (COLEMAN, 1990, p. 302 apud ABRAMOVAY, 2000, p.382).

Na direção do pensamento de Coleman, 1999 apud Silva Júnior, 2007, a confiança e a reciprocidade são dois pilares fundamentais na formação do capital social. Dessa forma, Silva Júnior cita Coleman, afirmando que para este autor:

O capital social deve ser entendido como um recurso para as pessoas e, sendo assim, ele é produzido a partir das mudanças das relações interpessoais que facilitam determinadas ações; dessa forma, o capital social depende da ação individual para a produção de um bem coletivo e é sustentado por dois pilares, a confiança e a reciprocidade. O mais interessante nesta perspectiva é que aqueles que geram capital social beneficiam-se apenas de uma pequena parte do todo que foi produzido. (COLEMAN, 1999: 39 apud SILVA JÚNIOR, 2007).

No tocante às definições de capital social no contexto educacional, formuladas por Bourdieu (1980) e Coleman (1990), temos que para aquele capital social pode ser visto como um agregado de recursos reais ou potenciais que apresentam vinculação a um grupo ou a um conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis, enquanto que na visão deste o capital social deve ser encarado como um conjunto de recursos intrínsecos na organização social comunitária e que são considerados úteis para o desenvolvimento social.

Mesmo diante das valiosas contribuições teóricas de Bourdieu e Coleman em torno da discussão a respeito da noção de capital social, podemos afirmar que a partir da publicação do livro de Robert Putnam, em 1993, intitulado *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna*, a ideia em torno do conceito de capital social, embora não seja tão nova, ganhou notoriedade, principalmente nos meios acadêmicos. Nessa obra, Putnam, professor de políticas públicas da Universidade de Harvard, buscou compreender as disparidades de desenvolvimento entre o norte e o sul da Itália. Assim, os estudos deste autor buscaram acompanhar o processo de implantação pioneira da descentralização administrativa na Itália.

O objetivo dos estudos de Putnam foi avaliar o impacto da descentralização na diminuição das desigualdades regionais na Itália. Nesta obra, o autor afirma que

se o governo local era, em tese, mais eficiente, seria de se esperar que resultasse em benefícios expressivos para as áreas mais atrasadas e carentes e, com isso, diminuíssem as desigualdades no país. (PUTNAM, 2006, p. 112).

Putnam, para explicar por que o Norte da Itália, ao contrário do Sul, soubera aproveitar-se melhor das vantagens da descentralização, recorreu, em sua análise, a um conjunto de variáveis como participação cívica, igualdade política, solidariedade, tolerância e práticas associativas. Desse modo, as variáveis utilizadas pelo autor apresentam uma aproximação muito intensa com a ideia de confiança como básica na formação e acumulação do capital social.

A conclusão da pesquisa realizada por Putnam foi que o capital social está definido por três fatores inter-relacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Para o autor, estes sistemas permitem às pessoas cooperar, ajudar-se mutuamente, zelar pelo bem público e promover a prosperidade. Ao contrário do capital natural e financeiro, o capital social (CS) constitui um bem público, não é apropriado por particulares, nem produz resultados individuais. Além disso, quanto mais se utiliza mais se acumula o capital social.

No capítulo 6 do livro *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna*, Putnam ilustra claramente o conceito de capital social e sua importância no desempenho institucional. Vejamos a seguir:

A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. (PUTNAM, 2006, p.177).

Nessa perspectiva de análise, Putnam afirma que o capital social facilita a cooperação espontânea. No mesmo sentido, Milani cita Putnam e destaca o seguinte: Putnam, por exemplo, salienta que, em uma comunidade ou uma sociedade abençoada por estoques significativos de capital social, redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua. (PUTNAM, 1995 apud MILANI, 2005, p.14).

Milani, dissertando sobre as abordagens teóricas que o tema capital social comporta, diz que Durston – em sua abordagem comunitária – identifica a confiança, a reciprocidade e a cooperação como variáveis do capital social, e lembra que

O capital social corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança e reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem. (DURSTON, 2003 apud MILANI, 2005).

Durston (2003 apud MILANI, 2005) indica, ainda, as seguintes tipologias do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.

Analisando a importância do capital social no processo de aquisição do poder, Abramovay (2000, p. 383) destaca que a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder (*empowerment*, na terminologia que vem se consagrando junto às organizações de desenvolvimento) e até de mudanças na correlação de forças no plano local.

Assim, para Abramovay (2000, p. 383), o capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região, possibilitando desse modo a formação do desenvolvimento territorial (dimensão territorial do desenvolvimento), ou até mesmo a construção social dos mercados.

Comentando sobre a importância do fortalecimento do capital social dos territórios para o desenvolvimento rural, Abramovay assevera que:

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. [...] O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios. **As populações como protagonistas dos mercados como construções sociais.** (ABRAMOVAY, 2000, p. 388, grifo nosso).

Milani, discorrendo sobre a teoria do capital social e desenvolvimento local, afirma que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é uma variável essencial, porém, não suficiente para ensejar o desenvolvimento local. (MILANI, 2005, p. 1).

O autor acima segue dizendo:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica intersetorial e transescalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural (MILANI, 2005, p.2).

O quadro-síntese abaixo (quadro 1) ajuda na compreensão do conceito de capital social e suas diferentes categorias de análise, oriundas da economia e de outras ciências sociais, sobretudo a ciência política, a sociologia e a antropologia.

Contudo, nessa perspectiva de interpretações diversas e de enfoques distintos a respeito do conceito de capital social, Balestro (2006, p. 29), defende a necessidade de superação do determinismo histórico presente em algumas definições de capital social, especialmente no caso de Putnam e Fukuyama, afirmando que eles chamam a atenção para a trajetória histórica de uma região (*path-dependency*) e os valores culturais pré-existentes.

Para tanto, Balestro (2006, p. 29), faz referência a Granovetter, dizendo que este sugere examinar como as estruturas das redes podem ser alteradas pelos atores estratégicos que compreendem como reunir recursos.

Albagli e Maciel afirmam que o capital social pode ser um fator de interação cooperativa para o desenvolvimento local e, portanto, deve ser considerado como uma peça importante das discussões sobre sistemas produtivos locais/sistemas locais de inovação. Para essas autoras

Uma experiência relevante nesse campo é das cooperativas auto-gestionárias, pelo papel que podem ter no aumento do emprego e da renda, na redução de desigualdades sociais e regionais, na elevação do nível de qualidade de vida das comunidades e, inclusive, no desenvolvimento do capital social, principalmente através de processos de **interação, aprendizado e inovação**. (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 18, grifo nosso).

Sem dúvida, as iniciativas comunitárias que estão sendo gestadas no Brasil como uma forma de encarar os problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais mais imediatos, principalmente nas áreas rurais, representam o grau de importância da formação de capital social nas comunidades.

Nesse sentido, nas localidades onde as organizações econômicas populares são criadas, a coesão social (interação), a educação (aprendizado) e a inovação servem como agentes de mobilização de esforços e de recursos materiais e imateriais com vistas à formação de capital social, o que resulta no '*empoderamento*' local do cidadão.

Assim, diante do contexto em que emerge uma nova realidade, marcada pelas transformações nas estruturas econômicas e pelas perspectivas de coesão social, bem como frente à necessidade urgente de se despertar novas iniciativas da sociedade em relação ao Estado, em particular, e às instituições, em geral, as definições de capital social convergem e dão uma ideia do seu sentido acadêmico ou intelectual e de suas possíveis aplicações práticas ou operacionalizações nas organizações, grupos e comunidades.

Na busca de uma revisão crítica do conceito de capital social, Balestro faz uma breve análise da contribuição de Adler et Kwon, afirmando o seguinte:

O **capital social** pode se inscrever em duas definições amplas (Adler et Kwon, 2000). Em uma delas, ele **constitui um recurso que facilita a ação de um determinado ator, um recurso presente na rede social que vincula o ator aos demais**. Os laços diretos e indiretos com outros atores na rede facilitam a ação do indivíduo. Na outra definição, o capital social, constitui **uma espécie de bem público usufruído por todos que pertencem às estruturas de atores coletivos** (grupos, organizações, comunidades, regiões e até mesmo nações). Nesta última definição, o capital social confere coesão e benefícios sociais. O adjetivo social para essa segunda definição se contrapõe ao privado. **É social porque pode ser apropriado pelos integrantes do ator coletivo**. Contrariamente, para a primeira definição, o adjetivo social refere-se ao fato que o recurso **está presente nas redes sociais**. (BALESTRO, 2006, p. 29, grifo nosso).

Desse modo, seguida à análise do pensamento dos autores acima, o quadro-síntese montado abaixo (quadro 1), apresenta definições de capital social segundo outros estudiosos deste tema de grande atualidade para as ciências humanas e sociais.

Quadro 1 – Definições de capital social, adaptações de Adler et Kwon (2000 apud BALESTRO, 2006)

BOURDIEU (1980)	“ O agregado de recursos reais ou potenciais os quais estão vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo [...] a soma dos recursos reais ou virtuais que se somam a um indivíduo ou grupo em virtude da posse de uma rede durável.” (1980, p. 67).
BURT (1992)	“ [...] amigos, colegas e contatos mais gerais através dos quais você recebe oportunidades para usar seu capital humano e financeiro. ” (1992, p. 9).
COLEMAN (1990)	“ O capital social é definido pela sua função. Não é uma entidade única, mas várias entidades diferentes tendo duas características em comum. Todas elas consistem de algum aspecto da estrutura social e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro da estrutura.” (1990, p. 302)
FUKUYAMA (1995; 1997)	“ [...] a habilidade das pessoas em trabalhar juntas, com vistas a propósitos comuns, em grupos e organizações.” (1995, p. 10). “ O capital social pode ser definido como a existência de um certo conjunto de valores e normas informais ou normas partilhadas entre membros de um grupo que permite cooperação entre eles.” (1997, p. 188).
PORTES (1998)	“ [...] a habilidade dos atores em assegurar benefícios em virtude de seu pertencimento às redes sociais ou outras estruturas sociais. ” (1998, p. 6).
PUTNAM (1995)	“ [...] características da organização social tais como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo.” (1995, p. 67).
WOOLCOCK (1998)	“ [...] a informação, confiança e normas de reciprocidade inerentes à rede social de alguém.” (1998, p. 153).

Fonte: Balestro, 2006, p. 30. (adaptações feitas pelo autor).

Portanto, a partir das reflexões a respeito da sociologia econômica e das discussões sobre as abordagens teóricas da ideia de capital social, conclui-se que o conceito de CS já foi consagrado na academia, embora seja ainda bastante controvertido, principalmente no tocante à sua aplicabilidade ou operacionalidade nas estruturas de atores coletivos e nas redes sociais.

2 RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

“ [...] não se pode tomar a educação profissional como política focalizada nem de geração de emprego, nem como preventiva ao desemprego e estratégia para nos integrarmos ao mundo globalizado. As políticas de emprego, renda e de nossa inserção soberana no plano mundial, estão inscritas num projeto alternativo de desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico, onde o ser humano se constitui o centro e a medida e não o mercado ou o lucro. [...] Por fim, o horizonte de sociedade e de educação geral ou profissional demandam um processo que tem que articular organicamente as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais e educativas. [...] ” (FRIGOTTO, 2001, p. 83).

2.1 O significado da relação trabalho e educação na sociedade capitalista e a formação profissional e inovação tecnológica no Brasil: reestruturação produtiva, novos paradigmas produtivos e mudanças no mundo trabalho

É comum se afirmar que a relação trabalho e educação é de fundamental importância no processo de desenvolvimento social, econômico e político de uma sociedade. Em vista disso, compreender a categoria trabalho como ponto de partida para a compreensão dos processos educativos pressupõe entender o significado do trabalho humano e sua influência na organização econômica, social e política de uma sociedade.

Nessa linha de raciocínio, Antunes diz que

Na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Sendo uma realização essencialmente humana, foi no trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se da forma de vida dos animais. (ANTUNES, 2008, p. 13).

Portanto, em nosso país, a reflexão sobre a relação trabalho e educação, torna-se, cada vez mais, urgente e necessária, posto que a inserção de países como o Brasil no propalado mundo da globalização ou no processo ideologicamente

chamado de “civilizatório” e “emancipatório” depende, em grande parte, da capacidade destes superar com seus novos saberes e conhecimentos os problemas cruciais com os quais se defrontam. Ou seja, é imprescindível a compreensão das implicações da educação sobre o mundo do trabalho e, por conseguinte, a influência deste sobre a estrutura econômica, social e política do país.

Kuenzer, refletindo sobre as modificações ocorridas no mundo do trabalho e os desafios para a educação profissional, assevera que:

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, quando apontam, mesmo que por contradição, para uma nova relação entre homem e trabalho, mediada pelo conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico – enquanto conteúdo e método – passam a demandar uma educação profissional de novo tipo, que combine conhecimentos sistematizados, experiências e comportamentos de modo a substituir a rigidez derivada da incorporação de respostas provisórias como definitivas pela capacidade de usar conhecimentos científicos e saberes tácitos, razão e emoção, racionalidade e utopia, experimentação e intuição, para conviver com o caráter dinâmico e revolucionário do atual estágio de desenvolvimento, de modo a usufruir das positivities e construir novas respostas para enfrentar as negatividades, buscando a construção de relações sociais e produtivas menos perversas. (KUENZER, A. Z. 1999, p. 57)

Desta forma, no Brasil, as discussões sobre o mundo do trabalho e a importância da educação profissional e tecnológica (EPT), como política pública, estratégica e de Estado, são de inegável relevância para os diversos setores e instituições da sociedade brasileira, valendo com maior amplitude para a esfera educacional. Assim, diante das discussões sobre a relação trabalho e educação em nosso país, cabe incluir a perspectiva da Rede ou Sistema (ou Subsistema) Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, dada a importante função que esta desempenha no desenvolvimento do Brasil.

Neste sentido, a compreensão da relação trabalho e educação no Brasil depende, necessariamente, da reflexão acerca das transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho e do trabalhador, a nível nacional e internacional, como parte da inserção do nosso país no processo de reestruturação produtiva mundial ou de globalização econômica, dando ênfase à educação e às demandas do mundo do trabalho, suas principais mudanças e como elas têm afetado o trabalhador brasileiro.

Nessa perspectiva, cabe reiterar que a crise capitalista do final da década de 1970 e dos anos 80 do século XX e o esgotamento do keynesianismo provocaram um rearranjo e o surgimento de uma nova forma de organização do capitalismo, definida pela intensificação do processo de globalização. Assim, diante da atual conjuntura internacional, marcada pela globalização do capitalismo, a tendência mundial nas duas últimas décadas do século XX, foi a de reduzir a importância do Estado não só como planejador, mas também como regulador da economia, ante a ideia do Pensamento Único [da globalização].

Em vista disso, as transformações das relações capitalistas de produção permitiram a adoção de novos paradigmas produtivos em substituição aos modelos baseados no taylorismo e fordismo. Diante dessa realidade, emerge o toyotismo como um aspecto da nova realidade do mundo do trabalho e ocorre o advento do capitalismo informacional, apoiado na abertura de novos setores de investimentos, principalmente aqueles ligados à alta tecnologia da informação.

Dessa forma, o caráter ideológico neoliberal da globalização passa a centrar-se, cada vez mais, na exigência da liberdade de mercado como o único fator determinante do atual processo produtivo. Ou seja, os teóricos neoliberais passaram a defender a ideia de que o desenvolvimento socioeconômico deve ser estruturado em função do mercado e da integração econômica mundial, no interesse do capital e das corporações transnacionais, em detrimento da participação social e do interesse estatal e do desenvolvimento e poder local.

Portanto, considerando a análise da relação trabalho e educação, percebemos que a partir da atual reestruturação produtiva do capitalismo mundial, assentada no aprofundamento da globalização, na revolução tecno-científica e na adoção do ideário neoliberal, houve um aumento da competitividade como resultado da busca de *'novas competências para a empregabilidade'*. Desse modo, constatamos que as concepções e políticas de educação profissional e os processos de qualificação e requalificação de trabalhadores passaram a ser centrados na visão das *'competências para as habilidades'*.

A partir da análise levada a efeito acima, evidencia-se o pensamento de Kuenzer (1999, p. 55) a respeito da pedagogia do capital nas relações produtivas e na escola. Para esta autora, com a progressiva perda de conteúdo do trabalho, [através da] crescente incorporação de ciência e tecnologia ao processo produtivo, [as] habilidades cognitivas, até então restritas a um número reduzido de funções

passam a ser requeridas para o conjunto dos postos transformados pela reestruturação produtiva.

É no contexto dessa nova pedagogia do trabalho que se exige uma escolaridade mais elevada para se ter acesso a um emprego e o trabalho passou a assumir um conteúdo cada vez mais intelectual em contraposição ao conceito de trabalho físico ou manual. Ademais, após quase três séculos de predomínio da sociedade industrial, o trabalho tem sofrido muitas transformações decorrentes da expansão do meio técnico-científico e informacional.

Ao mesmo tempo, as novas transformações do mundo do trabalho têm permitido um aumento da importância não somente da educação formal, mas também da qualificação e requalificação profissional como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da “empregabilidade”.

Aqui vale lembrar que, na perspectiva de análise da relação trabalho e educação no Brasil, já foram produzidos vários estudos sobre as recentes políticas educacionais e reformas de ensino frente às mudanças no mundo do trabalho, discutindo as diversas implicações da globalização econômica e da hegemonia do modelo neoliberal sobre a educação profissional brasileira.

Nessa direção, os estudos de Carvalho sobre educação e formação profissional no Brasil permitem entender que

É preciso compreender as demandas colocadas para educação profissional no capitalismo contemporâneo e as respostas que ela pode dar, tanto no sentido de uma educação do capital e, portanto, para consolidar a sua hegemonia, ou de uma educação do trabalho e, por conseguinte, instrumentos de contra-hegemonia. [...] (CARVALHO, 2003, p. 17-18)

Ainda sobre as reformas educacionais iniciadas na década de 1990 no Brasil e as mudanças significativas por elas acarretadas, Oliveira (2004, p. 128) comenta o seguinte: são reformas que atuam não só no nível da escola, mas em todo o sistema. [...] Na atualidade, novas questões são trazidas ao debate.

Portanto, as alterações do mundo do trabalho decorrentes das “novas” dimensões da relação trabalho e educação, colocam novos desafios e novas exigências às instituições de EPT no Brasil (institutos federais, escolas técnicas estaduais, Sistema “S”, escolas vinculadas às organizações não governamentais de

cunho religioso, comunitário e educacional, entre outras) envolvidas com diversos cursos e modalidades educacionais.

Desse modo, as mudanças no mundo do trabalho e a nova realidade social, econômica, cultural e ambiental do Brasil podem ser vistas como alterações decorrentes da inserção do nosso país no atual processo de globalização que passam, necessariamente, pelo viés da educação. Além disso, não há como formar e educar indivíduos sem referências às problemáticas contemporâneas, colocando novos desafios e fazendo novas exigências às instituições. A esses aspectos, acrescentam-se as novas exigências do mundo do trabalho decorrentes das mudanças introduzidas pelo desenvolvimento tecno-científico e pela mudança dos paradigmas produtivos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Andrade e Kipnis afirmam que

O desenvolvimento da capacidade tecnológica, por meio da compreensão, criação, produção e adaptação de insumos, produtos e serviços, fez-se notar no universo educacional. Disso **surgem desafios relacionados às novas expectativas da sociedade em relação à educação [...] – seus cursos e instituições – e ao mundo do trabalho, estabelecendo-se novas exigências em relação à formação, complexidade e flexibilidade dos profissionais na conjuntura de economias globalizadas, e no caso brasileiro, acentuadas num contexto de aumento expressivo dos concluintes do ensino médio e de expansão do ensino superior.** (ANDRADE E KIPNIS, 2010, p. 175. In. MOLL, Jaqueline (Org.), 2010, grifo nosso).

Na análise sobre reestruturação produtiva, educação e trabalho, Castioni fala sobre o papel atribuído à educação na formação do trabalhador nessa nova fase do capitalismo, asseverando que

Para entender a relação entre educação, qualificação e reestruturação produtiva, é necessário partir de uma perspectiva histórica, pois este movimento é reflexo do processo de acumulação capitalista e a dinâmica que se estabelece entre as relações trabalho e capital é que proporciona estas modificações. Por sua vez, a relação tecnologia, trabalho e educação não é linear e sim dinâmica, pois trata-se de uma relação social. (CASTIONI, 2010, p. 59).

De igual maneira, em sua reflexão sobre os desafios da educação e formação profissional no Brasil frente à atual reestruturação produtiva, Carvalho (2003, p. 19)

entende ser a partir destas contradições [trabalho e capital], que se pode analisar a educação profissional na expectativa da construção de relações sociais democráticas e solidárias, que possibilitem uma cidadania efetiva.

Neste sentido, não é demasiado fazer referência a Mészáros, crítico voraz da “lógica perversa do capital” e defensor contumaz da “educação como prática transformadora”, ao afirmar que uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZAROS, 2008, p. 25).

Enfim, compreender a categoria trabalho como ponto de partida para a compreensão dos processos educativos pressupõe entender o significado do trabalho humano e sua influência na organização econômica, social e política de uma sociedade.

Portanto, na busca pela compreensão da dinâmica da atual reestruturação produtiva e dos novos paradigmas educacionais, bem como das mudanças no mundo do trabalho no Brasil, novos caminhos se somam e se desvendam a partir da luta por uma educação profissional e tecnológica ‘engajada’. Ou seja, na defesa de uma EPT principiada no esforço de formação de cidadãos em uma dimensão omnilateral, humanista e integral, em oposição à lógica meramente instrumental e tecnicista da pedagogia do capital.

3 CAPITAL SOCIAL, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO CAMPO

“Temas como a relação educação escolar/não escolar; religiosidade; campo/cidade; práticas alternativas como a pedagogia da alternância e das práticas de ensino desenvolvidas pelos movimentos sociais; relações de gênero; inserção das práticas culturais na escola; utilização das tecnologias nos processos educativos; formação de educadores e principalmente o lugar material e simbólico da terra nas práticas escolares se colocam como questões que demandam uma discussão mais aprofundada no que diz respeito ao contexto das questões agrárias, agrícolas, sociais e culturais que tecem o campo.” (ARANHA; ROCHA et al., 2007, p 4).

3.1 Educação formal e não formal, capital social e educação do campo

No Brasil, a educação é um direito constitucional tutelado pelo Estado e garantido a todos os cidadãos. Ou seja, a educação é um direito de todos e dever do Estado, conforme prescreve o artigo art. 205, *caput* da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB – 88).

Na discussão sobre o direito à educação, destaca-se que, na prática, a educação apresenta duas nuances: a educação formal e a educação não formal. No entanto, no dizer de Park & Fernandes (2005, p.10), a terminologia educação não formal não [é] a melhor, porque esse modelo educativo tem forma – só que bastante fluida, com contornos maleáveis que se ajustam a indivíduos, desejos e conteúdos. Esses autores têm trabalhado a educação não formal reduzindo o seu campo às “atividades complementares à escola”, ou atendimento educacional em instituições denominadas como “não escolares de assistência para crianças nominadas como em situação de risco.

Desse modo, para a melhor compreensão da especificação da abrangência das expressões educação formal e educação não formal, destacamos o entendimento de Gohn (2010, p. 39), pois esta não delimita o campo da educação não formal a faixas etárias, categorias socioeconômicas ou tipo de instituição que a oferece.

Assim, a despeito da demarcação das diferenças entre os conceitos de educação formal e educação não formal, Gohn diz que

Em princípio podemos caracterizar a educação formal como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos. [...] Na educação não formal, há a figura do educador social mas o grande educador é o “outro”, aquele com que interagimos ou nos integramos. (GOHN, 2010, p. 16-17).

Portanto, as práticas ou ações educativas não são apenas aquelas que se desenvolvem intramuros escolares, pois “Educação não é sinônimo de escola” e a educação não formal pode ser desenvolvida nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas associações comunitárias, nos programas de formação, nas capacitações profissionais, entre outras formas.

Gohn (2010, p. 37), nos ajuda a entender esta questão conceitual. Ela diz que, em síntese, a educação não formal se desenvolve via ou com apoio de organizações (institucionalizadas ou não), movimentos e outras formas de ações coletivas; utiliza meios e recursos educativos específicos.

Desse modo, questionando o ponto de vista de alguns autores que defendem uma ideia negativa acerca da educação não formal, Cortella sinaliza a respeito da educação formal e a não formal quando diz que

Como Educação não é sinônimo de escola, dado que esta é parte daquela, tudo o que se expande para além da formalização escolar é território educativo a ser operado. Ademais, se essa operação compartilhante na Educação não formal pretende a consolidação de uma sociedade com convivência justa e equânime, a cidadania em paz é o horizonte. (CORTELLA, 2007, p. 47).

Libâneo, também, apresenta um entendimento a esse respeito. Ele afirma que

A educação formal e não formal interpenetram-se constantemente, uma vez que as modalidades de educação não formal não podem prescindir da educação formal (escolar ou não, oficiais ou não), e as de educação formal não podem separar-se da não formal, uma vez os educandos não são apenas “alunos”, mas participantes das várias esferas da vida social, no trabalho, no sindicato, a política, na cultura etc. Trata-se, pois sempre, de uma interpenetração entre o escolar e o extraescolar. (LIBÂNEO, 2005, p. 95).

Na perspectiva de valorização dos processos educativos e formativos como constituídos nas relações sociais e constituintes das relações sociais em um

determinado contexto histórico, a educação (formal e não formal), por certo, poderá contribuir para promover nos cidadãos índices favoráveis de capital social. Assim, a educação pode ser encarada como possibilitadora de um processo de valorização e empoderamento do cidadão.

Nessa direção de pensamento, Nazzari et al. (2004) afirmam que

[...] a ausência de comportamentos cooperativos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em associações voluntárias e no reconhecimento de aspectos positivos da cultura das regiões excluídas, em muitas comunidades do País. **A educação como processo de valorização e empoderamento dos cidadãos, permitiria o fortalecimento das redes de capital social e desenvolvimento regional.** (NAZZARI et al. 2004, p. 1, grifo nosso).

Baquero (2001 apud Nazzari et al., 2004, p.1) contribui para o debate sobre capital social e desenvolvimento regional, enfatizando que o capital social é o processo e o instrumento de *empoderamento* do cidadão e que pode mudar as relações pessoais e intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e solidariedade. Assim, a elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo seu impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico. Ademais, como afirma Steiner (2006, p. 81), o capital social remete à ideia segundo a qual uma rede duradoura mais, ou menos, institucionalizada de relações mútuas e de amizade entre indivíduos constitui um recurso real ou potencial que os indivíduos podem mobilizar para atingir seus objetivos.

No sentido acima referido, o capital social diverge do capital humano, diretamente ligado à própria pessoa ou indivíduo.

Para Swedberg apud ABRAMOVAY:

Os estudos sobre a dimensão territorial do desenvolvimento incluem também a importância dos mercados como o resultado de formas específicas de interação social e da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir. (SWEDBERG, 1994, p. 255 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 385).

Desse modo, ressalte-se a realização de várias pesquisas ou programas relacionados ao estudo da dimensão territorial do desenvolvimento a partir das discussões sobre a competitividade das empresas e os processos de inovação à luz

de conceitos como "redes", "meios inovadores" e "efeitos de proximidades". (PECQUEUR, 1995, p. 2 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 385).

À guisa de exemplo dos estudos acadêmicos na perspectiva da construção social dos mercados, podemos destacar o trabalho intitulado *A construção social do mercado: o desafio da terceira Itália*, escrito por Arnaldo Bagnasco e Carlo Triglia. (1988 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 385). Este trabalho, publicado por Bagnasco e Triglia apud Abramovay (2000, p. 385), pode ser considerado um dos mais célebres sobre a importância da intensificação das relações sociais na construção de uma “comunidade de valores e de intenções” em torno da valorização de certos territórios.

Nessa mesma direção, em sua análise sobre a importância do capital social dos territórios para o desenvolvimento rural, Abramovay diz que

[...] o importante é que um ambiente de cooperação entre empresas - no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida numa certa região - é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. Hoje existem várias regiões que procuram organizar estas formas cooperativas - que não se opõem evidentemente à concorrência, mas, ao contrário, fornecem um quadro onde os mercados podem funcionar de maneira mais adequada. (ABRAMOVAY, 2000, p. 385).

Ainda a respeito da noção de capital social e sua importância para o empoderamento da população local nos diferentes territórios brasileiros, no ano de 2003, por intermédio do lançamento do Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais, o SEBRAE conceituou capital social como sendo um conjunto de instituições formais e informais, incluindo normas e hábitos sociais, que afetam o nível de confiança, interação e **aprendizado** em um sistema social. (SEBRAE, 2003, p. 61, grifo nosso).

Desse modo, para o SEBRAE (2003, p. 61) o capital social propicia relações de cooperação, que favorecem o aprendizado interativo, bem como a construção e transmissão do conhecimento tácito. Facilita portanto ações coletivas geradoras de arranjos produtivos articulados.

No entanto, em se tratando de estudos sobre a ligação capital social e educação, não podemos desconsiderar a advertência formulada por Groppo e

Martins acerca dos fundamentos e tramas da relação sociedade civil e educação na atual conjuntura neoliberal. Para estes autores,

[...] os limites observados na educação hoje hegemônica pela perspectiva neoliberal da Terceira Via não sufocam completamente as possibilidades de luta pela superação do atual modo de vida, havendo espaço e condições para o desenvolvimento das ações sociopolíticas e pedagógicas em favor da humanização do modo de vida atual, e, portanto, de sua superação. (GROPPO; MARTINS, 2010, p. 139).

Do mesmo modo, Carvalho, em sua análise a respeito da trajetória da educação profissional no Brasil, reafirma esta preocupação com os rumos da educação hegemônica pelo capital e chama a atenção para o seguinte fato:

Com relação à tendência de desatrelar a formação profissional da educação formal, escolar, esta se apresenta como uma limitação ao processo de formação global do aluno. Embora ele seja preparado com os requisitos da modernidade tecnológica, para satisfazer às exigências do mercado, ele não será preparado para alcançar a plenitude do cidadão – crítico, competente, inserido no mundo do trabalho em condições de conhecê-lo e transformá-lo socialmente. (CARVALHO, 2003, p. 83).

Na mesma direção dos autores acima, Razeto, no artigo *Economia de solidariedade e organização popular*, escrevendo sobre a importância da educação nas organizações econômicas populares afirma o seguinte:

As organizações econômicas populares são atualmente uma realidade viva e aberta a diferentes evoluções possíveis e [que] seu destino está nas mãos de seus próprios integrantes e daqueles que aproximarem delas para apoiá-las solidariamente. Em qualquer caso, tratam-se de organizações que respondem a causas estruturais e a necessidades objetivas, de modo que continuaram existindo e crescendo. (RAZETO, 1999, p. 56-57).

Apesar dos diferentes significados e sentidos que os autores têm atribuído à educação formal e educação não formal, e as divergências e polêmicas que têm sido geradas no meio acadêmico no tocante ao papel da educação não formal frente aos novos desafios da relação trabalho-educação, Teixeira (2003 apud NAZZARI et al., 2004, p. 5), afirma que alguns elementos do capital social na educação não

formal podem, por meio de estratégias diferenciadas, produzir conhecimento e conscientizar os cidadãos dos seus direitos e do seu papel transformador.

Diante da discussão sobre capital social e educação, Nazzari et al. (2004, p. 3), afirmam que o capital social na educação está composto por um conjunto de normas, comportamentos, atitudes, regras de conduta e valores, que se configuram em redes de organizações engajadas.

A respeito do desafio da compreensão e “apropriação” do cotidiano nos diversos segmentos sociais, econômicos e culturais, mediante a adoção de ações educativas, Nidelfoff defende a necessidade de aproximação da educação com a realidade vivida, ao sinalizar que a compreensão da realidade deve ser incentivada através da somatória de projetos, ações, discussões, reflexões e práticas, próprias da atividade pedagógica; devendo ser constantemente incentivada no âmbito do ensino formal e informal. (NIDELCOFF, 1979, p. 45).

Neste sentido, considerando a relação tecnologia, trabalho e educação como sendo social, a educação pautada na compreensão da realidade, conforme defende Nidelfoff (1979), passa a ser vista como um elemento fundamental para a análise das relações sociais, econômicas e culturais desenvolvidas nos diferentes territórios, sejam eles rurais ou urbanos.

Dentro do contexto em que emerge esta nova realidade de crise, marcada pelos desafios da relação trabalho-educação no Brasil, o estudo de Abramovay (2000, p. 387) sobre a formação do capital social pela educação nos territórios rurais brasileiros, pode ser visto como uma proposta educativa inovadora, concebida na visão de educação comprometida com a compreensão da realidade vivenciada pelos cidadãos.

Na busca de explicar os referenciais norteadores da visão de desenvolvimento diretamente relacionada aos temas como a construção social dos mercados e a formação do capital social nas comunidades, Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia de 1998, no livro intitulado *Desenvolvimento como Liberdade*, define as ideias de desenvolvimento e liberdade, asseverando que

É esta visão do desenvolvimento que o faz exigir uma definição positiva de liberdade: liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar, vender, amar e ser amado. A liberdade – e portanto o desenvolvimento – não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício. [...] Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os

indivíduos tenham **as capacidades, as qualificações as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.** (SEN, 1988 apud SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p. 114, *grifo nosso*).

Na atual conjuntura do meio rural brasileiro, visões de desenvolvimento como a defendida por Sen (1988) suscitam a necessidade de se buscar a consolidação de uma base de desenvolvimento rural que seja apoiada em processos consistentes de desenvolvimento como liberdade, aliados à formação de capital social pela educação do campo, seja ela formal ou não formal.

Nessa linha de entendimento, temos a contribuição de Abramovay (2000, p. 387), assinalando que um dos pressupostos básicos que a literatura sobre inovação e territórios coloca em destaque é a **dinâmica de aprendizagem, de valorização das práticas produtivas e da cultura técnica locais.** (grifo nosso).

A esse respeito o autor acima afirma, ainda, que não se trata apenas de melhorar a educação do campo ou ampliar a realização de cursos profissionalizantes, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso conhecimento no meio rural.

Assim, é de fundamental importância a organização de iniciativas que objetivem a implementação de ações necessárias à formação, desenvolvimento e consolidação de uma rede territorial mediante a mudança do ambiente educacional do campo pela formação profissional e inovação tecnológica.

Nesta perspectiva, Abramovay chama a atenção para a importância das entidades e dos órgãos na formação de redes territoriais de desenvolvimento, asseverando que

O importante é que os conhecimentos de um corpo social localizado territorialmente possam exprimir-se em marcas capazes de oferecer garantia aos consumidores e elevar a renda dos produtores que investiram neste tipo de organização coletiva. O papel dos extensionistas, dos movimentos sociais e das associações profissionais neste sentido pode ser crucial. As faculdades existentes no interior do País e as Universidades podem exercer um papel decisivo na formação de redes territoriais de desenvolvimento. Por um lado, contribuindo no estudo das dinâmicas organizativas locais. Por outro, colaborando com entidades profissionais e de classe na formação de “incubadoras” de empresas, no oferecimento de assessorias a balcões de projetos, na difusão – juntamente com a extensão rural – das informações sobre linhas de crédito acessíveis a cada caso (ABRAMOVAY, 2000, p. 390).

Ainda sobre o papel e a importância da EPT do campo para a formação de redes territoriais de desenvolvimento, Casarotto Filho e Pires (1998 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 387), afirmam que a formação de consórcios voltados ao desenvolvimento local também pode beneficiar-se do apoio das faculdades e dos campi das universidades existentes no interior do país.

Nesta mesma linha de raciocínio, Moura ([200?], p. 5), no artigo *A Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica Socialmente Produtivas*, levanta o seguinte problema: estamos construindo um modelo de EPT que deve ser coerente com que modelo de desenvolvimento socioeconômico?

Assim, a nosso ver, a resposta ao questionamento feito pelo autor acima está na perspectiva de uma EPT constituída por instituições que possam atuar na realidade social, cultural, econômica e ambiental onde estão imersas e que sejam apoiadas na busca de modelo de desenvolvimento socioeconômico voltado para a construção de uma sociedade mais colaborativa.

Neste sentido, a contribuição de Moura corrobora o pensamento acima defendido. Para este autor:

A aproximação das instituições de EPT ao entorno tende a contribuir para que se estabeleça um diálogo social do qual têm que participar, além das próprias instituições, distintos pontos de vista como o da sociologia, das ciências da educação, da psicologia, da economia, da organização empresarial, dos sindicatos de empregados e empregadores, além de outros sujeitos que integram a sociedade civil. (MOURA, [200?], p. 7).

A compreensão do autor acima é a de que nas discussões sobre a formação dos sujeitos ou atores sociais pela EPT devem ser incluídas não somente as questões didático-político-pedagógicas, mas também aquelas relativas à função social da EPT, em geral, e de cada instituição envolvida nas diferentes práticas ou ações educativas, em particular. (MOURA, [200?], p. 7).

Diante dos desafios de uma dimensão do desenvolvimento (socioeconômico) rural apoiado na consolidação de arranjos produtivos dinâmicos e inovadores, bem como na melhoria das condições de vida dos rurícolas em nosso país, não há dúvidas a respeito da importância da educação profissional e tecnológica no campo e da necessidade de se formar e fortalecer capital social pela EPT.

Desse modo, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, a formação profissional e a inovação tecnológica, mediante a adoção de metodologias educacionais próprias que valorizem o saber não formal, devem ser encaradas como motores do desenvolvimento local e regional, na busca da construção da cidadania e da formação e fortalecimento do capital social nas diversas áreas rurais brasileiras.

Soma-se aos fatores acima a necessidade do reconhecimento e da certificação de saberes profissionais desenvolvidos em experiências pessoais (ou de vida) e profissionais (ou de trabalho), através da participação e do envolvimento de atores sociais como trabalhadores, instituições de EPT (como os Institutos Federais), governo e classes produtoras. Ademais, no contexto da implantação de uma nova institucionalidade da EPT no Brasil, urge a necessidade de discussão a respeito da importância de uma educação, ciência e tecnologia que seja voltada para a inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho.

Assim, no contexto da nova institucionalidade da EPT em nosso país, vem ocorrendo um aumento das demandas relacionadas à implementação de programas e ações direcionadas à adoção de metodologias participativas vinculadas à valorização do saber não formal, além da certificação profissional e do reconhecimento de saberes adquiridos pelos trabalhadores em suas experiências de vida e de trabalho.

Nessa direção, a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede Certific) ¹ pode ser vista como uma política pública de EPT no Brasil, definida por um Programa baseado no processo de associação do trabalho à escolaridade, legitimando os conhecimentos adquiridos durante a trajetória de vida dos trabalhadores.

3.2 A relação trabalho e educação ante ao 'novo' desenvolvimento territorial rural brasileiro

¹ Programa de reconhecimento e certificação dos saberes adquiridos pelos trabalhadores, jovens ou adultos, durante sua trajetória de vida. O processo associa trabalho à elevação da escolaridade, numa estratégia desenvolvida em parceria entre Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Nas últimas décadas, o meio rural brasileiro passou por uma profunda modernização, em alguns setores da agricultura, onde o capitalismo fincou sua mais espetacular expansão. Nesse sentido, as transformações recentes da agricultura brasileira possibilitaram a criação e o desenvolvimento dos grandes complexos agroindustriais, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar, que foi banida do modelo econômico adotado pelos governos militares (1964-1985) em nosso país.

No Brasil, nas últimas décadas, a modernização da agricultura capitalista, contraditoriamente, aumentou a produtividade e o desemprego. Esse fato ampliou o número de trabalhadores rurais sem-terra, causando um recrudescimento dos movimentos sociais na luta pela terra e pela reforma agrária, bem como da violência no campo. Daí alguns autores terem denominado esse processo '*modernizante*' de modernização '*conservadora*' ou '*dolorosa*'.

Contudo, vale destacar que na distante década de 70 do século XX, Furtado (1974, p. 45-46), já trazia à baila a discussão sobre desenvolvimento econômico no Brasil na perspectiva de uma modernização feita em bases conservadoras e de caráter excludente e concentrador de renda. Desse modo, discorrendo sobre as novas relações centro-periferia e a problemática da concentração de renda em nosso país, este renomado autor, no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* enfatizava o seguinte pensamento acerca dos desdobramentos do processo de acumulação capitalista:

Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração. [...] A integração do centro permitiu intensificar sua taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, a intensidade do crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro. Em outras palavras, quanto mais intenso for o fluxo de novos produtos no centro (esse fluxo é função crescente da renda média), mais rápida será a concentração da renda na periferia. (FURTADO, 1974, p. 45-46).

Com base nessa visão do modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado pelo Brasil para inserção na internacionalização da economia, bem como a

análise da orientação da política estatal brasileira, voltada para atender aos interesses das minorias privilegiadas, entende-se que as bases conservadoras da *'modernização'* do país, terminaram por gerar uma situação de tensão social, marcada pela atuação de movimentos sociais urbanos e rurais na luta por mudanças mediante ação do Estado.

No tocante ao meio rural, cabe destacar que para um país como o Brasil, com muita disponibilidade de terra e grandes possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar e de geração de emprego e renda no meio rural, não há como evitar a ação dos movimentos sociais de base territorial rural na luta pela terra e em prol da agricultura familiar como formas de superação do modelo excludente e concentrador de renda.

Desse modo, na direção de um novo rural brasileiro, a agricultura familiar pode ser encarada como uma forma concreta de valorização da vida no campo. No dizer de Muller,

A noção de multifuncionalidade da agricultura familiar representa uma tentativa de reconhecer que os estabelecimentos agrícolas e, portanto, os agricultores que neles vivem e trabalham, estabelecem suas estratégias familiares e desempenham outras "funções" não exclusivamente produtivas e mercantis. Neste sentido, ela procura romper com o enfoque setorial da agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e privados, ampliando o campo de suas funções sociais, englobando um conjunto diverso de elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais presentes no mundo rural. (MULLER, [199?], p. 7-8).

Portanto, o Brasil precisa romper com o enfoque setorial da agricultura e priorizar a agricultura familiar, porque nem a indústria e nem a agroindústria vão oferecer trabalho para todo o contingente populacional de rurícolas. Como defendem alguns autores, esta é uma questão estrutural da própria lógica do capitalismo, que não conseguindo proletarizar a todos, recria os agricultores familiares, antes situados na condição social de desempregados ou sem-terra.

Nessa perspectiva de luta e organização dos rurícolas, urge a necessidade de implantação de uma política pública que viabilize não somente a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar em si, mas também a EPT no Brasil, através do incentivo à formação profissional e inovação tecnológica, respeitando as vocações e os arranjos produtivos regionais (e locais).

Assim, no bojo das discussões sobre a relação trabalho e educação no meio rural do Brasil, um aspecto relevante que deve ser destacado é o fato de no interior do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira serem produzidas novas tecnologias para ampliar cada vez mais a relação de dominação entre a agricultura capitalista ou patronal e a agricultura familiar, aumentando os índices de desemprego e a espoliação do trabalhador rural, resultando em um processo de ‘*proletarização*’ do pequeno produtor familiar em muitas áreas rurais do país.

Esses são modelos diferentes de organização do trabalho e, evidentemente, possuem interesses políticos e econômicos distintos. Os grandes institutos de pesquisa estão voltados para a produção e difusão de tecnologias a serem utilizadas na agricultura capitalista ou empresarial em detrimento da produção familiar. Nesse sentido, a formulação e difusão de tecnologias voltadas para a agricultura familiar é uma necessidade urgente e seu desenvolvimento carece de uma educação profissional e tecnológica e um ensino agrícola de qualidade no meio rural.

Sabemos que um projeto de educação e formação profissional rural que contribua, também, para melhorar a realidade camponesa é fundamental para a economia brasileira. No Brasil, mesmo diante da ‘*modernização conservadora*’ das grandes lavouras, a agricultura familiar é bastante reconhecida pela sua produção e produtividade. Como exemplo dessa importância econômica e social da produção agrícola familiar, temos os últimos Censos Agropecuários divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, em cada resultado, vêm mostrando a importância [econômica e social] da produção agrícola familiar, enquanto geradora de renda e de trabalho nos territórios rurais do Brasil.

Ressalte-se, ainda, que desde as teorias ou modelos de desenvolvimento regional da década de 50 do século passado, a agricultura familiar é defendida por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BM), como uma forma de produção rural passível de ser praticada na perspectiva de uma agricultura sustentável, pautada no tripé da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental.

Portanto, a nova dinâmica do desenvolvimento territorial rural no Brasil vem demandando urgência na aplicação de investimentos na qualificação de mão de obra e na produção e difusão de tecnologias relacionadas à agricultura familiar.

Nesse panorama, o primeiro passo a ser dado deve ser o reconhecimento da importância das ações educativas no meio rural, principalmente aquelas relativas à formação profissional e inovação tecnológica. Dessa forma, valorizar a educação profissional do campo nas áreas destinadas à produção agrícola familiar é o ponto de partida para a (re) significação do ensino agrícola em nosso país, pois não há como dissociar o desenvolvimento da agricultura familiar da educação do campo.

José Graziano da Silva, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), primeiro latino-americano a ocupar o cargo de diretor-geral da FAO e considerado mentor do Programa Fome Zero, e Clayton Campanhola, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pesquisador com vários estudos sobre o papel da agricultura familiar no novo rural brasileiro, defendem que

A descentralização e o fortalecimento das representações locais oferecem uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural. Permitem um enfoque regional, que leva em consideração as dimensões espaciais do desenvolvimento e o delineamento de soluções localmente compatíveis. Em complemento, entidades do governo local podem se constituir na força motora dos esforços de desenvolvimento. (SILVA; CAMPANHOLA, 2000, p. 63).

Na perspectiva da discussão sobre a importância da descentralização e do fortalecimento das representações locais, é preciso afirmar que em países como o Brasil as políticas públicas para o meio rural vêm reagindo, de certa forma, à crise socioambiental e às novas exigências do mundo do trabalho, marcadas não somente pelos problemas ambientais e de insuficiência na produção alimentar, e elevação dos níveis desemprego (estrutural e conjuntural), mas também pela necessidade urgente de incorporação da noção de desenvolvimento local ao novo rural.

Desse modo, começa a se evidenciar em nosso país a complexidade da transição para uma forma sustentável de produção de alimentos, que seja produtiva e geradora de empregos e que não polua o meio ambiente.

Nesse aspecto socioeconômico e ambiental, torna-se cada vez mais claro que a agricultura familiar no Brasil oferece imensas vantagens em comparação à moderna agricultura empresarial (realizada em moldes capitalistas), pois a principal característica daquela é a de apresentar um perfil essencialmente distributivo, além

de ser incomparavelmente melhor em termos ambientais e socioculturais, em relação a esta.

Assim, sob o ponto de vista da sustentabilidade, são muitas as vantagens oferecidas pela agricultura familiar na produção agropecuária, em função de sua ênfase na diversificação das atividades, haja vista que a versatilidade da produção familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura empresarial ou patronal.

O professor José Eli da Veiga, dissertando sobre a importância da agricultura familiar no Brasil, diz que

O padrão bem-sucedido de utilização da terra é característico de sociedades que valorizam a agricultura e o espaço rural e, por isso, preferem ter muitos agricultores familiares e poucos bóias-frias, em vez de muitas favelas e um punhado de “reis”, sejam eles do gado, da soja, da cana ou da laranja. (VEIGA, 2000, p. 90).

Neste aspecto, o desenvolvimento sustentável rural no Brasil deve ser pensado como fruto de um processo de construção democrática a partir da interrelação entre o poder público (nas esferas federal, estadual e municipal) e a sociedade civil organizada e livre. Diante dessa possibilidade, foi concebido e vem sendo construído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras políticas de desenvolvimento dos territórios rurais brasileiros. Assim, destacam-se os projetos em agroecologia que se transformaram em políticas públicas; os programas de expansão da formação profissional e inovação tecnológica do campo e a proposta de (re) significação do ensino agrícola; a economia solidária e as redes sociais nas áreas rurais, entre diversas experiências bem sucedidas em nosso país.

Portanto, no que se refere à importância da relação trabalho e educação frente aos desafios de um novo desenvolvimento [territorial] rural brasileiro, as situações relatadas no trecho a seguir comprovam as proposições ou experiências exitosas acima evidenciadas:

Tanto nas praias da Bahia como nas cidades do litoral e do interior nordestino, uma maioria de consumidores e de turistas prefere o tradicional queijo coalhado e prensado do agreste e dos sertões do nordeste (chamado coalho) aos queijos argentinos ou europeus, sem sabor ou demasiado exóticos. Esta realidade sustenta uma série de

atividades “alternativas” de processamento e comercialização de leite e queijos no semi-árido sergipano, chegando a absorver 60 à 80 % de uma produção local de leite crescente e, cada vez mais assegurada por produtores familiares. “Alternativa” na medida que essa atividade ocupa essencialmente pequenos produtores de porcos pluriativos, artesãos, pequenos criadores e intermediários comerciais ocasionais. O desafio dos produtores familiares de leite, junto com os pequenos fabricantes de queijo, é organizar melhor o controle da cadeia, de maneira a garantir a qualidade do produto e um retorno econômico estabilizado. Na região de Nossa Senhora da Glória, **produtores de leite e de queijo organizam-se com o apoio de várias instituições técnicas locais (EMDAGRO, EMBRAPA, SEBRAE, etc.) em torno de um programa de construção social da qualidade dos queijos artesanais.** O lançamento foi realizado em agosto de 1998 com a primeira Feira do Queijo em Glória e o concurso dos melhores queijos de coalho de diversos tipos. (CERDAN et al., 1997 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 389, grifo nosso).

À guisa de conclusão da discussão sobre a relação trabalho e educação frente ao novo rural e à agricultura familiar no Brasil, cumpre lembrar mais uma vez que a agricultura familiar é condizente com os valores do desenvolvimento sustentável e princípios da agroecologia, possibilitando portanto, a implementação de atividades agrícolas adaptadas aos ecossistemas locais, gerando emprego e renda, preservando os recursos naturais e socioculturais e causando menores impactos socioambientais. De maneira geral, tal fato não ocorre com frequência no cenário agrário e agrícola brasileiro da grande propriedade empresarial rural.

Portanto, refletir sobre a relação trabalho e educação ante a proposta de um novo desenvolvimento territorial rural, baseado na sustentabilidade, é um desafio para o Brasil na atual conjuntura. A luta é árdua, a caminhada é longa.

3.3 O Brasil e os desafios de uma educação profissional do campo para o desenvolvimento sustentável

Inicialmente, convém enfatizar a importância que os temas desenvolvimento local e poder local vêm assumindo nos últimos anos e, de igual maneira, apresentando grande repercussão nos meios acadêmicos e na agenda internacional. Nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos realizados por Ignacy Sachs e Ladislau Dowbor, autores que reconhecem os limites do desenvolvimento (e

do poder) global e defendem o local como escala ou nível de análise e de intervenção fundamental nos estudos sobre desenvolvimento.

Assim, como já foi dito, ante a essa nova ótica do desenvolvimento, a definição de desenvolvimento para o Nobel de Economia Amartya Sen torna-se bastante profícua e oportuna neste estudo. Para Sen (2000, grifo nosso), **desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas.**

Nessa direção, nos últimos anos, vem sendo discutida no Brasil a necessidade, cada vez mais urgente, de implementação de uma política pública de educação profissional e tecnológica na perspectiva da educação como um instrumento de construção do cidadão capaz de atuar, de forma consciente, como agente de transformação da sociedade e da localidade em que vive, objetivando o desenvolvimento econômico, social, cultural, político e ambiental.

Dessa forma, propostas, planos, projetos, resoluções, parâmetros curriculares dentre outros documentos oficiais, devem ser encarados como referências para a renovação e reelaboração das propostas curriculares do sistema educacional brasileiro, incluindo a EPT.

Nesse sentido, a educação profissional e tecnológica,

[...] deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder (BRASIL, 2003, p.9-10).

As discussões atuais dão conta da importância de se realizar ações educativas a partir da realidade vivenciada pelos atores sociais. Assim, a perspectiva da educação, seja ela formal ou não formal, vincula-a ao espaço de vivência dos alunos, através das ações pedagógicas propiciadas. Assim, a contextualização das práticas pedagógicas ou educativas, partindo da realidade local/regional, permite a valorização do meio em que os educandos vivem e torna o processo educativo mais dinâmico.

Acompanhando uma tendência no âmbito nacional de realização de seminários com o objetivo principal de definir diretrizes para uma nova política de EPT no Brasil, o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação

Profissional e Tecnológica (SETEC), realizou em outubro de 2008, na cidade de Brasília-DF, o Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo tema central foi “*A (Re) significação do Ensino Agrícola*”. Esse Seminário, em seu Documento-Referência, resultado de um conjunto de propostas oriundas dos Seminários Regionais do Ensino Agrícola, aponta que entre as funções da educação profissional do campo encontra-se a de constituir-se como fundamental na construção de mecanismos para o desenvolvimento local.

Dessa forma, apostando nessa dimensão da educação profissional do campo, o MEC/SETEC, através da Diretoria de Formulação de Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica, vem criando propostas curriculares para a prática pedagógica da educação ambiental na educação profissional do campo e para a difusão de ações educacionais pautadas nos valores agroecológicos e da sustentabilidade. Ou seja, há um interesse no sentido da EPT no meio rural brasileiro, enquanto política pública estratégica, ser executada através de ações educativas com vistas a despertar nos sujeitos ou atores sociais do meio rural a condição de agentes de transformação na comunidade ou localidade na qual estão inseridos.

Diante das discussões, cujos eixos giram em torno da falência do atual modelo de desenvolvimento, urge encontrar um novo paradigma. No curso dos debates, desponta o conceito de desenvolvimento com base na sustentabilidade do planeta. Sobre essa questão, Veiga lembra que

[...] o objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do progresso e da mudança que provocam. Este processo deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente e basear-se na participação de cada um deles. [...]. (VEIGA, 2005, p. 250).

Desse modo, a educação profissional do campo precisa priorizar ao mesmo tempo, o segmento da agricultura familiar e, como um dos elementos de referência para a dinâmica produtiva, a agroecologia. Ou seja, as instituições, entidades ou órgãos que realizam ações educativas de EPT no meio rural devem

[...] atentar para os arranjos produtivos e culturais locais e regionais, que buscam impulsionar o crescimento econômico com destaque para elevação das oportunidades e das condições de vida no espaço geográfico, sem que não prescindam da sustentabilidade sócio-ambiental. (BRASIL, 2008, p. 27).

No sentido de uma educação para o desenvolvimento sustentável, a educação do campo, aqui entendida como a capacidade dos sujeitos (rurícolas) exercerem sua condição de atores da história, pode e deve ser compreendida como um instrumento de cidadania no meio rural do nosso país.

Talvez, assim, com cidadãos conscientes, educados e atuantes, o meio rural brasileiro possa vencer os desafios da sustentabilidade, transformando-se, permanentemente, no lugar das boas práticas valorativas do meio ambiente e da justiça social. Este é o grande desafio do modelo de desenvolvimento rural sustentável. Nesse processo, a educação do campo (e não a educação no campo) não pode ser deixada de lado. Apesar disso, a educação profissional do campo é um elemento chave na construção de uma educação para o desenvolvimento rural sustentável.

No tocante ao modelo de desenvolvimento rural sustentável brasileiro, o ensino agrícola deve estar a serviço da superação dos problemas das comunidades rurais e da modificação da realidade injusta e desigual em que vive a maioria da população no campo, construindo um modelo de inclusão social, econômica e ambiental.

Para conseguir esses objetivos, a educação profissional do campo deve ser contextualizada, valorizando os arranjos culturais e produtivos locais e partindo da realidade das comunidades rurais. Portanto, deve reconhecer as potencialidades naturais, econômicas e culturais do local em que as ações educativas são exercidas.

Ressalte-se que nesse novo contexto de expansão da EPT, um grande desafio para a educação profissional e tecnológica no Brasil, em geral, e em especial, a educação profissional do campo diz respeito à ideia de que a educação (e seus processos educativos) deve ser integral e humanista, visando a inserção dos sujeitos não apenas no mundo dos conteúdos, mas da cidadania.

Nessa direção, o papel da educação do campo não deve ser visto apenas na perspectiva da formação de mão de obra para o mercado e fixação das populações rurais, mas também terá que ser valorizado na definição de uma política pública

nacional de educação profissional do campo que seja capaz de implementar ações ou um conjunto de estratégias operacionais e de propostas pedagógicas no sentido de atender às demandas do mundo do trabalho e de promover um desenvolvimento local pautado no modelo rural sustentável.

Neste sentido, há uma necessidade de preparar pessoal para que possa desempenhar funções de extensão rural e de assistência técnica no meio rural ou na localidade em que vivem, contribuindo para o desenvolvimento local. Assim, as práticas pedagógicas desenvolvidas pela EPT no meio rural devem ser pautadas em um fazer pedagógico visando a qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho, bem como a formação de profissionais para atuação como agentes de transformação social no meio rural.

Acompanhando essa tendência de busca e consolidação de uma EPT para além da formação de mão de obra para o mercado (enfoque economicista), mas como processo de formação do homem como agente de desenvolvimento na perspectiva de uma educação pautada na politecnicidade, na omnilateralidade e na responsabilidade social e ambiental dos sujeitos (enfoque humanista, integral e omnilateral de educação), emerge uma nova concepção de educação profissional e tecnológica no campo.

Logo, esta nova concepção de EPT, para ser efetiva e cumprir o seu papel, deverá ser baseada na busca de um ensino agrícola capaz de possibilitar uma formação mais ampla e humana, oposta à formação unilateral, e em que qualificação técnica e qualificação para a vida caminhem juntas, contribuindo para um modelo de desenvolvimento que integre desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental, bases do modelo de desenvolvimento sustentável.

Portanto, diante da adoção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil, o grande desafio do ensino agrícola tem sido a utilização de metodologias próprias, com conteúdos adequados às diferentes realidades rurais e ecossistemas, tanto nos empreendimentos da agricultura familiar quanto naqueles ligados ao agronegócio.

Assim, as instituições governamentais e não-governamentais, os empresários rurais e os agricultores familiares, dentre outros sujeitos ou atores sociais do meio rural, vêm, cada vez mais, demandando novos processos de aprendizado e inovação, com vistas a tornar os conceitos e práticas da agroecologia, um conjunto de conhecimentos a serem assimilados e disseminados

junto às comunidades locais, objetivando a sustentabilidade a partir das ações educativas. Ou seja, a sociedade civil tem feito exigências na busca e pela consolidação de uma educação profissional do campo para o desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, pensar a educação profissional do campo e, em especial, o ensino agrícola na sociedade brasileira contemporânea é pensar em um modelo educacional voltado não apenas para o progresso da agricultura. Significa refletir sobre uma educação comprometida com as múltiplas necessidades sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais da população brasileira.

A esse respeito, o MEC/SETEC aponta que

[...] as transformações sociais que vêm ocorrendo nesta transição de séculos passam por mudanças no mundo do trabalho. [...] Num país como o nosso que apresenta diversidades físicas, socioculturais e econômicas marcantes, o modelo educacional tem que ser flexível. Os currículos vão atender as nossas características regionais. Além de se adaptarem às exigências dos setores produtivos. (BRASIL, 2007b, p. 12).

Nas últimas décadas, a expansão da educação profissional e tecnológica no meio rural brasileiro está diretamente relacionada à sua repercussão social e capacidade de influenciar na implantação e consolidação de um modelo econômico de base agrícola marcado pela formação e consolidação de arranjos produtivos locais em várias regiões do país. Além disso, há a exigência, cada vez maior, em torno da construção de políticas públicas para educação do campo, objetivando a uma melhor qualidade do ensino agrícola.

Dessa forma, urge a necessidade de se criar bases sólidas para uma educação profissional do campo que permita pensar e desenvolver o trabalho como princípio educativo, fundamentando suas metodologias na direção da (re) significação do ensino agrícola do país. Em vista disso, é mister definir uma proposta educacional ancorada, não somente na formação profissional dos sujeitos para o mundo do trabalho, mas também na difusão de valores agroecológicos e busca da consolidação do modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

4 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL E SEU MÉTODO

“ [...] Na medida em que o homem integrado em seu contexto, reflete sobre este contexto e se compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito. [...] Um sujeito de práxis, de ação e reflexão sobre seu mundo, que não pode ser compreendido fora de suas relações dialéticas com o mundo. Alguém que é sujeito e não objeto, que constrói o conhecimento na sua interação com o mundo, com os outros, que organiza sua própria experiência e aprende de um jeito original e específico. (PAULO FREIRE, 1986, p. 54).

4.1 O Banco do Brasil e a estratégia DRS (estratégia de desenvolvimento regional sustentável): principais aspectos

É pacífico o entendimento de que o desenvolvimento sustentável consiste na adoção de um modelo capaz de aliar o desenvolvimento econômico à justiça social e à conservação ambiental. Por conseguinte, deve ser visto como uma proposta ou modelo de desenvolvimento apoiado na busca da satisfação das necessidades atuais, principalmente econômicas e sociais, sem que ocorra o esgotamento dos recursos para esta e para as futuras gerações.

Para o Banco do Brasil (BB), a estratégia negocial denominada Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS/BB, criada no ano de 2003, busca

[...] impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural. (BANCO DO BRASIL, 2010, p.11).

No contexto de definição de um desenvolvimento sustentável como uma meta a ser alcançada pelos governos, pelas organizações civis e por vários segmentos da sociedade, o Banco do Brasil defende que o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) propõe-se promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda, democratizar o acesso ao crédito, impulsionar o associativismo e o cooperativismo, contribuir para melhorar os indicadores de qualidade de vida e solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos. (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 11).

Analisando os principais aspectos da metodologia BB/DRS, Lima Filho assevera que

Para o Banco do Brasil, desenvolvimento sustentável é aquele que leva à mobilização da comunidade para inserir-se num padrão de organização em rede, com interdependência e sem subserviência, a partir de um conjunto de ações economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas e culturalmente diversificadas. (LIMA FILHO, 2010, p. 58).

A ilustração 1 abaixo representa o tripé da sustentabilidade DRS, conforme preconiza o Banco do Brasil.

Ilustração 1 – DRS / Tripé da sustentabilidade DRS



Fonte: Banco do Brasil – DRS apud LIMA FILHO, 2010, p. 59.

Na pesquisa sobre a correlação entre capital social e desenvolvimento sustentável, a partir da experiência de uma cooperativa de produtores de mandioca, localizada no município de Campo do Brito (SE), Lima Filho (2010) questiona o discurso do tripé da sustentabilidade presente na metodologia DRS, afirmando ser

[...] um discurso de forte teor verbal, mas, na prática, pelo menos no caso analisado, precisa ser reforçado com mais firmeza nas ações cotidianas e mobilizadoras na direção da concretização deste tripé. Desenvolvimento exige uma disponibilização efetiva de crédito para melhor estruturar toda a cadeia de valor da atividade produtiva e poder dar o salto no nível de renda da comunidade. A pesquisa mostra que este salto ainda não foi dado e que a ausência de crédito, dentre outros desafios, tem dificultado a concretização da

reestruturação de toda a cadeia de valor da mandiocultura na localidade. (LIMA FILHO, 2010, p. 59).

No tocante à atuação do Banco do Brasil através da estratégia negocial DRS, segundo consta na Cartilha DRS (Banco do Brasil, 2007, p. 3), esta ocorre por meio do apoio a atividades produtivas com a visão de cadeia de valor, identificadas como potencialidades nas diferentes regiões onde o Banco do Brasil está presente. Portanto, a estratégia DRS apóia o desenvolvimento de atividades nas áreas rurais e urbanas (agronegócios familiares, comércio, serviço e indústria).

Sendo assim, o principal desafio para o BB em relação à estratégia negocial DRS é trabalhar com a visão de cadeia de valor. Ademais, para o Banco do Brasil

Trabalhar com a visão de cadeia de valor significa considerar todas as etapas de produção e distribuição que agregam valor a produtos e serviços até o consumidor final. A cadeia de valor abrange a cadeia produtiva (matéria-prima até produto/serviço), a cadeia de distribuição (produto/serviço até o consumidor final), bem como todos os elementos de influência direta e indireta não descritos na forma de atividade (como governos, cooperativas e instituições públicas e privadas, entre outras). (BANCO DO BRASIL, Cartilha DRS 2007, p. 5).

Na perspectiva defendida pelo BB/DRS, os elementos de influência direta ou indireta não descritos na cadeia de valor sob a forma de atividade (cadeia produtiva ou cadeia de distribuição), e referidos no trecho acima, devem ser compreendidos como aqueles relacionados ao ambiente institucional (leis, tradição, **educação**, cultura, etc.) e ao ambiente organizacional (órgãos reguladores e financiadores, governo, instituições financeiras, **associações**, **cooperativas**, sindicatos, ONG's, pesquisa, extensão, etc.). Dessa forma, o BB/DRS avalia os **ambientes - institucional e organizacional - como investimentos coletivos** (organização social, mobilização social, identificação de oportunidade e integração de ações).

Seguindo essa linha de entendimento, podemos avaliar que para o Brasil do Brasil, capital social e redes sustentam teoricamente o Programa BB/DRS. Ademais, no dizer de Franco (2002), trabalhar em rede é se relacionar num contexto moral de confiança.

Para Lima Filho (2010, p. 60), o Programa DRS apresenta o conceito de rede como um conjunto de pessoas e organizações que tem o propósito de atuar

coletivamente em prol de um objetivo comum, aportado numa relação duradoura de confiança e solidariedade.

No entanto, é importante destacar que diante das discussões sobre o conceito de rede na perspectiva da operacionalização da estratégia negocial DRS do BB, não há que se falar em redes na visão determinista cultural de Putnam (1993). Desse modo, somos favoráveis ao pensamento de Bourdieu (1980), corroborado por Balestro (2006).

Conforme análise feita por Bourdieu (1980 apud Balestro, 2006),

A existência de uma rede de ligações não é um dado natural, nem mesmo um dado social, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (representado no caso do grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco que é característica de uma formação social), mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir ligações duráveis e úteis, próprias para organizar os lucros materiais ou simbólicos. Dito de outro modo, a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientado para a instituição ou para a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou a longo prazo. (BOURDIEU, 1980, p.2 apud BALESTRO, 2006, p.36).

Para Balestro (2006, p. 36), o capital social não é dado e nem instituído *a priori* por relações sociais existentes, mas resulta de ações intencionais para a sua acumulação.

Neste sentido, o Banco do Brasil associa a estratégia negocial DRS a um conjunto de ações intencionais que poderão resultar no estoque e manutenção de capital social.

4.2 Metodologia BB/DRS: ‘concertação’, fases, abrangência e público-alvo das ações

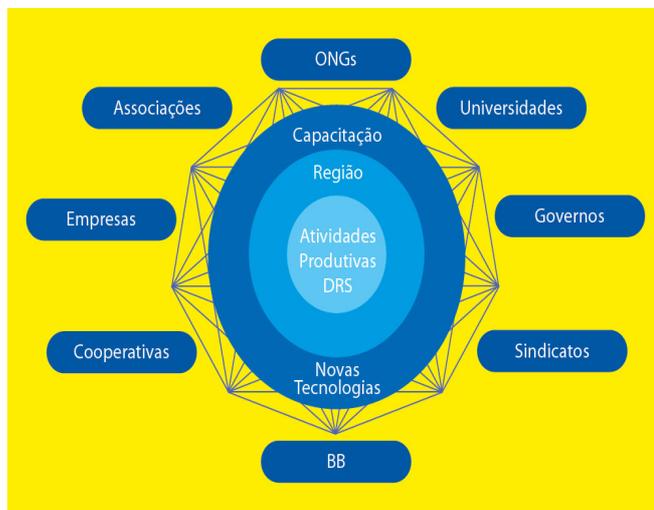
‘*Concertação*’ pode ser compreendida como uma ação integrada e compartilhada que aglutina os vários agentes da cadeia de valor de uma atividade produtiva selecionada.

Nessa perspectiva, o BB acredita que o processo de ‘*concertação*’

[...] estimula os atores sociais a se apropriarem da metodologia DRS e a conduzirem o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, pois os parceiros, uma vez organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar as ações planejadas, além de monitorá-las, e ainda pela avaliação de todo o processo. (BANCO DO BRASIL. Cartilha DRS, 2007, p. 4).

A ilustração 2, a seguir, representa a estrutura da ‘concertação’ segundo a concepção do Banco do Brasil.

Ilustração 2 – Parceria e “concertação” segundo a metodologia DRS



Fonte: Banco do Brasil. Cartilha DRS, 2007, p. 4.

A ilustração acima mostra que conforme a estratégia DRS, além das pessoas e entidades envolvidas diretamente na atividade produtiva, como os produtores, por exemplo, é preciso também unir forças com outros setores da sociedade. Desse modo, são muitas as possibilidades de parcerias que a comunidade pode considerar nas ações de DRS: **governos, prefeituras, universidades, institutos federais, cooperativas, sindicatos, empresas de assistência técnica, associações, organizações não-governamentais, empresas de armazenamento, certificadoras, atacadistas**, entre outras.

Com a aplicação da metodologia BB/DRS,

[...] o Banco do Brasil atua não somente como instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais, identificando vocações, potencialidades das regiões, otimizando a capilaridade de sua rede de agências e incentivando o espírito de liderança e capacidade de

mobilização de seus funcionários. Dentre as ações incentivadas, destacam-se a capacitação dos beneficiários, para serem entes ativos no processo de desenvolvimento, o estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, a introdução de novas tecnologias, a disseminação da cultura empreendedora e a promoção do acesso ao crédito. (BANCO DO BRASIL. Cartilha DRS, 2007, p. 5).

A ilustração 3 representa, esquematicamente, a divisão das fases da metodologia DRS do Banco do Brasil.

Ilustração 3 – Fases da metodologia DRS do Banco do Brasil



Fonte: Banco do Brasil. Cartilha DRS, 2007, p. 4.

A observação da ilustração 3 nos permite concluir que na metodologia de atuação do BB/DRS estão previstas ações como sensibilização, mobilização e **capacitação** de funcionários do BB e de **parceiros**, e a elaboração de um diagnóstico participativo, abordando a cadeia de valor das atividades produtivas apoiadas e identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades, entre outros.

Destaca-se, ainda, que o Plano de Negócios DRS é elaborado com base no diagnóstico participativo. Além disso, neste Plano são definidos os objetivos, as metas e as ações (por elo da cadeia produtiva) para sua implantação. A metodologia DRS prevê, ainda, o monitoramento das ações definidas nos Planos de Negócio e a avaliação de todo o processo.

Ressalte-se, também, que desde a escolha de atividades produtivas até a execução dos Planos DRS, o processo é realizado de forma construtivista, inclusiva

e participativa. Deste modo, considerando a abrangência e o público-alvo das ações de DRS, para o Banco do Brasil as atividades produtivas são apoiadas com visão de cadeia de valor, independente do nível de organização dos agentes da atividade (aglomerados, arranjos produtivos locais ou cadeias produtivas). (BANCO DO BRASIL, 2007, p. 4).

Portanto, assim como a ideia de capital social apresenta divergências teórico-metodológicas, não comportando uma abordagem metodológica única, a proposta metodológica aqui apresentada denominada Metodologia BB/DRS não deve ser encarada como uma metodologia universal, haja vista que devido a própria heterogeneidade dos aglomerados, arranjos produtivos locais, cadeias produtivas ou outros ambientes de implantação, oferecem espaços para adaptações e ajustes a situações individuais ou a uma dada realidade. Um exemplo disso é a utilização da metodologia DRS nas ações de capacitação dos parceiros.

Neste sentido, visando o aprimoramento da estratégia negocial de desenvolvimento regional sustentável (DRS) do Banco do Brasil e outras parcerias como o SEBRAE, foi lançada a *Série Cadernos de Propostas para Atuação em Cadeias Produtivas*, uma iniciativa resultante de acordos de cooperação entre o Banco do Brasil (BB), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

A despeito da parceria com o SEBRAE, segundo a Universidade Corporativa SEBRAE a atuação deste órgão no desenvolvimento territorial objetiva disseminar informações sobre as ações que contribuam na construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das localidades. (SEBRAE-UC, 2010).²

Assim, a *Série Cadernos de Propostas para Atuação em Cadeias Produtivas*, pode ser vista como a sistematização de uma metodologia que atenda de maneira satisfatória às ações dos parceiros e que possa se adequar a cada realidade, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais. Ademais, conforme consta em sua apresentação, “as publicações da Série devem ser entendidas e utilizadas como instrumento de orientação respeitando as particularidades regionais, locais e das unidades produtivas.”

² SEBRAE. SEBRAE-UC. Disponível em: <<http://www.uc.sebrae.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2011.

4.3 Agente de desenvolvimento regional sustentável (ADRS): modelo de atuação, perfil e atribuições

Ante a necessidade de aprimoramento da estratégia comercial de desenvolvimento regional sustentável (DRS) do Banco do Brasil e outras parcerias, e tendo em vista o problema e os objetivos desta pesquisa, vale destacar a discussão sobre o projeto ADRS, o modelo de atuação, perfil e atribuições do ADRS.

Diante desse contexto e com o propósito de contribuir no apoio à transferência de tecnologias, à assistência técnica e à extensão rural, foi desenvolvida, com apoio financeiro da FBB, a Tecnologia Social (TS) dos Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS).

Desse modo, segundo o Banco do Brasil,

[...] o pressuposto básico dos agentes é complementar a assistência técnica e promover a difusão tecnológica com orientação técnica, alinhada à mobilização social, para o apoio e o fortalecimento das bases produtivas dos empreendimentos coletivos e solidários. (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 43).

Neste sentido, para o Segmento Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil (Superintendência do Piauí), o objetivo geral do projeto ADRS no TD Vale do Guaribas é:

Fortalecer a base produtiva dos agricultores familiares com orientação técnica, econômica, social e ambiental por meio da atuação dos ADRS (Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável), numa visão integrativa das atividades desenvolvidas na propriedade familiar rural, de modo a propiciar uma gestão mais profissional dos recursos da propriedade familiar, favorecer a transferência de tecnologias e fortalecer a organização social, propiciando o desenvolvimento da atividade da ovinocaprinocultura (e sua integração com a apicultura, cajucultura e mandiocultura) no Território Vale do Rio Guaribas, visando o aumento da renda do agricultor familiar. (BANCO DO BRASIL. Oficina de Aprimoramento ADRS. Caderno do Participante, 2011a, p. 15).

Quanto ao perfil, o ADRS que atua no meio rural é a pessoa capacitada para o atendimento às atividades de mobilização e articulação de uma comunidade rural. Atua como educador social, buscando aliar a prática à teoria a partir da realidade local. Assim, para o Banco do Brasil, o papel do ADRS é conduzir atividades

relacionadas com a disseminação de informações e a construção de conhecimentos sobre agricultura familiar, produção e comercialização, agroecologia, sustentabilidade e financiamento rural. (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 44).

O Gestor ou supervisor ADRS executa ações como planejador, mobilizador, orientador e coordenador dos ADRSs. Participa do processo de gestão junto ao comitê; é um motivador e um articulador; acompanha os ADRSs nas comunidades e fiscaliza seu trabalho.

Na direção da definição do perfil do ADRS e do Gestor (supervisor ADRS), o documento denominado *Desenvolvimento Regional Sustentável – Série Cadernos de Propostas para Atuação em Cadeias Produtivas (Banco do Brasil)* apresenta as seguintes informações:

[...] São considerados para o **perfil do ADRS** os seguintes critérios: nível médio; vínculo com a comunidade e atividade (experiência adquirida como produtor, parente ou vizinho de produtor); conhecer e de preferência residir na comunidade atendida; ter capacidade de deslocamento para realizar visitas às propriedades; **demonstrar capacidade para articular, mobilizar, organizar, adquirir e disseminar conhecimentos** e capacidade para elaborar textos e preencher planilhas. [...] Para o perfil do **Gestor**, são observados: possuir terceiro grau completo, em ciências agrárias, preferencialmente em Medicina Veterinária; conhecimento aprofundado na área de atuação; conhecimento nas áreas de organização social, economia solidária, desenvolvimento sustentável e crédito rural; capacidade de articulação e comunicação com a comunidade e capacidade para coordenar grupos. (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 44-45, grifo nosso).

Desse modo, como nos faz compreender o Banco do Brasil (2010), são atribuições do ADRS:

[...] **conduzir atividades relacionadas com a disseminação de informações e a construção de conhecimentos sobre agricultura familiar, cooperativismo, associativismo, agroecologia, sustentabilidade, empreendimentos solidários e financiamento rural; participar ativamente da capacitação e reciclagem das informações que serão repassadas aos produtores;** cadastrar e realizar os diagnósticos das unidades produtivas; organizar as informações levantadas no diagnóstico e alimentar banco de dados; executar a programação mensalmente prevista; diagnosticar problemas nas atividades do produtor rural, participando ao Gestor na busca da solução; difundir informações visando à introdução ou melhoria das práticas; **divulgar técnicas e práticas, através de demonstrações; motivar produtores e famílias a participarem de programas voltados para a melhoria da qualidade de vida;**

acompanhar e avaliar juntamente com o produtor rural, os resultados físicos e financeiros alcançados depois da atuação dos ADRS; **agir preventivamente visando minimizar ocorrências que venham a causar prejuízos decorrentes da não adoção das boas práticas**; estender a atuação aos aspectos voltados para a comercialização, o social e o meio ambiente; articular, **mobilizar e organizar, juntamente com os produtores, reuniões das associações e/ou cooperativas atendidas, inclusive com sugestões de assuntos relevantes para deliberações**; apoiar a elaboração, com o apoio do Gestor, e juntamente com os produtores, do planejamento estratégico de cada associação ou cooperativa; elaborar e encaminhar ao Gestor relatórios mensais ou circunstanciais das atividades, enfatizando os aspectos relevantes e os pontos de estrangulamento detectados (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 45, grifo nosso).

4.4 Oficinas de reciclagem e cursos de capacitação dos ADRSs e do Gestor (supervisor ADRS) em parceria com o BB e SEBRAE: ações educativas de EPT baseadas na metodologia DRS (BB/DRS)

Durante a pesquisa de campo tivemos acesso aos Planos DRS das agências com municípios envolvidos na atividade da apicultura, localizadas no TD Vale do Guaribas, em um total de 6 agências (Picos Central, Picos São Benedito, Francisco Santos, Jaicós, Simões e Pio IX).

Em todos os Planos de Negócio DRS consultados durante a fase de coleta de dados da pesquisa, constavam entre os objetivos a serem cumpridos, a implementação de ações com vistas ao fortalecimento institucional da base cooperativa (objetivo 4) e à promoção do desenvolvimento social (objetivo 6), através da adoção de medidas como alocação de recursos para a implementação do projeto ADRS (agentes de desenvolvimento regional sustentável), contratação de supervisor ADRS especialista em apicultura, contratação de ADRS para realizar acompanhamento social dos apicultores, e mobilização da base produtiva, visando consolidar o empreendimento CASA APIS.

O objetivo 7 dos Planos de Negócio DRS analisados é o de garantir a transferência de tecnologias, mediante a adoção de ações como promoção de acompanhamento técnico e controle das unidades produtivas de mel; realização de cursos de capacitação de ADRS e de supervisor ADRS em parceria com o BB/DRS; implantação de boas práticas de apicultura e acompanhamento do desempenho dos apiários e casa de mel; realização da difusão e transferência de tecnologias;

disseminação de informações; construção de conhecimentos junto às unidades produtivas e realização de oficina de planejamento de atividades do supervisor e dos ADRSs.

Considerando o propósito da metodologia DRS de buscar a convergência de atuação e alocação de investimentos dos diversos parceiros no sentido de aprimorar ou dar continuidade às ações de promoção do desenvolvimento regional sustentável, o Banco do Brasil aponta que tais propostas estão alicerçadas em várias premissas.

No entanto, dado o problema e os objetivos desta investigação, citaremos três proposições diretamente relacionadas ao objeto da pesquisa, quais sejam:

- Promover o fortalecimento da organização social (cooperativismo/associativismo);
- Apoiar a gestão compartilhada dos recursos e dos princípios da economia solidária, concatenados por efetivos planos de trabalho e negócios sustentáveis;
- Incentivar o fortalecimento do capital humano e social – Formação, capacitação e reconhecimento dos princípios da gestão social do desenvolvimento. (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 33).

Vale destacar, ainda, que segundo o Banco do Brasil, na implementação da metodologia DRS, os ADRSs ocupam um papel fundamental, enquanto atores sociais, difundindo tecnologias sociais (produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social), propiciando desenvolvimento social em escala. (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 34).

Nesse panorama de análise da relevância das ações educativas de EPT baseadas na metodologia DRS (BB/DRS), desenvolvidas com os ADRSs, e de sua influência na governança do Projeto CASA APIS, cabe realçar a fala do Diretor Geral da CASA APIS, ao sustentar, em entrevista, que: “[...] o maior desafio do ADRS no Projeto CASA APIS tem sido o de fortalecer a base produtiva da Central de cooperativas, viabilizando a orientação técnica, social e ambiental, transferindo tecnologias e promovendo a mobilização social das cooperativas singulares.”

Neste sentido, torna-se evidente a importância da metodologia DRS do Banco do Brasil ao propor dentre as ações de assistência técnica e tecnológica, a necessidade de investimentos na formação de jovens agentes de desenvolvimento

regional sustentável das próprias comunidades, para atuar como orientadores em manejos produtivos e sanitários, bem como de fomento à interação de atividade entre os ADRSs com visitas conjuntas para a identificação e superação dos problemas.

Deste modo, percebe-se que a aplicação da metodologia DRS do Banco do Brasil com os ADRSs pode resultar em uma atuação mais ativa destes atores sociais no processo de desenvolvimento de suas comunidades, atuando como multiplicadores por meio da transferência dos conhecimentos adquiridos nos cursos de capacitação e nas oficinas de reciclagem.

4.4.1 As ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica baseadas na metodologia DRS (BB/DRS) e a atuação do SEBRAE-PI

Visando o aprimoramento da estratégia negocial de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil, as ações educativas de educação profissional e tecnológica baseadas na metodologia DRS (BB/DRS) são realizadas através de parcerias. Portanto, nesse processo de busca do desenvolvimento regional sustentável, o SEBRAE-PI se apresenta como um parceiro estratégico nas oficinas de reciclagem e cursos de capacitação dos ADRSs e do Gestor (supervisor ADRS).

Diante do atual modelo de atuação do ADRS, na oficina de reciclagem, com duração de 144 horas-aula, os conteúdos programáticos são distribuídos em dois módulos. O módulo I, com conteúdos programáticos de formação geral e carga horária de 48 horas (quadro 4), é dividido em 4 unidades de ensino; o módulo II, com conteúdos programáticos de formação técnica e carga horária de 96 horas (quadro 5), encontra-se estruturado, também, em 4 unidades de ensino (**apicultura**, ovinocaprinocultura, cajucultura e mandiocultura).

Dessa forma, considerando as unidades de ensino, os objetivos da aprendizagem e os conteúdos programáticos da oficina de reciclagem ADRS, o módulo I é ministrado por parceiros representantes do BB e da UFPI/ITES, e o módulo II pelo SEBRAE-PI.

Por conseguinte, é interessante reiterar a concepção da Universidade Corporativa SEBRAE a respeito do principal objetivo da atuação do SEBRAE no desenvolvimento territorial: disseminar informações sobre as ações que contribuam na construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das localidades.

(SEBRAE-UC, 2010). Neste sentido, tendo em vista esta concepção do SEBRAE, certamente, o fortalecimento de parcerias existentes entre o SEBRAE e o BB, através da aplicação da metodologia DRS (mediante a utilização de soluções ou ferramentas educacionais), terá como resultado o desenvolvimento organizacional e empresarial sustentável, visando a inserção do público-alvo em dinâmicas socioprodutivas de maneira competitiva.

Segundo o SEBRAE-PI, o SEBRAE possui várias metodologias ou soluções educacionais utilizadas como ferramentas que mostram a importância do trabalho coletivo e do desenvolvimento da cultura do cooperativismo.³ Ou seja, o SEBRAE disponibiliza em seus cursos soluções educacionais sobre cooperação para micro e pequenas empresas, como exemplo o Programa SEBRAE de Redes Associativas e o kit educativo 'Juntos Somos Fortes'. O quadro 2 apresenta as ações desenvolvidas no Programa SEBRAE de Redes Associativas.

Quadro 2 – Ações desenvolvidas no Programa SEBRAE de Redes Associativas

AÇÕES
Palestras de sensibilização: conhecer os aspectos básicos e diferenciais de cooperativas/associações e sua importância na geração de trabalho e renda.
Assessoria nas fases de constituição, legalização e elaboração de estatutos e regimentos.
Estudos e elaboração de projetos técnicos e econômico-financeiros de unidades produtivas.
Apoio às ações do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) preconizado pelo Governo Federal.
Workshop de mobilização estratégica: realização de planos de trabalho com equipes definidas para formação de organizações sociais.
Curso básico: cooperativismo e associativismo num mundo em transformação - orientação básica aos associados sobre conceitos, leis, normas e procedimentos, valores e práticas na criação e administração de organizações sociais.
Curso de gestão estratégica de cooperativas: orientação sobre a moderna gestão estratégica de cooperativas empreendedoras.
Acompanhamento nas etapas de implantação ou revitalização das unidades produtivas das organizações sociais.

Fonte: adaptações a partir de pesquisa no website do SEBRAE Nacional, grifo nosso. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

³ SEBRAE. SEBRAE-PI. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/piaui>>. Acesso em: 28 maio 2011.

O programa SEBRAE de Redes Associativas tem como objetivo criar ou fortalecer as organizações sociais (associações, cooperativas, consórcios, etc.) gerando trabalho e renda para os associados, através de ações que contribuem para divulgar a cultura da cooperação, os valores, os princípios e as atitudes indispensáveis às práticas associativas. Assim, para o SEBRAE, o Programa permite ao participante compreender os valores, princípios e os instrumentos indispensáveis para o sucesso de um empreendimento coletivo.⁴

O website do SEBRAE Nacional informa também acerca dos objetivos do kit educativo '*Juntos Somos Fortes*', como sendo o de incrementar a atividade econômica local, por meio de estímulo às ações empreendedoras coletivas, contribuindo para a geração de emprego e renda na comunidade. Para o SEBRAE, o kit de estudo possibilita ao participante despertar para os valores e atitudes indispensáveis às práticas associativas e desenvolvimento de competências nas áreas do conhecer, ser/conviver e saber fazer, integrando teoria, sensibilidade e ação para atingir metas e crescer social e economicamente.

O kit de aprendizagem '*Juntos Somos Fortes*', possui um livro contendo 5 capítulos, constando os seguintes conteúdos programáticos: cooperar para competir, de portas abertas, parceiros pra valer, cooperar é legal e vamos administrar juntos; uma fita de vídeo contendo 5 programas, um guia para orientação ao participante e uma ficha de avaliação, com questões objetivas.

4.4.2 Oficina de reciclagem do agente de desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação necessária

À luz das ponderações acima a respeito do perfil e das atribuições dos ADRS, podemos entender que a formação destes atores sociais deve ser propiciada mediante a vivência de metodologias participativas para aplicação nas atividades de orientação aos agricultores familiares, articulando os atuais instrumentos propostos pelos parceiros (como por exemplo, a metodologia DRS/BB), com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.

Assim, no âmbito das discussões sobre as oficinas de reciclagem e cursos de capacitação dos ADRSs e do Gestor (supervisor ADRS) em parceria com o BB e

⁴ SEBRAE. SEBRAE Nacional. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

SEBRAE, as ações educativas de educação profissional e tecnológica baseadas na metodologia DRS (BB/DRS) podem ser vistas como estratégias que ajudam a formar e fortalecer o capital social dos atores sociais envolvidos no processo de *'concertação'*, processo este visto pelo BB/DRS como sinônimo de trabalho coletivo entre os parceiros, os quais devem se apropriar da metodologia DRS, conduzindo o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade.

Para Lima Filho, é neste contexto que o BB

[...] apresenta a metodologia DRS como uma forma de atuar e direcionar suas ações sociais, com o objetivo de auxiliar a formação de capital social e promover o desenvolvimento sustentável na localidade. Para tanto, é essencial a estruturação das atividades produtivas e a viabilização de negócios sustentáveis com as comunidades envolvidas. (LIMA FILHO, 2010, p. 63).

Nessa perspectiva de importância do papel do ADRS como um agente de desenvolvimento regional sustentável, é fundamental que o mesmo se situe como um instrumento de desenvolvimento em sua comunidade, dando conta de sua função social como um “disseminador de informações, mediador de conhecimentos e construtor de valores”.

Portanto, a aplicação da metodologia DRS, sobretudo nos cursos de capacitação e nas oficinas de reciclagem do ADRS, deve ter como fundamento a execução de ações educacionais baseadas na utilização de abordagens metodológicas participativas que valorizam as características sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades rurais, respeitando as diversidades e peculiaridades de cada localidade.

Conforme o Segmento Desenvolvimento Sustentável e Agronegócios do Banco Brasil, a oficina de reciclagem do ADRS está estruturada a partir de encontros cujos objetivos de aprendizagem estão alinhados à metodologia de construção de conhecimento em sala de aula, tomando como referência as seguintes premissas:

- o autodesenvolvimento permanente;
- a **aprendizagem individual inserida no coletivo**, fundamentada no princípio da construção do conhecimento a partir do compartilhamento e análise de pontos de vista, de perspectivas e de esquemas cognitivos;

- a formação do educador como agente de mediação do conhecimento para mudança em busca da construção da realidade desejada;
- a construção e o compartilhamento de referenciais metodológicos;
- a aplicação dos princípios e da metodologia construtivista nas ações pedagógicas (BANCO DO BRASIL, 2011a, p. 3, grifo nosso).

Considerando as ações educativas de EPT, com vistas à formação profissional e inovação tecnológica do público-alvo no âmbito do EES CASA APIS, merecem destaque aquelas relacionadas à oficina de reciclagem ADRS. Assim sendo, o quadro 3 mostra a estruturação do programa da oficina de reciclagem ADRS, conforme consta no material didático denominado *Caderno do Participante ADRS*.

Quadro 3 – Programa da oficina de reciclagem ADRS

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Promover atualização/reciclagem de conhecimentos dos agentes de desenvolvimento regional sustentável que atuem na articulação dos instrumentos (ações, projetos e programas) disponibilizados pelas instituições parceiras para os agricultores familiares, por meio de metodologias participativas, buscando o desenvolvimento regional sustentável.
OBJETIVO DE APRENDIZAGEM
Vivenciar metodologias participativas para aplicá-las nas atividades de orientação aos agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.
DESEMPENHO ESPERADO NO TRABALHO
<ul style="list-style-type: none"> • Atuar como agente de desenvolvimento regional sustentável. • Conduzir atividades relacionadas com a disseminação de informações, a orientação técnica e a construção de conhecimentos sobre agricultura familiar, produção e comercialização, sustentabilidade, financiamento rural e mobilização social.
METODOLOGIA
Vivencial: exposições dialogadas, painéis, dramatizações, dinâmicas, oficinas, trabalhos em grupo, sistematizações de conhecimentos, etc.
CARGA HORÁRIA
Módulo I: 48 horas Módulo II: 96 horas.

Fonte: Banco do Brasil. Oficina de Aprimoramento ADRS. Caderno do Participante, 2011a, p. 4.

Por oportuno, vale reiterar que a oficina de reciclagem ADRS é dividida nos módulos I e II, conforme descrito nos quadros 4 e 5 abaixo.

Quadro 4 – Oficina de reciclagem ADRS – Módulo I – Formação geral – Unidades de ensino e objetivos da aprendizagem

MÓDULO I – FORMAÇÃO GERAL	
UNIDADES DE ENSINO	OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM
I Abertura e contextualização; Conteúdos programáticos da oficina; Perfil e atribuições do ADRS e Objetivos do Projeto ADRS.	<ul style="list-style-type: none"> • Acolher e integrar os participantes da oficina de reciclagem. • Construir acordo de convivência durante a oficina. • Compreender os empreendimentos da economia solidária. • Sensibilizar os participantes quanto aos temas afins à atividade de extensão rural. • Conhecer os conteúdos e a dinâmica da oficina. • Compreender o novo modelo de atuação do ADRS. • Entender os objetivos do Projeto ADRS. • Exercitar a construção de planos de ação.
II Políticas e desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualizar as ações dos Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável em relação aos princípios e diretrizes que orientam as políticas públicas e a estratégia de DRS do BB.
III Metodologias participativas.	<ul style="list-style-type: none"> • Vivenciar metodologias participativas. • Entender a atuação da FBB em cadeias produtivas.
IV Comunicação e mobilização social.	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e utilizar ferramentas de comunicação e mobilização social. • Conhecer e utilizar metodologias participativas para organização de grupos.

Fonte: Banco do Brasil. Oficina de Aprimoramento ADRS. Caderno do Participante, 2011a, p. 5-6. (compilação de informações).

O quadro 4, acima demonstrado, apresenta as unidades de ensino e os objetivos da aprendizagem do módulo I da oficina de reciclagem, referente à formação geral do ADRS. Este módulo de formação geral ADRS, com carga horária

de 48 horas, é dividido em 4 unidades abrangendo conteúdos programáticos ministrados por facilitadores representantes do Banco do Brasil (Segmento Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável) e da ITES/UFPI (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da UFPI).

O quadro 5, a seguir, apresenta a unidade de ensino e os objetivos da aprendizagem do módulo II da oficina de reciclagem, referente à formação técnica do ADRS para a atividade da apicultura. Este módulo, com carga horária de 96 horas, é dividido em 4 unidades abrangendo conteúdos programáticos ministrados por instrutores do SEBRAE-PI.

Quadro 5 – Oficina de reciclagem ADRS – Módulo II – Formação técnica – Unidade de ensino e objetivos da aprendizagem (Apicultura)

MÓDULO II – FORMAÇÃO TÉCNICA (APICULTURA)	
UNIDADE DE ENSINO	OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM
I Apicultura	<ul style="list-style-type: none"> • Entender a importância da apicultura. • Compreender as técnicas de manejo apícola. • Conhecer os produtos regionais como alimentos. • Conhecer o processo de manejo de rainha. • Refletir sobre certificações e controle de qualidade. • Entender as boas práticas apícolas. • Compreender o controle de doenças. • Entender a escrituração zootécnica. • Conhecer o manejo e floradas. • Praticar os conteúdos ministrados na oficina.

Fonte: Banco do Brasil. Oficina de Aprimoramento ADRS. Caderno do Participante, 2011a, p. 7. (compilação de informações).

Para subsidiar os estudos do ADRS e facilitar a compreensão dos conteúdos programáticos discutidos (principalmente durante a realização do módulo I) as atividades propostas, os textos, os instrumentos utilizados durante a oficina de reciclagem e a bibliografia sugerida estão dispostos no Caderno do Participante (Banco do Brasil. Oficina de Aprimoramento ADRS, 2011a), organizado pelo Segmento Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil.

É importante asseverar que durante a realização da oficina de reciclagem do ADRS, o objetivo principal do processo de ensino e aprendizagem é o de vivenciar metodologias participativas para aplicá-las nas atividades de orientação aos agricultores familiares, com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.

Neste sentido, a MEXPAR (Metodologia Participativa de Extensão para o Desenvolvimento Sustentável) pode ser considerada um importante instrumento do fazer pedagógico utilizado pelos mediadores em suas atividades didático-pedagógicas como forma de possibilitar um processo de construção e de socialização dos conhecimentos entre os ADRSs participantes das oficinas de reciclagem.

Sobre a MEXPAR, Ruas et al., asseveram que

A MEXPAR assume como pressuposto básico que todo conhecimento é uma produção social e que, portanto, encontra-se num constante processo de elaboração, reformulação e validação. Para promover e estimular essa produção de conhecimento é de fundamental importância o fortalecimento de processos de mediação entre extensionistas e agricultores familiares. Tais processos devem privilegiar, em sua prática, a utilização de técnicas que favoreçam e estimulem a reflexão dos grupos sociais sobre as relações estabelecidas com os meios físico e social e a elaboração de novos conceitos e novas experiências. (RUAS, et al., 2006).

Portanto, a MEXPAR pode ser vista como uma abordagem metodológica, inserida na metodologia DRS, orientada por princípios educativos coerentes com a identidade e especificidade da agricultura familiar e demais atores sociais, parceiros de um projeto coletivo de desenvolvimento. Para tanto, é preciso que se firme uma relação de confiança entre todos os atores sociais ou protagonistas envolvidos na aplicação da metodologia MEXPAR.

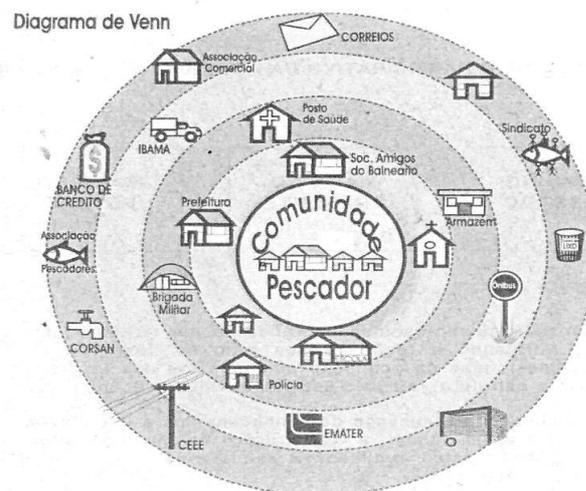
Nesse mesmo raciocínio, Ruas et al. dizem que

São necessárias a conquista da autonomia e sua reconstrução continuada nas relações e na prática social. Na base para a conquista dessa autonomia é desejável o estabelecimento de relações de **confiabilidade mútua**, de co-responsabilidade no exercício da tomada de decisão em questões que envolvam compartilhamento de resultados. (RUAS, et al. 2006, grifo nosso).

Desse modo, falar em confiabilidade mútua e compartilhamento de resultados significa dizer falar em redes e parcerias. Assim, na aplicação das técnicas sugeridas na MEXPAR é importante que as relações de confiança e de parceria entre os atores sociais sejam estimuladas na direção de um desenvolvimento regional sustentável.

Neste sentido, a técnica aplicada na MEXPAX denominada Diagrama de Venn ou Diagrama de Tortas pode ser utilizada como uma forma de se incentivar o relacionamento de órgãos e entidades com a comunidade, e vice-versa, como explicitado no quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – A MEXPAR e o Diagrama de Venn



O que é: uma representação gráfica que possibilita visualizar o relacionamento de órgãos e entidades com a comunidade.

Objetivo: identificar o grau de importância e de proximidade que a comunidade atribui aos órgãos e entidades que direta ou indiretamente estão envolvidas com ela, visando o fortalecimento das parcerias no processo de planejamento participativo.

Aplicação: essa técnica é aplicada na elaboração de diagnósticos participativos, para avaliar a participação das entidades e a possibilidade de estabelecer futuras parcerias.

Tempo: entre 1 e 2 horas.

Materiais: cartolinas, tarjetas, pincéis.

Fonte: Ruas, et al. 2006.

4.4.3 A aplicação das técnicas num contexto participativo: a MEXPAR e o papel do mediador na capacitação dos atores sociais.

No tocante à utilização das técnicas para aplicação da metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR, é

importante entender o vocábulo participação como um processo em permanente construção, constituindo como uma oportunidade de socialização de experiências e de conquista social.

Desse modo, para Verdejo (2007), a definição das técnicas utilizadas na aplicação da MEXPAR deverá levar em consideração alguns aspectos essenciais: o trabalho criativo e participativo; o processo dialógico; a organização das ideias, negociação, planejamento e comprometimento com as ações propostas; os estilos de agricultura de base agroecológica e estratégias de desenvolvimento sustentável.

O uso de técnicas na aplicação da MEXPAR requer a participação de um agente facilitador do processo que assume o papel de moderador.

Ruas et al. (2006), afirmam que a moderação tem por objetivo estimular a integração das pessoas ao grupo e propiciar as condições e os instrumentos para que o grupo discuta suas ideias mais ordenadamente e possa chegar aos resultados, de preferência em consenso. Em vista disso, o moderador tem um papel importante na administração de conflitos e divergência de opiniões, que emerge naturalmente num processo e construção coletiva, contribuindo para que não se perca o foco da discussão. Ou seja, na MEXPAR, o moderador caracteriza-se como um agente facilitador e mediador do processo de construção e socialização de conhecimentos.

Portanto, no bojo das discussões sobre a importância da utilização de técnicas na aplicação da MEXPAR, é importante destacar o papel assumido pelo moderador ou mediador como um agente facilitador do processo de ensino e aprendizagem, possibilitando ao ADRS, enquanto ator social, mudanças individuais que juntas se fortalecem através de seu relacionamento com a comunidade onde vive.

5 HISTÓRICO E CONTEXTO DO LÓCUS DA PESQUISA

[...] O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se pois logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma população. [...] (SANTOS, 2000, p. 96-97).

5.1 Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas–PI

Diante da necessidade de implantação de novas institucionalidades regionais no estado do Piauí, com ênfase no planejamento para o desenvolvimento regional sustentável e, partindo da realização de conferências regionais de desenvolvimento, bem como da elaboração de planos municipais de desenvolvimento local sustentável e regionais de desenvolvimento, em outubro de 2003, foi definida a proposta dos *Cenários Regionais do Piauí*. A referida proposta, em seu objetivo principal, visava a implementação de ações a serem executadas nos municípios piauienses pelos diversos órgãos do governo estadual, em parceria com alguns órgãos federais, a partir da articulação com o poder público municipal e a sociedade civil nas diferentes regiões do estado.

Nesse sentido, ante os resultados do documento original intitulado *Cenários Regionais do Piauí – Proposta de Regionalização* (PIAUI, SEPLAN, 2003), elaborado pela Unidade de Apoio ao Planejamento Municipal da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, e principalmente das discussões ocorridas entre os anos de 2003 e 2007 nas Conferências Regionais de Desenvolvimento, foi estabelecido por intermédio da Lei Complementar (estadual) nº 87, de 22/8/2007, o Planejamento Participativo Territorial do estado do Piauí, através da divisão do estado em 4 (quatro) macrorregiões (ilustração 4), de acordo com as características dos biomas predominantes no estado; 11 (onze) territórios de desenvolvimento e 28 (vinte e oito) aglomerados de municípios.

Os territórios de desenvolvimento (ilustração 5) e os aglomerados de municípios (ilustração 6) foram definidos a partir da identificação das vocações produtivas, das identidades culturais e das relações socioeconômicas existentes.

Ilustração 4 – Macrorregiões do Piauí



Fonte: Piauí. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). MDA. EFPT, 2006, p. 5.

Ilustração 5 – Territórios de Desenvolvimento do Piauí



Fonte: Piauí. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). MDA. EFPT, 2006, p. 5.

histórico-territorial do TD Vale do Guaribas teve início com os indígenas da tribo dos jaicós, que habitavam a região muito antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Já os registros históricos oficiais mais antigos fazem referência ao aldeamento Jaicós (1731), que deu origem ao atual município, de mesmo nome.

Conforme consta no PLANAP,

[...] em 1762, a aldeia já era habitada por uma população de aproximadamente três centenas de índios, contando-se 28 moradias no povoado. A construção de duas escolas e de uma capela em 1767 levou a que, em 1801, fosse instalada a Freguesia de Cajueiro depois Vila de Jaicós (1832) e, finalmente, cidade de Jaicós, em 1889, em cumprimento ao Decreto estadual nº 03, de 30 de dezembro daquele ano, concedendo-se foro de cidade à sede municipal. Em seguida, à criação de Jaicós, tem-se a do município de Picos, o que veio a ocorrer no ano de 1890. Picos teve sua origem numa fazenda de um certo senhor Borges Marinho, então grande fazendeiro da região. Os municípios de Jaicós e Picos, os mais antigos do TD Vale do Guaribas, foram desmembrados do município de Oeiras. (BRASIL, 2006, p. 23).

Oeiras está localizada no TD Vale do Canindé e é considerado um dos mais antigos do Brasil. Ademais, assim como muitas cidades do sertão nordestino, teve sua origem associada à fundação da capela de Nossa Senhora da Vitória, em 1695; o povoado foi elevado à categoria de vila em 1712 e tornou-se a capital do Piauí em 1759, sendo elevada a município em 1761 e capital do Piauí de 1759 a 1851.

Ao longo da década de 1990, um aspecto marcante no TD Vale do Guaribas foi o desmembramento político-territorial de municípios para formação de novos municípios.

Sobre essa situação, o documento do PLANAP enfatiza, ainda, que

Após Picos instalada, no ano de 1890, somente em 1938 (48 anos depois) verifica-se a criação de novos municípios, sendo daí até o ano de 1989 acrescidos apenas 14 municípios, dentre os quais São Julião e Monsenhor Hipólito. Na década de 1990, verifica-se uma verdadeira explosão de novos municípios. Do total de [39 municípios] que integram o território, nada menos que 20 foram instalados nesse período, mas precisamente nos anos de 1993 (7) e 1997 (13). Tem-se, portanto, que no período de 5 anos (1993-1997) foram criados mais municípios do que em 157 anos (1832-1989). Entre os municípios mais recentemente criados tem-se: Acauã, desmembrado do município de Paulistana e criado por intermédio da Lei Estadual nº 4.810, de 14/12/1995; e Curral Novo do Piauí, desmembrado do município de Simões e criado pela Lei Estadual nº 4.680, de 26/1/1994 (BRASIL, 2006, p. 23).

Quanto aos recursos naturais e às características geoambientais, no TD Vale do Guaribas predomina o bioma da caatinga. A vegetação é uma expressão do clima semiárido, bem como de outros fatores geoambientais representados pelo relevo, pelo material de origem e pelos organismos, numa interação que ocorre ao longo do tempo e resulta, também na determinação de todo o quadro natural (BRASIL, 2006, p. 24).

Quanto à situação sociodemográfica do TD Vale do Guaribas, vale destacar que as informações preliminares do Censo 2010 dão conta de que a população do TD compreende um total de 340.286 habitantes, o que equivale a 10,91% da população do estado do Piauí e uma densidade demográfica de 6,8 hab./km². O TD Vale do Guaribas é constituído, por pequenos municípios, sendo que do total de 39 municípios pertencentes a esse Território, 32 (82,05%) possuem população de até 10.000 habitantes.

Em relação ao comportamento da população segundo a situação do domicílio (urbano ou rural), os dados preliminares do Censo 2010 revelam uma taxa de urbanização de 46,86%, demonstrando ser um território essencialmente rural. Ademais, 53,14% das pessoas residem nas áreas rurais do TD. A população rural deste TD representa 16,93% da população rural do estado, enquanto a população urbana corresponde a 7,77% da população urbana estadual.⁵

Considerando as condições de vida da população no TD Vale do Guaribas, o diagnóstico social elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com coordenação técnica da Escola de Formação Paulo de Tarso (EFPT), como parte do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Vale do Guaribas, mostra que

[...] em relação aos municípios pobres, caracterizados por saneamento inadequado, com responsáveis pelo domicílio recebendo até um salário mínimo e frequentando escola menos de quatro anos, o município de Queimada Nova apresenta a pior situação de 84,5% do total de domicílio; Picos é o que apresenta menor índice de 36,6% do total de domicílios. É importante destacar que o índice de domicílios pobres no território é de 54,5% dos domicílios totais, taxa superior ao estado que é de 44,8%. (PIAÚÍ, MDA, EFPT, 2006, p. 12-13).

⁵ IBGE. Dados demográficos obtidos a partir de pesquisa no website do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

Percebe-se que o Território apresenta uma enorme contradição em seu componente socioeconômico: ao mesmo tempo em que apresenta indicadores econômicos e sociais sofríveis, mostra um potencial extraordinário para um processo sustentado de desenvolvimento. (BRASIL, 2006, p. 24).

A análise da dinâmica econômica do Território, revela que as atividades produtivas de maior destaque são a agricultura, a pecuária, com ênfase para a ovinocaprinoicultura, a apicultura, a bovinocultura, a mandiocultura e a cajucultura, além de outras atividades econômicas igualmente importantes como a mineração e o setor de comércio e serviços, especialmente nos municípios de Picos e Paulistana. A piscicultura é uma atividade em expansão, apesar de pouco significativa.

A dinâmica econômica do Território se dá em virtude da melhor estruturação dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) da apicultura, cajucultura, ovinocaprinoicultura e mandiocultura. Outras atividades se fazem presentes, a exemplo da piscicultura e bovinocultura de leite.

Vale ressaltar a importância das várias instituições (governamentais e não-governamentais) e organizações sociais que potencializam a convergência de esforços para o fortalecimento dos APL's no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas (PIAÚÍ, SEPLAN, 200?).

Nesse sentido, nos últimos anos, os agricultores familiares do Território do Vale do Guaribas vêm se destacando pela formação de redes de cooperação (cooperativismo)/associação(associativismo), envolvendo apicultores, cajucultores, ovinocaprinoicultores e mandiocultores, através da criação de associações de produtores rurais, cooperativas ou centrais de cooperativas, como exemplo a Associação a Associação dos Pequenos Apicultores de Acauã (ACMEL), a Cooperativa (MELCOOP), a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido (CASA APIS), a Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí (COCAJUPI), a Cooperativa Mista e Industrial do Povoado Baixio (COOMIBA) e a Cooperativa Mista Agroindustrial de Jaicós (COOMAJ).

Picos é o município de referência para o Território Vale do Guaribas, oferecendo serviços estratégicos para a população e poderes públicos, além de dispor de um comércio bem desenvolvido, constituindo-se em centro regional para a circunvizinhança. No setor educacional, destacam-se várias escolas da rede pública e privadas da educação básica, 1 campus do IFPI, 1 campus da UFPI, 1 campus da UESPI e uma faculdade particular.

No que tange à importância do município de Picos em relação às inovações tecnológicas para a produção e o beneficiamento de mel e dos demais produtos apícolas, destaca-se a contribuição da empresa APIAGRO Ltda, metalúrgica local especializada na fabricação de equipamentos apícolas e que desenvolveu tecnologia própria e apresenta uma produção voltada não somente para o atendimento à demanda do TD Vale do Guaribas, mas também do restante do estado do Piauí e de outros estados do país, principalmente na região nordeste.

5.2 Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS)

No contexto das discussões sobre a rentabilidade econômica, social e ambiental da apicultura no semiárido do Piauí, na data de 02/6/2005, foi fundada a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS), vide logomarca no anexo A, maior empreendimento econômico e solidário (EES) da cadeia produtiva do mel no Brasil, com o objetivo de fortalecer o cooperativismo apícola, mediante a implantação de uma agroindústria, dinamizando a produção e a qualidade, o beneficiamento e a comercialização dos produtos apícolas.

A Central de cooperativas, com sede no município de Picos-PI, foi estruturada e constituída no âmbito do Programa Nordeste de Geração de Trabalho e Renda e de Promoção do Desenvolvimento Regional Sustentável com foco na cadeia produtiva do mel (PROMEL). Este Programa é baseado no referencial metodológico para atuação em cadeias produtivas envolvendo populações pobres e possui o intuito de fomentar a apicultura no país para a geração de emprego e renda.⁶

Atualmente, a CASA APIS integra 9 (nove) cooperativas filiadas (quadro 7), distribuídas em 53 comunidades de 51 municípios dos estados do Piauí (Norte: 173 apicultores; sul: 113 apicultores e centro-sul: 455 apicultores) e Ceará (168 apicultores), totalizando 909 (novecentos e nove) apicultores associados.

A tabela 1, em seguida ao quadro 7, traz informações referentes às cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas-PI, enfocando os municípios-sede e o número de sócios.

⁶ CASA APIS. Disponível em: <<http://www.casaapis.net>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

Quadro 7 – Localização e nome das cooperativas filiadas à CASA APIS

LOCALIZAÇÃO	NOME DA COOPERATIVA
TD Vale do Guaribas-PI	COMPAI
	COOPIX
	MELCOOP
TD Serra da Capivara-PI	COOPASC
	COOPARN
TD Cocais-PI	COOABEL
	COODEVARP
Estado do Ceará	COOPERNECTAR
	COOAPIS

Fonte: arquivo da CASA APIS

Tabela 1 – Cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas-PI: município-sede e número de sócios

COOPERATIVA	MUNICÍPIO-SEDE	NÚMERO DE SÓCIOS
COMPAI	Itainópolis-PI	78
COOPIX	Pio IX-PI	58
MELCOOP	Picos –PI	255

Fonte: ITES/UFPI

A CASA APIS pode ser vista como um empreendimento pioneiro do PROMEL que se apresenta como uma realidade no estado do Piauí (e na região Nordeste), que envolve mais de 1.600 famílias de apicultores capacitadas para operar em toda a cadeia produtiva do mel, de maneira competitiva e solidária, cuja competência reúne vários parceiros (BB, FBB, SEBRAE, ICCO, REDE UNITRABALHO, UNISOL BRASIL, UFPI/ITES, IFPI, CODEVASF, EMATER, FEAPI, CONAB) e a Câmara Setorial da Apicultura do Estado do Piauí, esta instituída pelo Decreto Estadual 11.567, de 12/2004. (PIAUI, 2004).

Comentando sobre aspectos da experiência da CASA APIS que a tornam uma prática inovadora, Dantas Filho, assevera que o EES

[...] se constitui em iniciativa pioneira e inovadora, considerando o ineditismo de um programa desenhado com objetivo de combater a pobreza através da criação de um empreendimento baseado nos

princípios da economia solidária, destinado a organizar e capacitar produtores da agricultura familiar para exercer sua autogestão sustentável. [...] Com relação às inovações geradas no processo de implantação do empreendimento, merecem destaque três outros projetos, desenvolvidos a partir de dificuldades detectadas na implantação do Projeto. O primeiro, denominado Apoio a Gestão e Organização Social da Base, teve por objetivo fortalecer a organização social da base produtiva, consolidação da gestão administrativa e estruturação do setor de comercialização. O **projeto dos ADRS - Projeto de Desenvolvimento Social e Apoio à Transferência de Tecnologia teve o propósito de fortalecer a base produtiva da CASA APIS, viabilizando a orientação técnica, social e ambiental, além de transferir tecnologias e promover a mobilização social dos apicultores das cooperativas singulares.** O terceiro foi o Projeto de Comunicação e Mobilização da Base, criado para melhorar a comunicação entre as cooperativas singulares e a Central e, ao mesmo tempo, fortalecer a participação dos apicultores através do maior *empoderamento* de seus protagonistas. (DANTAS FILHO, 2010, p. 23, grifo nosso).

Nessa direção, o objetivo da CASA APIS é visto como o de organizar os pequenos produtores numa Central de cooperativas, visando a viabilização conjunta da produção e comercialização dos produtos da apicultura do semiárido brasileiro e o fortalecimento da capacidade dos pequenos produtores apícolas quanto à apropriação do valor agregado da matéria-prima, até então nas mãos dos atravessadores e das grandes empresas, ampliando significativamente as oportunidades de geração de trabalho e renda.

Por isso, como uma Central sem fins lucrativos, e tendo o papel de organizar, eficazmente, as cooperativas de pequenos produtores e produtores independentes, a fim de agregar valor e melhorar a renda dos apicultores, proporcionando melhorias econômicas e sociais às populações de apicultores e suas famílias, a CASA APIS realiza importantes parcerias com instituições públicas e privadas, objetivando fomentar e desenvolver capacitações de seus associados e pesquisas científicas. Além disso, faz a coordenação da gerência administrativa, presta assistência econômica às filiais e fixa políticas de investimento a curto, médio e longo prazo.

No âmbito da estrutura da Central de cooperativas, a realização de atividades de **capacitação**, certificações, **treinamento**, instalação de casas de mel e comercialização pode ser vista como evidência do nível de organização dos apicultores e, por conseguinte, dos ADRSs através da participação em associações

de produtores e cooperativas apícolas de 1º grau.⁷ O anexo B ilustra com clareza esse aspecto da estrutura organizacional do EES CASA APIS.

No tocante à estrutura organizacional, cabe destacar ainda, que a Central de cooperativas é um empreendimento baseado no cooperativismo solidário que apresenta uma estrutura de gestão participativa constituída pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Consultivo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O órgão máximo deliberativo é a Assembleia Geral, com poderes para definir metas, diretrizes, tomar decisões visando o desenvolvimento e a defesa dos interesses da CASA APIS. Possui um Fórum de Participação de Base composto por 5 (cinco) representantes eleitos, em assembleia geral, membros de cada uma das cooperativas filiadas, e 1 (um) representante de cada um dos órgãos ou entidades parceiras de cada um dos projetos desenvolvidos pelo empreendimento. (DANTAS FILHO, 2010, p. 2).

Na governança do Projeto CASA APIS, destacam-se, ainda, os seguintes órgãos: Conselho Consultivo Nacional (FBB, SEBRAE-Nacional, UNISOL, BB-DRS e CASA APIS); Conselho Consultivo Local (BB-DRS, UNISOL, SEBRAE-PI, UFPI, EMATER, IFPI); Grupo Local de Apoio a Gestão (BB-DRS, IFPI, SEBRAE-Picos e CASA APIS); Federação das Entidades Apícolas do Piauí (FEAPI) – Cooperativas e Associações e Câmara Setorial da Apicultura do Piauí (Entidades públicas e privadas atuantes no setor).

Vale destacar que no contexto da governança da Central, cabe ao Banco do Brasil, através da estratégia comercial de atuação corporativa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) – BB/DRS, promover capacitações e aporte institucional, mobilizando parcerias e recursos para o Projeto, e ao SEBRAE-PI, coordenar as ações de capacitação e articulação das bases produtivas do mel, visando fomentar a cultura do cooperativismo/associativismo.

No artigo *Sustentabilidade por meio da Integração de Cooperativas: o Caso da Produção de Mel*, Gomes e Neves descrevem a organização da produção da Central de cooperativas e afirmam que

⁷ Conforme a legislação brasileira, nas cooperativas de 1º grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto).

A CASA APIS tem sua criação vinculada, sobretudo, ao suprimento de carências existentes no estado do Piauí, a partir da eliminação da figura de atravessador da cadeia de produção e comercialização do mel, o que confere à região um incremento no volume comercializado. Além disso, outro importante ponto existente está relacionado à criação de uma unidade de processamento que garanta a competição dos pequenos produtores característicos da região, através do “fracionamento do mel em volumes de prateleira”, o que agrega valor ao produtor. [...] A CASA APIS é uma Central de cooperativas, sem fins lucrativos, e tem o papel de organizar, de maneira mais eficaz, as cooperativas de pequenos produtores e produtores independentes, de modo a agregar valor e melhorar a renda dos apicultores, proporcionando melhorias econômicas e sociais às populações de apicultores e suas famílias. (GOMES, CARLA C. M. P.; NEVES, MARCOS FAVA. In: NEVES; CASTRO, 2010, p. 66).

A estrutura de produção e comercialização da Central de Cooperativas, mostrada nas fotos abaixo (ilustrações 7a, 7b, 7c, 7d, 7e, 7f), está constituída da seguinte forma: 1 unidade industrial com capacidade de processamento 2.000 t/ano, localizada desde setembro de 2007 em uma área superior a 11.000 m², no município de Picos, (ilustração 7a); máquinas e equipamentos (ilustração 7b); plantel composto de 42.000 colmeias (ilustração 7c). 36 casas de extração de mel (ilustração 7d); serviço de transporte para o recolhimento do mel (ilustração 7e) e embalagem de mel para comercialização (ilustração 7f).

Ilustração 7 – Estrutura de produção e comercialização da CASA APIS

Ilustração 7a



Ilustração 7b



Ilustração 7c



Ilustração 7d



Ilustração 7e

Ilustração 7f



Fonte: arquivo da CASA APIS

Sobre o EES CASA APIS, outro aspecto a ser enfatizado é que a parceria da com o Instituto Centro de Tecnologia Apícola do Piauí (CENTAPI), ilustração 8, em fase de implantação desde o ano de 2007, objetiva buscar a melhoria da qualidade do mel e de outros produtos da abelha, por meio da organização e da introdução de técnicas modernas na produção, sistematização do beneficiamento (padronização) e de uma logística comercial eficiente e competitiva.

Nesse panorama, a meta dos parceiros da CASA APIS é possibilitar o ingresso de instituições de ensino no CENTAPI, formando neste centro tecnológico a Universidade do Mel, unindo teoria e prática na melhoria das condições de vida das milhares de famílias que têm a criação racional de abelhas como fonte de emprego e renda no estado do Piauí (BRASIL, CODEVASF, 2007a, p.2).

Ilustração 8 – Foto da fachada principal do Instituto Centro de Tecnologia Apícola do Piauí (CENTAPI)



Fonte: arquivo da CASA APIS

Em sua estrutura organizacional, a CASA APIS conta, também, com a ação de 19 (dezenove) agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) e de 1 (um) supervisor ADRS. Os ADRSs, juntamente com seu supervisor, participam de capacitações realizadas por representantes de órgãos parceiros, como o BB, o

SEBRAE-PI e a UFPI/ITES, e conduzidas através de palestras ou oficinas de reciclagem (ilustração 9).

Ilustração 9 – Curso de capacitação de ADRSs, ministrado por representantes de órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS (foto)



Fonte: arquivo da CASA APIS

Nas capacitações do ADRS são desenvolvidas atividades didáticas e metodologias participativas voltadas para a disseminação de informações e construção de conhecimentos teóricos e práticos pelo público-alvo sobre agricultura familiar, cooperativismo/associativismo, mobilização social, agroecologia, sustentabilidade, empreendimentos econômicos solidários e crédito rural.

Desta forma, o papel do ADRS no âmbito da CASA APIS é o de vivenciar metodologias participativas para aplicá-las nas atividades de orientação junto aos apicultores das comunidades rurais abrangidas pelas cooperativas filiadas à Central (ilustração 10), atuando como multiplicadores do conhecimento e das informações necessárias à sustentabilidade da apicultura. Ou seja, no contexto da CASA APIS, cabe ao ADRS a realização de ações educativas, principalmente de formação e orientação profissional, com vistas à sustentabilidade do EES e, por conseguinte, ao desenvolvimento regional sustentável nas áreas onde são desenvolvidas as atividades apícolas.

Ilustração 10 – Atividade de orientação do ADRS aos apicultores de cooperativa filiada à CASA APIS, localizada em uma comunidade rural do TD Vale do Guaribas (foto)



Fonte: arquivo da CASA APIS

Na perspectiva da visão dos ADRSs como responsáveis pela transformação da realidade rural e pela profissionalização dos apicultores, Souza, no artigo *ADRs – Os agentes da nova apicultura no Brasil*, afirma que os ADRSs, por serem da própria comunidade, possuem trânsito livre e diálogo fácil entre os produtores, permitindo-lhes atuar de maneira mais efetiva na transformação da realidade local, proporcionando o aparecimento no campo da nova apicultura brasileira. (SOUZA, 2006, p. 46).

Destarte, a missão da CASA APIS é a de consolidação da dinamização da produção apícola sustentável com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social do semiárido, bem como a impulsão do processo organizacional das comunidades rurais mobilizadas, através da cooperação e do envolvimento dos atores da agricultura familiar nos seus núcleos (apicultores e familiares), causando impacto positivo sobre a realidade local no TD Vale do Guaribas.

A tabela 2, a seguir, indica informações referentes às exportações brasileiras de mel, relativas ao ano de 2010 e ao período de janeiro a maio de 2011. De qualquer forma, estes números ilustram a importância do Projeto CASA APIS com vistas à inserção socioeconômica da população sertaneja, através da geração de trabalho e renda no semiárido piauiense. Ademais, por certo, a contribuição dos apicultores associados à Central de cooperativas é relevante no montante da produção melífera do estado do Piauí.

Considerando a participação do estado do Piauí na produção e exportação nacional de mel, vale ressaltar, ainda, as informações recentemente divulgadas no portal da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL) sobre a posição do estado do Piauí nas exportações brasileiras de mel no mês de junho do ano de 2011.

Para a ABEMEL, o Piauí

[...] supera São Paulo como exportador de mel em junho, [passando] do terceiro para o primeiro lugar em apenas um mês. Em junho [2011], o Piauí passou a ser o maior exportador de mel do país, com 595 toneladas e US\$ 1,9 milhão, de acordo com dados divulgados [...] pelo SEBRAE. São Paulo fechou o mês com 479 toneladas e

US\$ 1,5 milhão, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 237 t e US\$ 736,9, e Ceará, com 136 t e US\$ 445 mil.⁸

A partir da interpretação dos dados da tabela 2, pode-se concluir que o estado do Piauí ocupa uma posição de destaque nacional quanto ao valor e ao volume das exportações de mel.

Tabela 2 – Exportações de mel 2010 / 2011 (jan.- maio): mundo (por país) e Brasil (por unidade da federação)

Mundo (países)	2011 (jan. – maio)		2010	
	Valor Mil (US\$)	Volume (Ton.)	Valor Mil (US\$)	Volume (Ton.)
Brasil (geral)	34.153	10.564,7	55.055	18.632,1
EUA	22.468,9	7.034,4	30.122	10.336,8
Alemanha	6.395	1.921,3	12.664	4.239,8
Reino Unido	2.634,7	834,8	6.300	2.157,3
Holanda	-	-	127,8	41,2
Bélgica	586,0	176,6	245,0	81,4
Canadá	775,5	219,9	2.003,8	611,4
França	669,7	204,6	843,9	283,7
Brasil (unidades da federação)	Valor Mil US\$	Volume Ton.	Valor Mil US\$	Volume Ton.
Rio Grande do Sul	8.877,7	2.845,8	8.932,5	3.102,9
São Paulo	9.872,0	3.052,4	15.465,3	5.253,2
Piauí	4.513,0	1.381,6	9.611,2	3.361,6
Ceará	3.790,4	1.105,8	9.721,5	3.076,3
Rio Grande do Norte	1.413,6	477,1	1.840,3	722,3
Bahia	644,6	201,2	486,0	163,7
Maranhão	-	-	106,2	36,8
Santa Catarina	1.093,4	329,4	4.215,3	1.406,1
Paraná	2.299,2	687,8	2.714,1	884,0
Minas Gerais	433,9	138,2	1.460,8	485,5
Consumo de Bordo	1.173,7	334,3	502,0	139,3
Total	34.112,00	10.553,9	55.055,20	18.631,7

Fonte: arquivo da CASA APIS

Um exemplo da importância econômica, social e ambiental da CASA APIS, destaca-se que diante das exigências fitossanitárias do mercado global, o mel produzido naquele EES ocupa uma posição privilegiada nos mercados nacional e

⁸ ABEMEL. Notícia disponível em:

<http://abemel.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=69:piaui-supera-sao-paulo-como-exportador-de-mel-em-junho&catid=35:destaques>. Acesso em: 22 jul. 2011.

internacional, mostrando ser livre de agrotóxicos. Por conta disso, no ano de 2009, a Central de cooperativas recebeu a certificação orgânica de produção de mel. Nesta ocasião, o mel do Piauí foi considerado o primeiro da América Latina a receber a certificação internacional de produto orgânico.⁹

Além disso, na CASA APIS, o processo produtivo do mel respeita os direitos trabalhistas dos atores sociais envolvidos, mantendo uma produção social e ambientalmente justa. Ressalte-se, ainda, que com a certificação orgânica, a Central de cooperativas tornou-se uma das maiores exportadoras do mel do país a participar do *fair trade*.¹⁰

⁹ MEIO NORTE. Notícia disponível em: <<http://www.meionorte.com/frenteamplo/mel-do-piaui-e-o-primeiro-da-america-latina-a-receber-certificacao-internacional-de-produto-organico-116315.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

¹⁰ O *fair trade* (comércio justo, em português) é um movimento social ou modalidade de comércio internacional que se apresenta, atualmente, como um dos pilares do modelo sustentável de desenvolvimento, mediante o estabelecimento de preços justos com padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas em várias regiões do mundo.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“ [...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. “ (MINAYO, 2007, p. 14).

A partir da reflexão de Minayo (2007), em epígrafe, sobre o desafio da pesquisa social e o conceito de metodologia de pesquisa como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ocupando um lugar central no interior das teorias, situaremos o método desta pesquisa, dividindo-o em duas seções: a operacionalização e a coleta de dados e a análise dos dados da investigação.

6.1 A operacionalização e a coleta dos dados da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma dimensão empírica pautada na busca de respostas mediante a utilização de uma abordagem de natureza quali-quantitativa. Ou seja, o estudo voltou-se para a instrumentalização empírica das hipóteses formuladas através de uma modalidade de investigação que apresenta, em sua natureza, uma visão de mundo a partir da perspectiva do sujeito, implementada mediante a coleta de dados quantitativos e qualitativos: a denominada pesquisa quali-quantitativa.

Contudo, é importante asseverar que a opção por uma abordagem de natureza qualitativa não invalida a utilização de pesquisas quantitativas sobre capital social, pois existem várias pesquisas de natureza quantitativa voltadas, também, para uma visão de mundo na perspectiva do sujeito. Nesse panorama, cabe destacar a existência de vários estudos sobre capital social baseados na utilização de *survey*. Ademais, a mensuração de fenômenos sociais, como a relação capital social e educação, é vista como algo operacional, podendo ser realizada na abordagem quantitativa.

Neste âmbito, os estudos de alguns autores sobre a sinergia entre capital social e desenvolvimento socioeconômico a partir da análise de dados estatísticos

relativos ao desempenho dos indicadores socioeconômicos e de participação democrática da população em diversas regiões, podem ser ilustrados como trabalhos realizados em uma abordagem de natureza quali-quantitativa.

No Brasil, destacam-se como exemplos desta abordagem os trabalhos de Marcello Baquero (Baquero; Cremonese. Orgs, 2006, p. 63), baseados na análise de alguns dados sobre participação política e social no Brasil, remetendo a uma reflexão sobre capital social, educação e participação cidadã, bem como os estudos de Dejalma Cremonese que comprovam mudanças nos níveis de participação político-social e no capital social, partindo da análise dos bancos de dados dos Institutos de Estatísticas (Baquero; Cremonese. Orgs, 2008, p. 102).

Logo, a escolha da modalidade de investigação denominada pesquisa quali-quantitativa não pode ser justificada somente pelo objeto desta pesquisa, mas reside no fato desta abordagem apresentar de forma clara, em sua natureza, uma visão de mundo a partir da perspectiva do sujeito e da análise de dados quantitativos. Ademais, esta investigação apresenta depoimentos dos sujeitos da pesquisa e análise de documentos, além de dados quantitativos. Assim, a abordagem do presente trabalho pode ser definida como sendo quali-quantitativa.

Autores como Minayo (2007) e Creswell (2007), defendem a importância da pesquisa qualitativa nas ciências sociais. Assim, Minayo diz que

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p. 21).

Da mesma forma, Creswell (2007) afirma que a pesquisa qualitativa tem se mostrado muito utilizada nas pesquisas, em particular, no campo educacional, haja vista que os pesquisadores têm encontrado nessa abordagem apoio metodológico e teórico para analisar seus objetos de pesquisa.

Portanto, para Creswell

[...] uma investigação científica dessa natureza, implica imersão na vida diária do cenário escolhido para o estudo; o pesquisador entra no mundo dos informantes e, através de interação contínua, procura

perspectivas e significados dos informantes. (CRESWELL, 2007, p. 202).

Comentando sobre a descrição na análise qualitativa, Martins (2008, p. 58) afirma que uma questão metodológica importante é a que se refere ao fato de que não se pode insistir em procedimentos sistemáticos que possam ser previstos, em passos ou sucessões como uma escada em direção à generalização.

Entretanto, como a análise dos dados da pesquisa foi orientada por uma abordagem quali-quantitativa, foram utilizados, também, dados quantitativos, mediante levantamentos feitos através de questionários. Ademais, segundo Rossman e Rallis (1998 apud CRESWELL, 2007, p. 87), o pesquisador qualitativo adota e usa uma ou mais estratégias de investigação como um guia para os procedimentos no estudo qualitativo.

Seguindo esta linha de pensamento, cabe realçar que no percurso desta investigação científica foi utilizada uma abordagem de pesquisa quali-quantitativa, posto que o presente trabalho implicou na necessidade de lidar com uma grande variedade de dados empíricos e descritivos (qualitativos e quantitativos), embasados em perspectivas pessoais dos sujeitos da investigação e em levantamentos numéricos.

Assim, para atender aos objetivos deste estudo, o pesquisador tomou por base a perspectiva dos sujeitos e sua contextualização, orientando suas análises a partir da imersão nos objetos empíricos da pesquisa. Desse modo, não é nosso objetivo, neste momento, comentar sobre a fundamentação teórica e os resultados da pesquisa, mas sim refletir sobre como foram constituídos os objetos empíricos, bem como os sujeitos da investigação.

Os objetos empíricos de nossa pesquisa são os seguintes empreendimentos apícolas localizados no TD Vale do Guaribas, no estado do Piauí: a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS), com sede no município de Picos-PI; 3 (três) cooperativas de produtores, filiadas à Central de cooperativas e localizadas no TD Vale do Guaribas (MELCOOP, COOPIX e COMPAI) e 14 (quatorze) associações de produtores apícolas, filiadas às três cooperativas localizadas no TD Vale do Guaribas.

Em continuidade às considerações acerca da operacionalização da pesquisa, firmam-se a seguir os sujeitos da investigação: agentes de desenvolvimento regional

sustentável (ADRSs); produtores apícolas cooperados e representantes de órgãos ou entidades parceiras e da equipe do projeto de comunicação e mobilização, envolvidos nas ações de formação profissional e inovação tecnológica realizadas nas cooperativas filiadas à CASA APIS.

Para efetuar a investigação, em princípio o pesquisador manteve com os sujeitos da pesquisa, com vistas a expor a relevância desta e solicitar o consentimento dos mesmos como colaboradores.

Tendo em vista o número de ADRSs que integram as três cooperativas filiadas à CASA APIS, atualmente 17 (dezesete), optou-se por realizar um censo. Ou seja, com relação aos ADRSs, houve um levantamento total da população a ser entrevistada, representando uma amostra de 100 % da população total. Ressalte-se que todos os ADRSs entrevistados na pesquisa são associados a uma das três cooperativas da CASA APIS acima referidas.

No que concerne à escolha dos produtores apícolas e dos representantes de órgãos ou entidades e da equipe de comunicação e mobilização como sujeitos da pesquisa, estes foram selecionados não a partir de uma amostra aleatória, mas sim pelas funções exercidas, direta ou indiretamente, nas ações de educação e formação profissional e inovação tecnológica desenvolvidas nas cooperativas filiadas à Central de cooperativas.

Para melhor entendimento da validade da amostra [quali-quantitativa] utilizada no presente estudo, faz-se mister evidenciar o tamanho da amostra da pesquisa, composta por 17 (dezesete) ADRSs, atuantes nas comunidades rurais das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas; 1 (um) produtor apícola cooperado, integrante da Diretoria Executiva da CASA APIS; 5 (cinco) representantes de órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS, diretamente ou indiretamente relacionadas a projetos na área de educação e formação profissional e inovação tecnológica, sendo 2 (dois) do Banco do Brasil, 2 (dois) do SEBRAE-PI e 1 (um) do IFPI; 1 (um) representante da equipe do projeto de Comunicação e Mobilização da CASA APIS, coordenado pela ITES/UFPI.

Em relação à coleta de dados, para atender aos objetivos definidos nesta pesquisa, o pesquisador utilizou fontes de dados de origem primária e secundária, obtidas a partir de um modelo metodológico apoiado em pesquisa bibliográfica e de campo, análise documental e estudo de caso.

No tocante à pesquisa bibliográfica, o pesquisador recorreu ao vasto referencial teórico disponível em relação aos temas capital social e capital social e educação, desde livros, dissertações e teses, monografias, artigos científicos, publicações e artigos científicos, até jornais, periódicos, revistas e textos extraídos da internet, além de ter utilizado a bibliografia referente aos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, especialmente sobre a CASA APIS.

Em relação à vantagem da pesquisa bibliográfica no delineamento de uma pesquisa, Gil assevera que

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2008, p. 50).

Como suporte à pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa documental. No dizer de Gil (2008, p. 51), a pesquisa através de documentos vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Ou seja, a pesquisa documental pode ser construída a partir de recursos que ainda não receberam tratamento científico.

Neste sentido, na presente pesquisa foram consultados documentos como: caderno do participante ADRS – BB/DRS, kit educativo SEBRAE, fotos, slides, atas de reunião, planos de negócio do BB, leis e decretos, relatórios, folders e materiais de divulgação da CASA APIS, do BB/DRS e do SEBRAE, entre outros documentos produzidos por órgãos governamentais e não-governamentais.

Juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental, considerou-se, também, como importantes instrumentos no delineamento da pesquisa, o estudo de caso a partir da pesquisa de campo realizada no lócus da pesquisa.

Assim, o EES CASA APIS foi examinado de forma a permitir um conhecimento mais detalhado de sua realidade e compreender a dinâmica e a trajetória dos ADRSs e dos associados àquela Central de cooperativas, bem como entender a relação entre as ações educativas e a formação de capital social entre os ADRSs que atuam no TD Vale do Guaribas. Ademais, o estudo de caso é

caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. (GIL, 2008, p. 57).

A pesquisa de campo teve como principal finalidade a obtenção de informações e conhecimentos necessários para a comprovação das hipóteses desta pesquisa empírica, bem como para a análise de suas variáveis principais, imprescindíveis para a realização da investigação.

Desta forma, o pesquisador utilizou como instrumentos norteadores da presente investigação os recursos técnicos dos questionários e dos roteiros de entrevista, necessários para a consecução dos objetivos da pesquisa, bem como o procedimento de coleta de dados denominado observação não-participante. Assim, objetivando o levantamento de dados para a pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo, complementada com algumas viagens de campo.

Durante a pesquisa de campo, a aplicação dos questionários, as entrevistas e a observação não-participante com os sujeitos da pesquisa, possibilitaram a obtenção de dados mais objetivos, fundamentais para a compreensão do fenômeno ora investigado, bem como de suas variáveis.

Ressalte-se, na oportunidade, a variável principal utilizada neste estudo: a relação entre a formação de capital social entre os ADRSs e a educação e formação profissional e inovação tecnológica realizadas por dois importantes parceiros da CASA APIS (BB/SEBRAE-PI). Ou seja, as ações educativas desenvolvidas com os ADRSs da CASA APIS nos cursos de capacitações ou oficinas de reciclagem e seus efeitos em termos de formação de capital social entre os respectivos ADRSs.

A respeito do questionário como um importante instrumento de coleta de dados, fundamental para a compreensão do fenômeno ora investigado, bem como na melhor interpretação de suas variáveis, Marconi e Lakatos (1999, p. 100), afirmam que a elaboração do questionário é uma etapa longa e complexa, que exige cuidado para que as questões ofereçam condições para obtenção das informações necessárias.

O questionário como um procedimento de coleta de dados aplicado como um dos instrumentos para mensuração do capital social entre os 17 (dezesete) ADRSs, sujeitos desta pesquisa, foi estruturado a partir de um conjunto de questões (abertas e fechadas), tomando como referência as duas categorias consideradas fundamentais por Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006, p.32) para entender o capital social, a estrutural e a cognitiva.

Em relação à forma de elaboração dos questionários, Marconi e Lakatos (1999) afirmam que as perguntas do questionário podem ser classificadas em três grupos: abertas ou livres, fechadas ou dicotômicas e perguntas de múltipla escolha. Como afirmado anteriormente, no presente estudo, adotamos um questionário com questões abertas e fechadas.

Ainda sobre a importância do questionário como técnica de investigação científica, Gil faz uma conceituação e afirma o seguinte:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 21).

Apesar da utilização do questionário como um instrumento de coleta de dados importante nesta pesquisa, cabe destacar que existem diversas iniciativas metodológicas para a mensuração do capital social, uma vez que a forma estrutural de capital social é mais objetiva, enquanto a forma cognitiva é mais subjetiva.

Deste modo, tomando como base o problema e os objetivos da investigação científica, bem como sua abordagem metodológica, foi elaborado um questionário (questionário 1, apêndice B) a partir da definição e adaptação à realidade pesquisada das seguintes categorias para medir capital social, conforme Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006, p. 32, grifo nosso): **capital social estrutural** e **capital social cognitivo**.

Inobstante as divergências teórico-metodológicas a respeito do tema aferição do capital social, as categorias de capital social consideradas nesta pesquisa serão subdivididas em subcategorias, conforme proposta definida por Jacobi et al. (2004) em suas formulações conceituais e operacionais sobre os efeitos do capital social no desempenho institucional.

Neste sentido, por conta da dificuldade de aplicação prática do conceito de capital social e da necessidade de aprimoramento na análise dos dados e das evidências empíricas, o questionário 1 (apêndice B) foi elaborado a partir de adaptações do instrumental metodológico proposto por Jacobi et al. (2004), incorporando as duas categorias do capital social (estrutural e cognitivo) e dividindo-

as, respectivamente, nas seguintes subcategorias: características organizacionais dos grupos sociais (formas de organização social); rede de relações sociais; confiança; reciprocidade e cooperação, as quais estão elencadas no quadro 8 abaixo.

Quadro 8 – Capital social: categorias e subcategorias segundo Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006) e JACOBI et al. (2004)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Capital social estrutural	Características organizacionais dos grupos sociais (formas de organização social)
	Rede de relações sociais
Capital social cognitivo	Confiança
	Reciprocidade
	Cooperação

Fonte: elaboração própria a partir de Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006) e JACOBI et al. (2004)

Mais uma vez, cabe realçar que as categorias e respectivas subcategorias utilizadas para medição do capital social e análise das variáveis principais desta pesquisa, estão elencadas no quadro 8, elaborado com base em Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006) e JACOBI et al. (2004).

No que tange ao procedimento de coleta de dados por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, nesta investigação científica, dada a dificuldade em medir o capital social, bem como a abordagem da pesquisa e a técnica de análise dos dados (análise de conteúdo), a entrevista semi-estruturada foi entendida pelo pesquisador como uma busca de uma maior consistência metodológica relacionada à aferição do capital social, para que os resultados fossem mais fidedignos.

Arnoldi e Rosa, no livro *A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*, comentando sobre as entrevistas semi-estruturadas, afirmam que

As questões deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. [...] Frequentemente, elas dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos. Exigem que se

componha um roteiro de tópicos selecionados. As questões seguem uma formulação flexível, e a sequência e as minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente. (ARNOLDI; ROSA, 2008, p. 30).

Segundo Dias da Silva apud Biasoli-Alves (1998, p.14), nas entrevistas semi-estruturadas as questões são abertas e devem evocar ou suscitar uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados. Seguindo essa linha de raciocínio, na aplicação do questionário como importante instrumento de pesquisa, o pesquisador se atentou no sentido de adequar as perguntas aos sujeitos ora entrevistados (respondentes).

Desta forma, na presente investigação foram elaborados 6 (seis) roteiros de entrevistas, aplicados com os sujeitos da pesquisa ou respondentes, atores sociais envolvidos direta ou indiretamente nas ações de educação profissional e tecnológica realizadas nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas. Senão, vejamos: roteiro 1 (apêndice C), aplicado aos ADRSs que atuam nas três cooperativas filiadas à CASA APIS; roteiro 2 (apêndice D), com o diretor geral da CASA APIS; roteiro 3 (apêndice E), com o representante do BB/DRS; roteiro 4 (apêndice F), com dois representantes do SEBRAE-PI; roteiro 5 (apêndice G), com o facilitador/moderador da oficina de reciclagem ADRS; roteiro 6 (apêndice H), com o representante da ITES/UFPI e roteiro 7 (apêndice I), com o representante do IFPI. Assim sendo, todos os 24 (vinte e quatro) sujeitos da pesquisa foram entrevistados. Ou seja, os respondentes participaram da pesquisa mediante a aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

Vale reiterar que na realização das entrevistas semi-estruturadas houve uma preocupação no sentido de adequar as perguntas aos sujeitos ora entrevistados (respondentes). Os respondentes, após terem sido devidamente informados de todos os aspectos desta pesquisa, e esclarecidos acerca de dúvidas que porventura tenham surgido, foram comunicados, pelo pesquisador, que os dados e resultados individuais estariam sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes das entrevistas em nenhuma apresentação oral ou escrita. Desta forma, foi solicitada a anuência dos entrevistados, mediante a assinatura do Termo de Consentimento de Entrevista (apêndice 1).

A respeito das questões relacionadas a aspectos éticos do pesquisador e à assinatura de um termo de consentimento pelo entrevistado, Arnoldi e Rosa (2008,

p. 71), adotam o posicionamento de que a obtenção do consentimento esclarecido é um processo de negociação que exige respeito à dignidade. E, mais ainda, exige que o sujeito esteja convencido e esclarecido a contento.

Na visão de Gil (2008, p. 109), a entrevista é definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social.

Creswell, dissertando sobre os quatro tipos básicos de procedimentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa (observações, entrevistas, documentos e material de áudio e visual), diz que

As observações são formas de coleta de dados nas quais o pesquisador toma notas de campo sobre comportamento e atividades das pessoas no local de pesquisa. Nessas notas de campo, o pesquisador registra, de uma maneira não-estruturada ou semi-estruturada (usando algumas questões anteriores que o pesquisador deseja conhecer), as atividades no local de pesquisa. O observador qualitativo também pode se envolver em papéis que variam de não participante até integralmente participante. (CRESWELL, 2007, p. 190).

No atinente à observação como uma técnica de coleta de dados, vale afirmar que o pesquisador em dois momentos desta pesquisa aplicou o procedimento de coleta de dados denominado observação não-participante. Em um primeiro momento, durante uma reunião do Fórum de Participação de Base da CASA APIS, em agosto de 2010, no Auditório do CENTAPI, cuja pauta foi a discussão a respeito das estratégias de atuação e do perfil dos ADRSs na governança do Projeto CASA APIS.

Em um segundo momento, a observação não-participante foi aplicada, também, durante uma oficina de reciclagem com os ADRSs, ministrada por técnicos do BB e SEBRAE-PI, na 1ª quinzena do mês de julho de 2011, no Centro de Treinamento Diocesano do município de Picos-PI.

Na presente pesquisa, a técnica de observação não-participante foi utilizada por possibilitar colher na realidade indícios da fala dos sujeitos da pesquisa ou as contradições ou paradoxos, bem como a orientação por meio de um roteiro ou ficha de observação.

A tabela 3, a seguir, mostra um levantamento das fontes dos dados utilizados na pesquisa de campo.

Tabela 3 – Levantamento das fontes dos dados da pesquisa de campo

SUJEITOS DA PESQUISA / ATIVIDADES	QUESTIONÁRIOS APLICADOS	ENTREVISTAS REALIZADAS / Nº DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	OBSERVAÇÃO NÃO-PARTICIPANTE
ADRSs	17	17 (1 a 17)	–
Diretor Geral da CASA APIS	–	1 (18)	–
Representantes do BB	–	2 (19 e 20)	–
Representantes do SEBRAE-PI	–	2 (21 e 22)	–
Representante do IFPI	–	1 (23)	–
Representante da UFPI/ITES	–	1 (24)	–
Reunião do Fórum de Participação de Base da CASA APIS	–	–	1
Oficina de reciclagem ADRS	–	–	1
TOTAL	17	24	2

Fonte: pesquisa do autor

Na presente investigação, a adoção de diferentes instrumentos de coleta de dados teve como objetivo principal a obtenção de informações substanciais, imprescindíveis para a compreensão do fenômeno investigado (e suas variáveis) e análise dos resultados da pesquisa. Desse modo, atendendo aos objetivos formulados na pesquisa, foi realizada a análise dos diversos instrumentos de coleta de dados ou de informações.

6.2 Os procedimentos de análise dos dados e resultados da pesquisa

Inicialmente, cabe reiterar o entendimento de que, considerando o protocolo e o desenho desta pesquisa, compreendido pelo tema, problema e objetivos da investigação, optou-se por analisar a relação capital social, educação e formação profissional e inovação tecnológica a partir de um estudo apoiado nas representações sociais dos sujeitos da pesquisa como importante categoria analítica na pesquisa educacional.

Em vista disso, a presente pesquisa buscou enfatizar a realidade social, baseando-se na contextualização e nos enfoques metodológicos que possibilitaram ao pesquisador orientar suas análises para o método denominado estudo de caso, por meio da técnica análise de conteúdo.

Yin afirma que o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. (YIN, 2005, p.32 apud GIL, 2008, p. 59).

De acordo com Bardin, a análise de conteúdo é definida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 35).

Na mesma direção do raciocínio de Yin (2005) e Bardin (1977), pode-se perceber, por meio das falas dos sujeitos da pesquisa, como estes concebem determinadas situações, como pensam a respeito de determinados objetos ou fatos, bem como suas expectativas com relação a isto ou aquilo, dentre outras percepções da pesquisa. Ressalte-se, ainda, a importância da análise documental e a observação não-participante como técnicas utilizadas nesta pesquisa e que corroboraram a ênfase dada à realidade social para aferição do estoque de capital social dos grupos sociais.

Portanto, considerando o tema, o problema e os objetivos propostos na pesquisa, e tendo em vista, ainda, a abordagem metodológica adotada, a

interpretação dos dados da pesquisa foi realizada a partir da análise das diferentes fontes de dados e dos instrumentos metodológicos definidos pelo pesquisador, ressaltando que, na presente pesquisa quali-quantitativa, as inferências e conclusões dependeram, também, da dedução do pesquisador acerca do fenômeno ou realidade investigada, ou seja, da criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade), no dizer de Minayo (2007).

Em relação à análise dos dados da pesquisa, destaca-se, ainda, o fato de que, apesar do questionário e do roteiro de entrevistas não abordarem de maneira explícita questionamentos sobre capital social, estes instrumentos de pesquisa permitiram ao pesquisador inferir uma análise sobre a formação de capital social entre os principais sujeitos da pesquisa: os ADRSs associados às cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas.

No tocante à obtenção e tratamento dos dados das entrevistas semiestruturadas, realizadas com os sujeitos da pesquisa, inicialmente foi feita a transcrição literal das falas dos entrevistados, seguida da leitura acurada do material transcrito, atentando-se para as versões contraditórias dos discursos dos respondentes. Em seguida, visando o enquadramento de cada uma das falas dos respondentes ao problema e aos objetivos da pesquisa, as falas mais adequadas foram incorporadas e categorizadas de acordo com a consistência das mesmas e adequação às categorias e subcategorias do capital social, definidas pelo pesquisador.

Assim, após a categorização das informações ou dados coletados nas entrevistas, as falas dos respondentes foram incorporadas ao texto de interpretação dos dados e análise dos resultados da pesquisa como suporte na análise das categorias e respectivas subcategorias utilizadas para aferição do capital social.

A respeito da proposta da análise de conteúdo como uma das formas possíveis de tratamento de dados em pesquisa, Laurence Bardin (1977), professora da Universidade de Paris, enfatiza que

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdos) é um método muito empírico, dependente do tipo de 'fala' a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, em que ser reinventada a cada momento, exceto para

usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (BARDIN, 1977, p. 34).

Nesse caso, após a obtenção dos dados da pesquisa, estes foram analisados, categorizados e interpretados pelo pesquisador a partir da(s) análise(s) de conteúdo(s) das entrevistas e qualitativa dos principais dados e instrumentos teórico-metodológicos definidos.

Desse modo, considerando as discussões sobre as diversas iniciativas teórico-metodológicas que permitam a aferição do estoque de capital social dos grupos sociais, Solow (2000 apud JACOBI, Pedro R.; MONTEIRO, F. 2004, p. 6), assevera que estudos que procuram medir o capital social dos grupos sociais encontram-se ainda nos seus estágios iniciais. De fato, a dificuldade em medir o capital social vem sendo apontada como uma das maiores críticas ao conceito.

No mesmo artigo em que citam Solow (2000), Jacobi e Monteiro (2004, p. 7), refletindo acerca dos desafios da medição do capital social, afirmam que os esforços de mensuração vêm evoluindo e ganhando cada vez mais consistência metodológica. Os autores seguem, ainda, dizendo que o conceito de capital social ganha força quando subdivido em duas categorias: estrutural e cognitivo. Essas duas formas de capital social são interdependentes, reforçando-se mutuamente, mas podem ser analisadas separadamente.

Em uma análise acurada dessas duas categorias de capital social, Krishna, A.; Shrader, E. (1999 apud JACOBI et al., 2004, p.7), dizem que

A forma estrutural de capital social é mais objetiva, inclui aspectos mais claros, resultantes da ação do grupo. A forma cognitiva é mais subjetiva, e está relacionada a como as pessoas pensam e se sentem a respeito de determinado assunto. A primeira forma é externa, e pode ser observada e modificada, enquanto a segunda é interna, situada nas mentes das pessoas, e portanto, mais difícil de se verificar. Ambas são formas de capital, uma vez que necessitam de investimentos para se estabelecerem. Uma variedade de recursos são necessários para que se estabeleçam regras, papéis e procedimentos; assim como para normas, valores, atitudes e crenças, ainda que esta última categoria seja menos tangível. (KRISHNA, A.; SHRADER, E., 1999 apud JACOBI et al., 2004, p. 7).

A análise da formação de capital social entre os ADRSs foi realizada com base nas categorias de capital social apontadas nos estudos de Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006, p. 32), estrutural e cognitiva, tendo em vista, ainda, o instrumental metodológico proposto por Jacobi et al. (2004) que permite ajustes de dimensões e variáveis para medir capital social em contextos específicos, como o das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas.

Dessa maneira, além do capital social em cada uma de suas categorias, estrutural e cognitiva, conforme Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006, p. 32), o pesquisador considerou na análise dos dados da pesquisa, as subcategorias propostas por Jacobi et al. (2004, p.15) a partir destas duas categorias de capital social, as quais foram definidas como categorias, subcategorias e elementos para aplicação da técnica de análise de conteúdo, e a posterior interpretação dos resultados da pesquisa.

Assim, diante de uma perspectiva de estudo das redes sociais e instituições informais expressas nas normas e crenças que possibilitam o comportamento cooperativo, conforme os estudos de Uphoff (2000), Balestro comenta sobre as duas categorias do capital social (estrutural e cognitiva), afirmando ser a primeira associada às várias formas de organização social, especialmente às diversas redes que contribuem para a cooperação; enquanto a segunda tem a ver com normas, valores e crenças que contribuem para o comportamento cooperativo. (BALESTRO, 2006, p. 32).

Jacobi et al. (2004), no artigo *Capital social e desempenho institucional – reflexões teórico-metodológicas sobre estudos no comitê de bacia hidrográfica do Alto Tietê-SP*, em que apresentam uma revisão sobre o tema capital social, ressaltam as dimensões constitutivas do CS, e discutem, ainda, sobre as diversas iniciativas metodológicas para a mensuração do capital social, apresentando uma versão de um instrumento para mensuração do capital social em organismos gestores de bacia hidrográfica.

Nesta perspectiva, Jacobi et al. chamam à atenção para o fato de que

[...] a construção de um instrumento capaz de aferir o estoque de capital social em um comitê de bacia hidrográfica deve ser pensada à luz do embasamento teórico até aqui desenvolvido. Há um ganho substantivo ao destrincharmos o conceito em duas componentes – estrutural e cognitiva – que é justamente o salto qualitativo do plano das exemplificações para o da formulação teórica. Assim, os

instrumentos para aferição do capital social devem estar estruturados para percepção destas duas dimensões. [...] Desta forma, a dimensão estrutural do capital social em comitês de bacias hidrográficas fica satisfatoriamente contemplada na medida em que seja possível a representação das redes sociais que amparam e sustentam as decisões no âmbito destas instâncias. Os aspectos cognitivos do capital social são, por natureza, mais difíceis de serem observados. Figuram dentre seus constituintes atributos como confiança, solidariedade e cooperação. Desta forma, os aspectos cognitivos devem ser mapeados através de perguntas que identifiquem a presença destas características entre os membros do comitê. (JACOBI et al. , 2004, p. 9).

O estudo do capital social como um fenômeno passível de aferição, pode ser compreendido como uma decorrência da agregação de suas duas dimensões: a estrutural e a cognitiva. Ou seja, a operacionalização do conceito de capital social, mediante sua verificação ou quantificação, deve ser realizada a partir da análise das redes sociais, associando-as a valores. Ademais, como afirmam Jacobi et al. (2004), este é um campo do conhecimento do qual podemos esperar significativos avanços que permitirão uma análise mais pormenorizada do papel que as relações entre indivíduos e organizações exercem no desenvolvimento das instituições.

Levando em conta esse pensamento, torna-se difícil a adoção de métodos que sejam considerados universais para gerar dados para medição das dimensões do capital social entre grupos sociais. Assim, por certo, parece mais razoável a utilização de instrumentos contextualizados a uma dada realidade.

A respeito da importância da adequação de instrumentos de aferição do capital social para uma determinada realidade, Grootaert et al. (2003), membros do Grupo Temático sobre Capital Social que propôs o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), pontuam algumas questões a respeito da aplicação prática de uma metodologia para observação do capital social como um fenômeno quantificável.

Sobre a estruturação do QI-MCS, Grootaert, C. et al., asseveram que

[...] a) nem todas as questões enumeradas poderão ser úteis em todos os lugares; b) nem todas as enunciações de uma questão em particular poderão ser apropriadas para todos os contextos e/ou facilmente traduzidas para outras línguas; e c) várias questões de importância local talvez precisem ser acrescentadas. (GROOTAERT, C. et al. BANCO MUNDIAL. QI-MCS, 2003, p. 1).

Ressalte-se, ainda, que a proposição do QI-MCS, criado pelo Banco Mundial, em 2003, objetivou prover um conjunto de questões essenciais do tipo *survey* para todos aqueles interessados em gerar dados quantitativos sobre várias dimensões do capital social.

Portanto, em resposta ao problema e aos objetivos formulados nesta pesquisa, e considerando a dificuldade de operacionalização das dimensões do CS, convém destacar que a interpretação dos diversos instrumentos de coleta de dados e a análise dos resultados da investigação foram feitas mediante o estudo das formulações teóricas sobre CS e a busca de evidências empíricas relacionadas à formação e ao fortalecimento do estoque de capital social entre os ADRSs que atuam nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas. Ademais, conforme análise feita por Narayan (2000 apud JACOBI, et al., 2004), teorias como a do capital social encerram construções que são por natureza abstratas e requerem interpretações subjetivas quando aplicadas operacionalmente.

7 FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL ENTRE OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: FORMULAÇÕES TEÓRICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

“Para quem quer investir no capital social, não existe receita, mas se pudesse existir uma orientação genérica, ela seria mais ou menos assim: construa comunalidades em vários níveis, articulando em rede de pessoas e de grupos humanos e praticando formas diretas e participativas de democracia: isto certamente gerará capital social.” (AUGUSTO DE FRANCO).

Considerando o tema, os objetivos específicos e o problema desta pesquisa, e tendo em vista os procedimentos metodológicos adotados e o objetivo geral definido para a realização da investigação, a qual procurou analisar o papel das ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica, realizadas pelo BB/DRS e SEBRAE-PI na formação de capital social entre os ADRSs que atuam nas comunidades rurais das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas-PI, este capítulo pretende analisar os resultados da pesquisa.

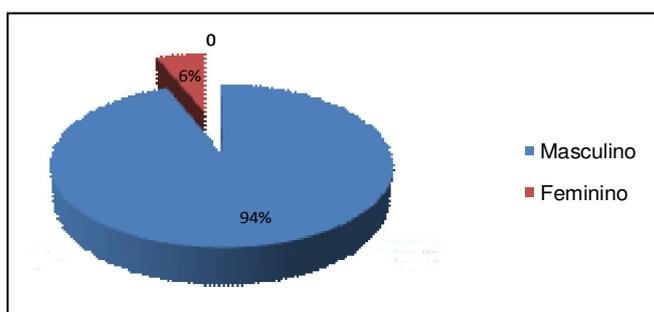
Neste sentido, o capítulo se propõe a buscar compreender os resultados obtidos na pesquisa quanto ao estoque de capital social identificado entre os ADRSs pesquisados, mediante a análise de formulações teórico-metodológicas e de dimensões empíricas, e partindo da análise das categorias fundamentais para entender o capital social, propostas por Uphoff (2000 apud BALESTRO, 2006, p. 32), estrutural e cognitiva.

Desse modo, antes da análise das informações referentes à operacionalização do conceito de capital social e a formação deste entre os ADRSs, inicialmente, vale destacar que a partir das informações do item II do questionário 1, a pesquisa apresentou resultados relevantes para a definição do perfil socioeconômico dos ADRSs, tendo como direcionamento a caracterização quanto ao sexo (gênero), faixa etária (faixas de idade), nível de escolaridade ou educacional, situação de domicílio e nível de renda (rendimentos salariais). Assim, a partir destas informações, foi possível a montagem de gráficos que serão analisados, a seguir, caracterizando os ADRSs participantes desta pesquisa quanto às condições socioeconômicas.

7.1 Perfil socioeconômico dos ADRSs pesquisados

Dos ADRSs pesquisados que atuam nas cooperativas apícolas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas, 94 % são do sexo masculino (ilustração 11). Desse modo, em relação à distribuição por gênero observa-se um predomínio de homens exercendo atividades apícolas em relação às mulheres. Certamente, a explicação pode ser encontrada em fatores socioculturais, uma vez que, em regra, a apicultura é realizada por homens nas comunidades rurais pesquisadas.

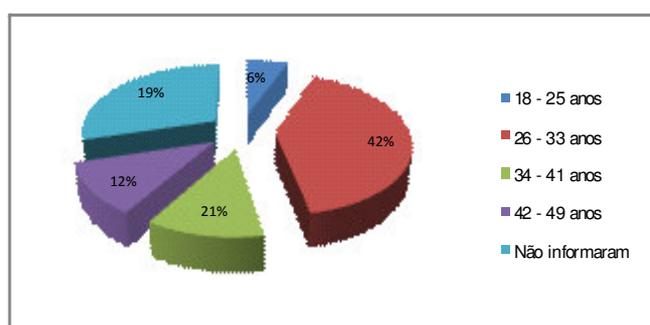
Ilustração 11 – ADRS: distribuição por gênero



Fonte: pesquisa do autor

Um elemento importante na definição do perfil socioeconômico dos ADRSs é a distribuição por faixas de idade. Nesse caso, percebe-se que, aproximadamente, 63% dos pesquisados tem entre 26 e 41 anos de idade, como pode ser constatado na ilustração 12.

Ilustração 12 – ADRS: faixa etária



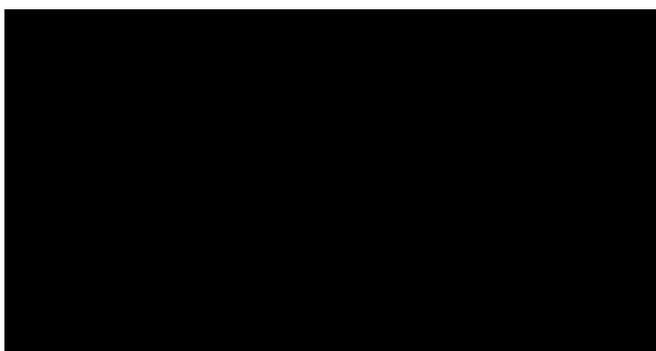
Fonte: pesquisa do autor

Considerando a posição do ADRS como educador social atuante na comunidade, buscando aliar a prática à teoria a partir da realidade local, entende-se que os indivíduos na faixa etária entre 26 e 41 anos possuem bastante experiência de vida e nível de maturidade, condições suficientes para a condução de atividades relacionadas à disseminação de informações e construção de conhecimentos nas comunidades rurais onde atuam, conforme se exige do perfil de um ADRS.

Nesta análise, um dado importante que nos chamou a atenção foi o percentual de 19% dos pesquisados que não informaram a idade.

Em relação ao nível de escolaridade dos ADRSs pesquisados, 41% têm ensino médio completo, 36% ensino fundamental completo, 11% ensino superior completo, 6% ensino superior incompleto e 6% ensino fundamental incompleto, como pode ser verificado na ilustração 13.

Ilustração 13 – ADRS: nível de escolaridade



Fonte: pesquisa do autor

Da interpretação da ilustração acima, pode-se concluir que os 41 % de ADRSs que possuem ensino médio completo, juntamente com os 17% com formação superior (completa ou incompleta), totalizando 58%, representam um percentual bastante representativo. Ademais, possuir escolaridade de nível médio e demonstrar capacidade para articular, mobilizar, organizar, adquirir e disseminar conhecimentos, bem como apresentar conhecimentos sobre elaboração de textos e preenchimento de planilhas são requisitos fundamentais para o trabalho de um ADRS.

No entanto, paradoxalmente, o percentual de 42 % de ADRS com baixo nível de escolaridade (ensino fundamental completo ou incompleto) pode e deve ser

considerado um dado alarmante e preocupante para o perfil ADRS exigido na metodologia DRS.

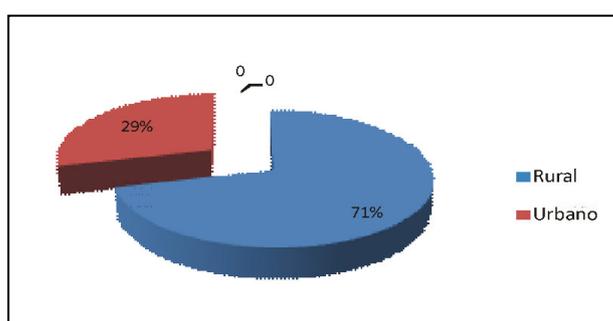
Assim, mesmo diante de uma situação em que há um maior percentual de sujeitos enquadrados na exigência do perfil de possuir nível médio, é de grande relevância considerar na análise os 42% de ADRSs com apenas o ensino fundamental (completo ou incompleto). Certamente, a inclusão destes no Programa ADRS deve-se à dificuldade de se encontrar em todas as comunidades rurais da área pesquisada pessoas com nível de instrução conforme exigido pelo referido Programa.

Cabe asseverar, ainda, que para o perfil do Gestor observa-se, principalmente, a formação superior em ciências agrárias. Assim, dentre os ADRSs pesquisados um deles possui formação superior em engenharia agrônômica, ocupando por sua vez a função de Gestor (supervisor ADRS).

Segundo o Banco do Brasil (2010, p.44), o Gestor atua como planejador, mobilizador, orientador e coordenador dos ADRS. Participa do processo de gestão junto ao comitê; é um motivador e um articulador; acompanha os ADRS nas comunidades e fiscaliza seu trabalho.

Quanto à condição de domicílio, há um maior número de ADRSs com domicílio na zona rural dos municípios da TD Vale do Guaribas, representando cerca de 71 % (ilustração 14).

Ilustração 14 – ADRS: situação de domicílio



Fonte: pesquisa do autor

O que explica essa concentração de ADRSs nas áreas rurais é a exigência do perfil ADRS, no sentido de conhecer e de preferência residir na comunidade

atendida, além de ter vínculos com a comunidade e a atividade exercida (nesse caso, a apicultura).

Os vínculos com a atividade apícola e com a comunidade, na maioria das vezes, são decorrentes de experiências adquiridas pelos ADRSs, seja como produtores apícolas, parentes ou vizinhos de produtores no TD.

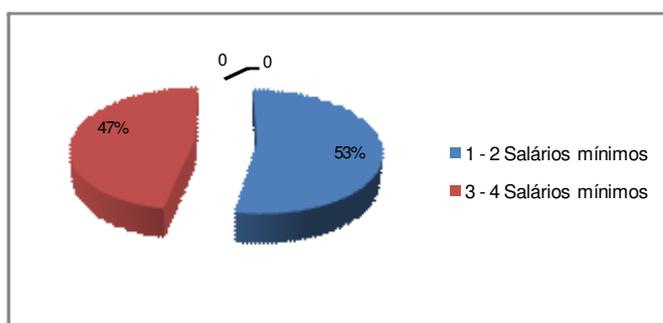
Neste aspecto, a pesquisa constatou que os ADRSs pesquisados, em sua totalidade, além de exercerem a função de ADRS, atuam na atividade apícola das comunidades rurais onde residem. Foi observado, ainda, que a maioria destes sujeitos da pesquisa tem domicílio (residem) nas próprias comunidades rurais por eles atendidas, ou no entorno delas.

Quanto à situação de domicílio, a pesquisa constatou, ainda, um total de 29 % dos ADRSs com domicílio na zona urbana, mas com fortes vínculos com as comunidades rurais onde atuam. Ademais, nos municípios do TD Vale do Guaribas, assim como na maioria dos municípios piauienses, é grande o número de cidades em que a população apresenta uma forte vinculação socioeconômica com os valores socioculturais rurais.

Os dados sobre a situação de domicílio revelaram, também, que os ADRSs residentes nas áreas urbanas do TD apresentam facilidade de deslocamento para realizar visitas às propriedades rurais, pois todos atuam como apicultores membros de cooperativas associadas à Central.

Na busca de traçar um panorama do perfil socioeconômico, esta investigação colheu, também, informações sobre o nível de renda dos ADRSs pesquisados. (ilustração 15).

Ilustração 15 – ADRS: rendimentos salariais



Fonte: pesquisa do autor

Nessa direção da pesquisa, os dados de rendimentos salariais dão conta da seguinte situação: a maioria dos pesquisados (53%) tem uma faixa de renda entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto 47% auferem uma renda mensal de 3 a 4 salários mínimos, incluindo os rendimentos com a atividade apícola. Destarte, considerando a realidade socioeconômica do semiárido piauiense, estes dados demonstram que a atividade apícola funciona como importante fator de geração de emprego e renda nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas.

7.2 A formação de capital social entre os ADRSs pesquisados: evidências empíricas a partir das categorias de capital social propostas por Uphoff (2000)

Uphoff (2000 apud JACOBI et al., 2004, p. 4), buscando um aprimoramento analítico a respeito da operacionalização do conceito de capital social, chama a atenção para a possibilidade de desmembramento do conceito de capital social em duas categorias distintas, mas complementares: uma estrutural e outra cognitiva.

Assim, para Uphoff (2000),

[...] a **categoria estrutural** está associada às diversas formas de organização social e de instituições locais, tanto formais quanto informais, que atuam como instrumentos para o desenvolvimento comunitário, como por exemplo, papéis, regras e procedimentos, assim como as redes de relações sociais que favorecem a cooperação, ou mais especificamente, o comportamento cooperativo mutuamente benéfico. O capital social estrutural é construído através de associações horizontais e redes sociais que mantenham processos de tomada de decisão transparentes e coletivos, lideranças responsáveis e práticas coletivas. A **categoria cognitiva** é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Dentre esses valores incluem-se a confiança, solidariedade e reciprocidade, que compartilhadas entre os membros do grupo criam as condições para que os indivíduos trabalhem para o bem comum. (UPHOFF, 2000 apud JACOBI et al. 2004, p. 11, grifo nosso).

Dessa maneira, além do capital social em cada uma de suas categorias, estrutural e cognitiva, conforme propõe Uphoff (2000), citado por Balestro (2006, p. 32) e Jacobi et al. (2004, p. 11), o pesquisador considerou na análise dos dados da

pesquisa, as subcategorias propostas Jacobi et al. (2004, p. 15) a partir das duas categorias de capital social, as quais foram definidas como categorias, subcategorias e elementos para aplicação da técnica de análise de conteúdo, mediante a categorização e análise das falas dos respondentes, e a posterior interpretação dos resultados da pesquisa.

Alguns parâmetros utilizados na análise dos resultados desta pesquisa foram definidos com base nos parâmetros adotados como arcabouço para a pesquisa de Costa (2007, p. 56) sobre o capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local sustentável.

Nesta perspectiva, é importante evidenciar que mesmo existindo vários estudos e abordagens que possam ser utilizados para medir o estoque de capital social, não é demais considerar o pensamento de Albagli e Maciel acerca da dificuldade de mensuração do capital social. Para as autoras,

Um dos principais desafios de uma definição operacional de capital social é, portanto, possibilitar, em estudos de casos concretos, não só detectar sua presença ou ausência, mas também determinar se essa variável de fato levou ou não ao fortalecimento da sociedade civil ou ao aumento da cooperação, da interação e da produtividade econômica. [...] E, se for entendido como um conjunto dinâmico e mutável de normas, valores e relações sociais difusas em uma comunidade, capital social não pode ser medido ou quantificado. Será, na melhor das hipóteses, **objeto de análise qualitativa**. (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 9, grifo nosso).

Portanto, nesta etapa da investigação, os resultados da pesquisa foram consolidados a partir da análise das categorias e subcategorias do capital social, definidas quando da interpretação das diferentes fontes de dados da pesquisa e da aplicação da técnica de análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, bem como ante a percepção do pesquisador a respeito do contexto da pesquisa após a aplicação da técnica da observação não-participante e da realização de conversas informais, conforme descreveremos a seguir.

7.2.1 Categoria capital social estrutural

Jacobi et al. (2004), refletindo sobre a busca de construção de um instrumento capaz de aferir o estoque de capital social em um comitê de bacia hidrográfica, comentam que

Normas e redes de relacionamento são características relativamente fáceis de serem observadas. As redes sociais presentes em comitês de bacia hidrográfica são estruturas que se articulam em torno de um tema relevante. A forma como estas redes se articulam confere ao grupo uma maior ou menor habilidade para responder às demandas geradas por estes assuntos. Na formulação aqui proposta, a representação das redes sociais é feita por meio de sociogramas. A partir destes sociogramas, é possível proceder a uma análise de redes através de métodos que verificam aspectos como centralidade, densidade, coesão, entre outros. Desta forma, a dimensão estrutural do capital social em comitês de bacia hidrográfica fica satisfatoriamente contemplada na medida em que seja possível a representação das redes sociais que amparam e sustentam as decisões no âmbito destas instâncias. (JACOBI et al., 2004, p. 15).

A categoria capital social estrutural é considerada mais objetiva que a cognitiva, incluindo aspectos resultantes da ação dos grupos sociais. Ou seja, está associada às várias formas de organização social, especialmente às diversas redes que contribuem para a cooperação. (Uphoff, 2000 apud BALESTRO, 2006, p. 32). Assim, o capital social estrutural é externo, podendo ser observado.

Nesta pesquisa, a análise do capital social estrutural como um fenômeno quantificável e observável foi realizada a partir da interpretação dos dados obtidos nas diferentes fontes de dados da pesquisa e das evidências empíricas presentes nas entrevistas semi-estruturadas, além das percepções do pesquisador durante a observação não-participante.

Para Putnam (1993 apud JACOBI, 2004, p. 5), a percepção da dimensão estrutural do capital social está concentrada prioritariamente na existência do associativismo e reconhecimento das redes sociais, da estrutura e características internas das organizações sociais.

Deste modo, tomando como referência a aplicação prática ou operacionalização do conceito da categoria capital social estrutural e a necessidade de seu aprimoramento, foram consideradas as seguintes subcategorias: formas de organização social (características organizacionais dos grupos) e rede de relações sociais (redes sociais).

Sendo assim, nesta fase da pesquisa, a verificação dos resultados relativos à formação de capital social estrutural entre os ADRSs associados das cooperativas apícolas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas, foi feita com base na análise das **características organizacionais dos grupos sociais** e da **representação das redes sociais** no âmbito do Projeto CASA APIS, buscando estabelecer relação com a influência das ações de educação profissional e tecnológica, realizadas pelo BB/DRS e SEBRAE-PI, na formação de capital social entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs), conforme explicações abaixo.

7.2.1.1 Subcategoria 1 – Formas de organização social ou características organizacionais dos grupos sociais

Nesta pesquisa, considerando a influência do capital social estrutural na formação de capital social entre os ADRSs associados das cooperativas apícolas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas, a subcategoria denominada **características organizacionais dos grupos sociais** foi analisada a partir dos seguintes elementos definidos pelo pesquisador: **participação e organização, mobilização, liderança e infraestrutura**, conforme descrição a seguir.

Por meio de pesquisa quali-quantitativa, utilizando como técnica a análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa (os ADRSs, o Diretor Geral da CASA APIS e os representantes de órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS), bem como pela interpretação dos dados dos questionários aplicados com os ADRSs, além das percepções do pesquisador a partir da análise documental e das conversas informais, foi constatado um estoque variado de capital social (CS), agregado às ações de participação e organização; mobilização e liderança; destacando, ainda, o elemento infraestrutura ou benefícios físicos, educacionais e tecnológicos como importantes na formação, manutenção ou fortalecimento do estoque de capital social entre os ADRSs no TD Vale do Guaribas.

Considerando a importância dos elementos PARTICIPAÇÃO e ORGANIZAÇÃO nas instituições, associações ou grupos locais como formadores de CS, durante a aplicação do questionário foi perguntado a cada um dos ADRSs qual era a situação deles na estrutura organizacional da CASA APIS.

A partir da análise das respostas à pergunta, percebe-se que nenhum ADRS atua como membro do Conselho Administrativo da CASA APIS. No entanto, todos os respondentes afirmaram ser membros de cooperativas filiadas à Central.

As respostas sobre a participação do ADRS na estrutura organizacional da CASA APIS estão consolidadas na tabela 4, mostrada a seguir.

Tabela 4 – ADRSs que atuam nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas: município, comunidade rural, associação e cooperativa

QUANTIDADE	MUNICÍPIO / COMUNIDADE RURAL	ASSOCIAÇÃO / COOPERATIVA
1	Simões / Retiro	Associação de Moradores Unidos de Monte Santo / MELCOOP
1	Geminiano / União	Associação dos Apicultores de Geminiano / MELCOOP
1	Santana do Piauí / Sede do Município	Associação de Pequenos Produtores de Mel e Produtores Rurais de Santana / MELCOOP
1	Marcolândia / Sede do Município	Associação dos Pequenos Apicultores do Município de Marcolândia / MELCOOP
1	Caldeirão Grande do Piauí / Sítio Anuês	Associação dos Produtores de Mel de Caldeirão Grande / MELCOOP
1	Massapê do Piauí / São Francisco	Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Retiro de Baixo / MELCOOP
1	Jaicós / Povoado Carozal	Associação de Apicultores de Angical dos Magos / MELCOOP
1	Jaicós / Chupeiro	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Tanque / MELCOOP
1	São João da Canabrava / Barras	Associação de Apicultores de São João da Canabrava / MELCOOP
1	Padre Marcos / Riacho do Padre	Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Retiro de Baixo / MELCOOP
1	Acauã / Sede do Município	Associação dos Pequenos Apicultores de Acauã / MELCOOP
1	Picos /	Associação de Apicultores de Picos /

	Sede do Município	MELCOOP
1	Belém do Piauí / Sede do Município	Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Apicultores de Belém do Piauí / MELCOOP
1	Picos / CASA APIS	Associação dos Apicultores de Geminiano / MELCOOP
1	Itainópolis / Fava	COMPAI
1	Itainópolis / Maxixe	COMPAI
1	Pio IX / Serra da Baraúna	COOPIX

Fonte: pesquisa do autor

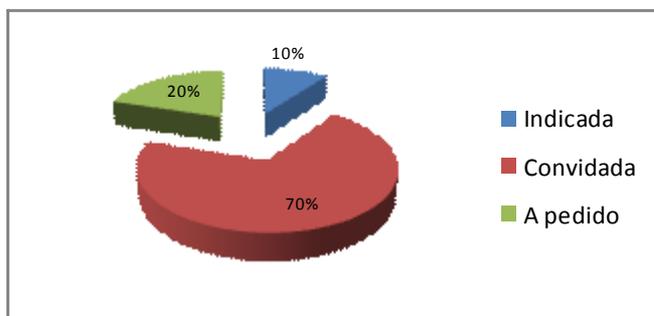
Como pode ser visto da análise da tabela 4, descrita acima, todos os ADRSs que atuam nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas são associados às cooperativas filiadas à Central, sendo 82 % membros da MELCOOP, 6 % da COOPIX e 12 % da COMPAI. Ressalte-se que a participação dos associados em cooperativas apícolas filiadas é uma exigência para fazer parte da Central CASA APIS.

Cabe afirmar, ainda, que a pesquisa procurou saber qual (is) a (s) atividade(s) estava (m) relacionada (s) à cooperativa a qual o ADRS é associado. Nesse caso, os ADRSs foram unânimes em afirmar que suas cooperativas estão formalmente organizadas apenas para a prática de atividades ligadas à apicultura.

Quanto à participação dos ADRSs em outros grupos, organizações ou associações, como por exemplo, as associações locais de produtores rurais ou apícolas, a pesquisa identificou um número de 3 respondentes (18 % dos ADRSs) que afirmaram não participar como membro associado às referidas associações. No entanto, todos são filiados a uma das três cooperativas do TD Vale do Guaribas, como pode-se constatar da observação da tabela 4 acima.

Ainda no tocante ao elemento participação, foi perguntado ao ADRS como a cooperativa a qual ele é associado passou a compor a estrutura da CASA APIS. Desse modo, obteve-se como resposta que a maioria das cooperativas dos ADRSs pesquisados (70 %) ingressou na estrutura da Central a partir de convite feito por membros do Conselho Administrativo da Central (ilustração 16).

Ilustração 16 – ADRS: forma de ingresso da cooperativa filiada na estrutura da CASA APIS

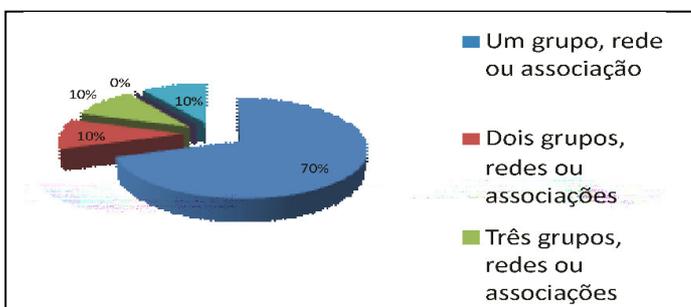


Fonte: pesquisa do autor

Outra questão levantada nesta pesquisa, relacionada ao estoque de capital social estrutural, era se os ADRSs como associados de uma cooperativa da Rede CASA APIS, trabalhavam ou interagiam com grupos, associações ou redes fora da CASA APIS. Nesse caso, 70 % dos respondentes afirmaram sim, frequentemente; enquanto 20 % sim, ocasionalmente e 10 % não participam de outros grupos ou associações.

Considerando estas informações, a ilustração 17 destaca o número de outros grupos, redes ou associações formalmente organizadas das quais os 90 % de ADRSs respondentes participam.

Ilustração 17 – ADRS: participação em outros grupos, redes ou associações formalmente organizadas



Fonte: pesquisa do autor

Deste modo, foi colocada a seguinte questão para os ADRSs que responderam sim (90%): De todos os grupos, organizações ou associações de que você faz parte, qual é o mais importante para você e sua família?

Como resposta a este questionamento, a CASA APIS, a MELCOOP, a COMPAI e a COOPIX, enquanto grupos ou organizações sociais foram os mais lembrados pelos respondentes. Isto mostra o respeito e o compromisso que os ADRSs têm com a governança do Projeto CASA APIS.

Durante a aplicação do questionário com os ADRS, foi feita a seguinte pergunta sobre o grau de importância dos grupos, organizações ou associações: **Comparando-se com os membros deste grupo, organização ou associação, a maioria deles ... () é do (a) mesmo (a) ...** Religião: () Sim () Não; Sexo: () Sim () Não; Ocupação econômica ou profissão: () Sim () Não; Nível educacional ou grau de escolaridade: () Sim () Não; Grupo familiar ou parentesco: () Sim () Não; Outro (especifique): _____ e () **pertence a grupos sociais diferentes.**

Os dados obtidos para esta importante variável definidora das características organizacionais dos grupos de ADRSs constam na tabela 5 a seguir, sobre os resultados das respostas à pergunta acima referida (**Comparando-se com os membros deste grupo, organização ou associação, a maioria deles ...**).

A participação em grupos sociais, distintos ou não, pode ser revelada como um elemento importante na definição do estoque de capital social de um povo ou comunidade. Neste sentido, os resultados obtidos e compilados na tabela abaixo foram utilizados para fins de constatação do grau de interações homófilas dos ADRS pesquisados.

De maneira geral, da análise das informações da tabela 5, abaixo, permite-se inferir que não há uma grande diversidade de membros quanto aos elementos indicados acima. Por conseguinte, entende-se não ser possível medir o estoque de capital social entre os grupos a partir das características demográficas acima descritas.

Os números da tabela 5 mostram as características organizacionais dos grupos de ADRSs:

Tabela 5 – Características organizacionais dos grupos de ADRSs: situação segundo os elementos religião, sexo, ocupação econômica ou profissão, nível educacional ou grau de escolaridade e grupo familiar ou parentesco

ELEMENTOS	PERCENTUAL DE RESPOSTAS OBTIDAS
Religião	85 %
Sexo	90 %
Ocupação econômica ou profissão	85 %
Nível educacional ou grau de escolaridade	60 %
Grupo familiar ou parentesco	-
Outro	-

Fonte: pesquisa do autor

Inobstante, o entendimento de alguns autores acerca de que quanto mais igualitário for um grupo social, maior será a possibilidade de formação de capital social, cabe ressaltar que interações homófilas, como as registradas nos dados empíricos mostrados na tabela acima, através dos elevados percentuais de participação entre as religiões, os gêneros, as ocupações econômicas, os níveis de escolaridade e os grupos familiares, não medem capital social.

Contudo, considerando a visão de alguns autores, quanto menos diferentes forem os membros participantes de grupos, associações, e instituições locais, maior a possibilidade de fortalecimento do capital social. Desse modo, o fato dos sujeitos da pesquisa possuírem domicílios localizados em uma mesma região geográfica facilita a interação social entre os mesmos, contribuindo para a formação e elevação do estoque de capital social.

No entanto, tomando como base a análise dos depoimentos dos entrevistados a respeito das formas e intensidades de participação e organização dos ADRSs nas instituições ou associações locais, conclui-se que a partir da utilização do parâmetro de que quanto maior a participação do ADRS nas organizações ou instituições locais, maior a possibilidade de existência de capital social (CS), torna-se perceptível que as ações realizadas por órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS têm possibilitado um ambiente propício ao envolvimento dos ADRSs nas comunidades rurais e como consequência um maior interesse em participar ativamente das diversas instituições presentes no TD Vale do Guaribas.

Logo, a partir da análise de depoimentos, e considerando, também, as observações realizadas e as conversas informais com os sujeitos da pesquisa, percebe-se um relativo estoque de CS estrutural decorrente da participação e organização dos atores sociais no EES CASA APIS.

Assim, da fala abaixo, comprova-se a existência de um elevado nível de participação e organização dos ADRSs nas comunidades rurais onde atuam, inserindo muitas alterações na realidade local e fazendo com que os apicultores passem a construir uma nova realidade, superando suas dificuldades.

“Como ADRS e associado de uma cooperativa mista aqui do Vale do Guaribas, a COMPAI, eu sou um sócio ativo e ajudo no desenvolvimento da atividade em minha comunidade, na qual a COMPAI é uma cooperativa de apicultores que produz mel para poder organizar esse grupo de produtores e colocar a produção deles na CASA APIS que é a Central. (ENTREVISTADO 2).

O depoimento a seguir, reforça ainda mais essa situação e chama a atenção para a importância das orientações recebidas pelos ADRSs, através da implementação de projetos com a atuação de órgãos parceiros da Central de Cooperativas.

“A MELCOOP tem, para mim, uma importância muito grande por que ela é uma cooperativa de apicultores de vários municípios da região de Picos, onde temos um vínculo com a cooperativa que é a CASA APIS; e hoje na cooperativa onde auxílio nós temos um contato direto com os apicultores da região, então eles diminuíram suas dificuldades. [...] Nós recebemos orientação através de projetos com a atuação de parceiros como o BB, SEBRAE e a própria CASA APIS; então, como afiliado da MELCOOP me sinto um apicultor mais fortalecido e mais estruturado.” (ENTREVISTADO 1).

Corroborando as falas dos entrevistados acima, cabe asseverar o pensamento de Costa et al. (2008, p. 8) ao afirmarem que a formação de capital social se dá na medida em que a comunidade se sente mobilizada, articulando-se em grupos, associações, movimentos sociais, enfim, envolvendo-se em uma aprendizagem contínua e cooperativa na busca de construir um sentimento comunitário.

Por isso, no que se refere à importância dos conhecimentos obtidos pelos ADRSs nas capacitações apoiadas por parceiros como o SEBRAE e o BB, e

tomando como base o seu nível de organização nas comunidades rurais onde atuam constata-se a existência de uma propensão do ADRS se organizar cada vez mais, definindo, portanto, que quanto maior o nível de organização dos ADRS, maior será a possibilidade de formação de capital social, possibilitando o *'empoderamento'*.

No que se refere à importância do *empoderamento* local, os representantes de órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS foram afins em suas verbalizações como as que serão vistas abaixo:

“O Projeto de capacitação e de mobilização dos ADRSs e dos associados da CASA APIS foi concebido com esse foco de trabalhar tanto a cadeia produtiva do produto sem esquecer aquele que viabiliza esses produtos que são os produtores. Muitos dos projetos que são colocados para reestruturar algumas cadeias produtivas dentro da comunidade, dentro do município, muitas vezes eles vêm só para satisfazer uma necessidade do comércio local, potencializar, viabilizar uma cadeia produtiva e, às vezes o produto fica de fora. Por isso que muitos não têm uma continuidade.” (ENTREVISTADO 20).

“ [...] Esse trabalho que vem sendo desenvolvido com pelos ADRSs nas comunidades, com o apoio dos parceiros como o SEBRAE e o BB, têm um foco no produtor para que ele consiga mais na frente caminhar com as próprias pernas para que eles possam se sentir *'empoderados'* para estarem levando próprio produto para o mercado. Então, o projeto CASA APIS nasceu dentro dessa concepção de viabilizar o produto mas sempre pensando no foco do produtor que é a Central que viabiliza tudo isso.” (ENTREVISTADO 24).

A seguir, expõe-se neste estudo, a análise de conteúdo das entrevistas colhidas com alguns ADRSs, confirmando, direta ou indiretamente, esse entendimento a respeito da formação de capital social pelas ações educativas realizadas por órgãos parceiros da CASA APIS e pelo nível de organização das comunidades rurais. Ou seja, a formação de CS pela capacidade dos ADRSs se organizarem para construir nas comunidades rurais onde atuam um sentimento comunitário, buscando soluções para seus problemas.

As falas dos entrevistados abaixo evidenciam claramente que não é possível pensar os conhecimentos adquiridos e as experiências desenvolvidas pelos ADRSs, a partir de abstrações e sem levar em conta o papel exercido pelos atores sociais que constroem o cotidiano das comunidades rurais: os produtores apícolas.

“A importância do estudo sobre cooperativismo é porque ele tem fortalecido as comunidades porque antes o trabalho era desorganizado. Então, os produtores perceberam que daquela forma não seria ideal de se trabalhar. Então, o Banco do Brasil e o SEBRAE começaram a trabalhar o cooperativismo. Isso tem tornado muito importante porque tem unido os trabalhadores, as ideias, e essas novas ideias vêm se transformando em geração de emprego e renda.” (ENTREVISTADO 1).

“A minha experiência como ADRS seria, no caso, no município no qual resido. Lá nós temos uma associação e ela é vinculada a MELCOOP. Antes dessa vinculação à cooperativa, os produtores trabalhavam sem acompanhamento do ADRS. As condições de produção eram bem diferentes do que se encontra hoje. No começo tinha baixa produtividade e dificuldade também na especialização. [...] O que facilitou com a atuação do ADRS foi que elevou a produtividade e também a especialização. (ENTREVISTADO 17).

O pensamento dos entrevistados acima, faz sobressair uma compreensão de que no cotidiano dos ADRSs são revelados sinais de um trabalho baseado nos princípios e valores do cooperativismo e associativismo. Nessa perspectiva de valorização do cooperativismo/associativismo no âmbito do Projeto CASA APIS, percebe-se a importância dada às ações educativas realizadas através de capacitações com os ADRSs, como se extrai da análise dos depoimentos abaixo:

Antes da gente trabalhar com o associativismo, tanto nas comunidades quanto na apicultura, a gente não tinha consciência da importância do associativismo, até porque a gente não tinha conhecimento, aí com as capacitações e as oficinas foi que a gente descobriu os nossos direitos e deveres e a importância da cooperação para o nosso fortalecimento.[...] Nós nunca pensamos em chegar com o nosso mel nos Estados Unidos. (ENTREVISTADO 11).

Posso dizer que a experiência como ADRS é ótima. Eu tive a honra de acompanhar a minha comunidade onde resido desde o início do processo. Os motivadores foram lá conversaram com o pessoal com a motivação de fazer cursos, oficinas, técnicas de aprimoramento e daí a gente organizou a associação e conheci a mobilização da cooperativa e o apoio da CASA APIS (lá é a casa que produz mel). (ENTREVISTADO 14).

Outro aspecto a ser ressaltado é que, além de considerarem importante o estudo sobre cooperativismo, as verbalizações das entrevistas apontaram para a

valorização do conhecimento como uma forma de potencializar a cadeia produtiva do mel e a organização e participação dos apicultores.

Os dizeres de dois sujeitos da pesquisa confirmam esse pensamento:

“Durante esses anos, eu aprendi muito com a metodologia DRS sobre a forma de se organizar em cooperativas e como trabalhar de forma organizada. Para mim, o que aprendo facilita, não somente na minha produção e comercialização de mel, mas também no conhecimento que faz muita diferença entre nós. (ENTREVISTADO 5).

“O ponto principal dessa luta e dessa conquista foi a união e a organização dos apicultores e a persistência em insistir e lutar [...] e comprovar a qualidade do nosso trabalho através de capacitações dos produtores e dos ADRSs. (ENTREVISTADO 10).

Nicola (2007, p. 1), avaliando a evolução do capital social em comunidades rurais inseridas em um programa de desenvolvimento regional sustentável e em que medida essa evolução é fruto da ação extensionista incidente nas comunidades, compreende que

[...] a capacidade de ação coletiva é um requisito do desenvolvimento sustentável, pois comunidades com essa característica têm mais capacidade de demandar, em quantidade e qualidade, ações por parte do estado/instituições e esse dinamismo e cooperação da base comunitária facilitam a aproximação e a eficácia da intervenção das instituições de apoio. Assim, o **capital social** está intimamente relacionado à capacidade de **organização e constituição de redes de cooperação social** e estas, por sua vez, são fundamentais no processo de desenvolvimento sustentável. (NICOLA, 2007, p. 1 *grifo nosso*).

Tomando como base a importância do elemento MOBILIZAÇÃO dos ADRSs nas instituições, associações ou grupos locais do TD Vale do Guaribas para a formação e manutenção do estoque de CS, foi colocado em discussão o seguinte: *questões político-partidárias exercem algum tipo de influência nas relações das pessoas e das organizações sociais e na definição dos órgãos ou instituições parceiras no âmbito da CASA APIS?* Nisso, os respondentes foram unânimes em afirmar que tais questões político-partidárias não influenciam no capital social estrutural da CASA APIS.

No entanto, partindo do parâmetro de que quanto maior a mobilização dos ADRSs na resolução de conflitos ou de problemas da comunidade, maior a probabilidade de formar capital social, pode-se inferir que, de maneira geral, com relação à iniciativa e mobilização existe uma certa fragilidade na existência ou manutenção do estoque de capital social entre os ADRSs pesquisados. Ademais, mesmo diante de uma situação positiva em que a influência das questões político-partidárias não é tão evidente no âmbito do Programa CASA APIS, nota-se que ainda não há um grande envolvimento ou autonomia dos ADRSs quanto à mobilização ou capacidade para resolver problemas ou contratemplos das comunidades rurais onde atuam.

Desta forma, durante a realização de algumas entrevistas e em conversas informais com os ADRSs, constatou-se que quando ocorre um conflito ou algum contratempo nas comunidades rurais existe uma propensão para que ele seja discutido e resolvido somente na Central CASA APIS.

Mello (2009/b), comentando sobre o papel da comunicação direta e cotidiana dos ADRS na resolução de pequenos problemas nas comunidades rurais onde atuam, assevera que

[...] Os ADRSs estabelecem uma relação de comunicação direta e cotidiana, de solidariedade e parceria, auxiliando os produtores na resolução de **pequenos problemas**, promovendo um acúmulo de saberes entre o técnico e o prático, o que depois será socializado nos encontros periódicos entre os agentes. (MELLO, 2009/b, p. 16, grifo nosso).

Neste sentido, entende-se que mesmo diante das ações educativas de formação profissional e de inovação tecnológica, baseadas na aplicação da metodologia BB/DRS e na utilização da MEXPAR, onde estão previstas ações mediadoras do ADRS em três momentos (conhecimento da realidade, organização da ação e gestão social e execução da ação e acompanhamento) para o desenvolvimento rural sustentável, o ADRS precisa compreender melhor o poder da iniciativa e da mobilização, associadas ao cooperativismo, como formas de possibilitar a construção de uma nova realidade nas comunidades rurais onde atuam como multiplicadores do conhecimento, através de uma educação não formal.

Parece que o ADRS já vem despertando para a compreensão do poder da iniciativa e da mobilização para o desenvolvimento rural sustentável. O depoimento abaixo confirma essa visão:

“Assim, com um maior nível de desenvolvimento das comunidades, os problemas que os ADRSs levam para a CASA APIS são consideravelmente menores do que aquelas comunidades que não têm assistência, quer dizer, aonde você tem o apoio técnico da ADRS, a comunidade se desenvolveu. [...] Aonde não tem assistência é onde ocorrem maiores problemas e onde o nível de desenvolvimento é bem menor do que aquelas que são assistidas pelos ADRSs. (ENTREVISTADO 18).

No dizer de Costa (2008, p. 72), quando a comunidade percebe que a educação, a saúde, a agricultura, ou determinado programa não está obtendo resultados esperados, deve interferir para que a situação se reverta. Essa interferência “positiva” propicia bases para a construção e o fortalecimento do capital social.

Essa compreensão leva à conclusão que o trabalho realizado pelos ADRSs nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas contribui, em boa parte, para o fortalecimento do EES denominado CASA APIS.

Nessa direção de pensamento, Mello, no artigo *Empreendimentos econômicos e solidários: ambientes de inovação ou de tecnologia social?*, lembra que

A dimensão da comunicação promovida pelos ADRS tem sintonia com uma estratégia mais ampla, cujo propósito é o de fortalecer institucionalmente os EES e de promover a coesão e a participação social dos produtores, tornando-os conscientes de seu papel protagonista na definição dos rumos dos EES. (MELLO, 2009/b, p.16).

Contudo, na perspectiva de ênfase à dimensão da comunicação promovida pelos ADRSs, o papel da educação é imprescindível nesse processo, uma vez que permite a renovação de valores e atitudes, conhecimentos e práticas de pertença à terra, instigando a criação de “uma identidade dos sujeitos na luta e em luta pela terra”. (BRASIL, 2003, p. 29).

Sobre a importância da educação no protagonismo dos atores sociais nos diversos territórios rurais brasileiros, Abramovay (2003, p. 98) faz relevante reflexão no sentido de que o papel da educação [...] consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios. Portanto, no âmbito do projeto CASA APIS, o atendimento dessa exigência passa, necessariamente, pela formação de uma liderança ADRS através da EPT e seus cursos de formação profissional.

Enquanto componente do capital social estrutural, a LIDERANÇA pode ser encarada como um dos mais importantes elementos definidores das características organizacionais dos grupos sociais. Em vista disso, vale destacar o papel da liderança no âmbito da governança do Projeto CASA APIS, em especial, a participação do ADRS nas comunidades rurais onde atuam como parâmetro para análise que quanto maior for a participação do líder, maior a existência de capital social.

Destarte, a liderança foi uma variável considerada nesta pesquisa, levando em conta a participação e a influência do líder. Assim, quanto maior a participação do líder, maior a possibilidade de CS. Quanto mais ativa a participação do líder, maior o CS.

Nesta mesma perspectiva de análise, em torno da importância da liderança na formação de CS, Uphoff (2000 apud LIMA FILHO, 2007, p. 90), afirma que o capital social estrutural está embasado em associações horizontais e de redes sociais que estruturam processos decisórios transparentes, coletivos, através de lideranças responsáveis que adotam práticas coletivas.

Na direção do pensamento de Uphoff (2000), foi formulada a seguinte pergunta, dirigida aos ADRSs: **Na sua visão, qual é a importância do líder no trabalho desenvolvido pela Central CASA APIS?**

Os dados da tabela 6 demonstram claramente a importância da liderança no trabalho desenvolvido pela Central de cooperativas.

Tabela 6 – Capital social estrutural: importância da liderança no trabalho desenvolvido pela CASA APIS (%)

RESPOSTAS	PERCENTUAL DE RESPONDENTES (%)
Muito importante	80 %
Importante	20 %
Pouco importante	0,0 %
Nenhuma importância (o resultado do trabalho seria o mesmo)	0,0 %

Fonte: pesquisa do autor

O pesquisador não citou nomes no momento da aplicação do questionário, mas 100 % dos entrevistados reconheceram a importância da existência de uma liderança no âmbito do Projeto CASA APIS.

Dessa maneira, a pesquisa fez sobressair que desde a concepção e a elaboração do Projeto CASA APIS foram detectados diversos problemas que poderiam inviabilizar sua implantação, o principal deles era a falta de organização dos apicultores, uma vez que a grande maioria trabalhava de forma individualizada e desordenada, comercializando o mel produzido nas comunidades rurais por meio de intermediários ou “atravessadores”. Além disso, há que se destacar, ainda, a reduzida cultura do cooperativismo e a necessidade de incentivo à capacitação e articulação das bases produtivas.

Por conseguinte, é nesse contexto de superação dos obstáculos para a implementação do Projeto CASA APIS que se consolida a liderança do Diretor Geral da CASA APIS, incentivando o cooperativismo apícola e realizando a interlocução com importantes parceiros (BB, FBB, SEBRAE, ICCO, UNISOL, REDE UNITRABALHO, IFPI, ITES/UFPI, EMBRAPA, EMATER, SENAR, CONAB, CODEVASF, entre outros órgãos ou entidades).

Conforme o depoimento abaixo, dado pelo Diretor Geral da CASA APIS ao Informe Cooperar, podemos observar a importância da participação e da liderança como outro aspecto a influenciar no êxito do Projeto CASA APIS. A esse respeito, o Diretor Geral afirma que

“Fazer parte, hoje do empreendimento CASA APIS, que tem uma missão tão relevante é uma grande satisfação, ainda mais por estar à

frente e por poder ajudar principalmente as populações mais carentes. O empreendimento CASA APIS é esse que vem em busca de soluções para os problemas no dia a dia do produtor, principalmente da geração de emprego e renda. [...]"¹¹

Da fala acima, reputa-se a liderança como um elemento fundamental para a mensuração do capital social no âmbito do Projeto CASA APIS. No entanto, é preciso refletir sobre em que medida essa liderança é considerada legítima ao ponto de contribuir para formação e manutenção de um estoque de capital social entre os associados da Central de cooperativas.

A existência de uma liderança legítima contribuirá para gerar e manter capital social, levando ao *empoderamento*. Ou seja, uma verdadeira liderança assegurará uma instância legítima para a formação de capital social.

Nesse panorama de defesa da formação e manutenção de uma liderança legítima, percebe-se, também, a importância dada à comunicação e mobilização dos apicultores no processo de *empoderamento* dos ADRSs e cooperados da CASA APIS. A fala a seguir confirma essa inferência:

“ [...] Hoje o Projeto de Comunicação e Mobilização [...] faz com que os produtores participem e se apropriem de fato, desse investimento, ao mesmo tempo em que, para nós, os diretores, também é importante ouvir a voz do produtor, saber o que pensam, quais são os seus problemas e onde devemos melhorar. [...] Quando a gente lembra que há anos atrás, o produtor caminhava sozinho, nas mãos dos comerciantes e que hoje já temos tantos avanços. [...] ” (Diretor Geral da CASA APIS, Informe Cooperar. 1/2009, p. 2).

Em vista disso, para que o produtor apícola não ‘caminhe sozinho’, é preciso que ocorra a participação e liderança dos ADRSs nas comunidades rurais, atuando como multiplicadores de conhecimentos junto aos apicultores e incentivando a formação de lideranças comunitárias.

Todavia, para que os ADRSs possam ajudar os apicultores das comunidades rurais onde atuam a trilhar seus caminhos, convém pontuar a necessidade de participação de órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS, principalmente

¹¹ CASA APIS; COCAJUPI. Informe Cooperar. Picos, PI: Projeto de Comunicação e Mobilização Social, dez. 2009, informativo nº 1/2009.

BB/DRS e SEBRAE-PI, através de ações de capacitação dos ADRSs com vistas à mobilização e articulação das bases produtivas do mel, visando fomentar a cultura do cooperativismo no TD Vale do Guaribas e o fortalecimento do capital social dos ADRSs e dos cooperados da CASA APIS.

Diante desse quadro de busca de parceiros para o fortalecimento do CS, principalmente dos ADRSs, as entrevistas abaixo apontaram para o reconhecimento dos ADRSs em relação ao papel da liderança no âmbito Projeto CASA APIS, vinculando a imagem do seu Diretor Geral à contribuição das capacitações realizadas para dar, no dizer de um ADRS, “uma sustentabilidade aos produtores nas comunidades rurais”. As exposições verbais das entrevistas abaixo indicaram esse fato.

“Graças à atuação do Diretor Geral da CASA APIS, as capacitações têm contribuído de uma forma muito boa, porque anteriormente os produtores lá nas bases produtivas não tinham conhecimento e hoje através do SEBRAE, do Banco do Brasil e da FBB, as capacitações têm chegado até nossa comunidade. Então, os produtores hoje estão preparados e têm acompanhamento técnico dos ADRSs, que são coordenados pelo BB. Os ADRSs colocam esse trabalho técnico dentro da comunidade; também através do SEBRAE, que capacita os ADRSs e os produtores de mel, dando uma sustentabilidade aos produtores nas comunidades rurais. (ENTREVISTADO 1).

“Olha, em termos de conhecimento, como membro de uma cooperativa que é associada à CASA APIS, o que eu posso dizer é que melhorou bastante depois da CASA APIS. [...] É que através dos gestores da CASA APIS a gente teve mais conhecimentos através de cursos de capacitações. [...]” (ENTREVISTADO 3).

Como se percebe, os contatos com os órgãos parceiros, o estabelecimento de parcerias e a viabilização de cursos e treinamentos são exemplos do papel desenvolvido pelo líder, até hoje, muito presente na estrutura da CASA APIS.

Conforme enfatizado nos depoimentos acima, o êxito do Projeto CASA APIS é atribuído à influência de seus gestores na definição de uma rede de relações interorganizacionais na qual a Central encontra-se inserida. Ou seja, no tocante à construção de relações externas, existe uma assimetria de posições e papéis dos associados (e dos ADRSs) no interior da Central de cooperativas. No entanto, tal centralidade não se traduz em diferenças formais entre os indivíduos, uma vez que todos os associados estão submetidos às mesmas regras que orientam a Central.

Contudo, na perspectiva da análise de parâmetros definidores do estoque de CS, e considerando que quanto maior for a participação do líder, maior será a possibilidade de capital social, é interessante também realçar o papel e envolvimento dos ADRSs na governança do Projeto CASA APIS, mediante lideranças participativas nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas.

O conteúdo de algumas das entrevistas revelou a influência da liderança ADRS nas relações estabelecidas com os apicultores nas comunidades rurais. Ademais, as falas abaixo demonstram que existe um clima de confiança e liderança em relação ao trabalho desenvolvido pelos ADRSs.

“ A nossa contribuição como ADRS é que todo mês a gente faz uma visita com eles (os apicultores) [...] e tem aquela reunião mensal. A gente faz a disseminação e troca de informações. Então, qualquer novidade sobre a apicultura a gente começa falar pra eles. Faz um elo de ligação das comunidades rurais com a Central.” (ENTREVISTADO 15).

“ Com certeza, o nosso trabalho é importante para os produtores. Além da gente prestar um serviço, como repassador de conhecimentos para as nossas bases produtivas, a gente tem como missão ser um verdadeiro multiplicador de ações tanto no aspecto cultural, como também econômico e social. Não tenho dúvida que isso tem servido na vida do camponês e do homem do campo na nossa região. (ENTREVISTADO 16).

Sobre a questão da liderança ADRS, observa-se que a formação de um líder ADRS é resultado, não somente da vocação individual, mas também de um conjunto de parcerias desenvolvidas entre a CASA APIS e vários órgãos ou entidades, objetivando despertar a formação de novas lideranças. Assim, no pronunciamento de um representante de órgão parceiro da CASA APIS: “[...] As novas lideranças geralmente são jovens com uma formação melhor e que têm na apicultura uma perspectiva de continuidade de uma atividade realizada por seu pai ou parentes próximos. [...]” (ENTREVISTADO 20).

No que se refere à importância da liderança ADRS, o trecho do depoimento abaixo, proferido por outro representante de órgão parceiro da CASA APIS, corrobora o pensamento acima aludido:

“A questão da liderança dos ADRSs é de fundamental importância. Tanto é que nós estamos montando um programa junto ao SEBRAE

de identificação de novas lideranças. Então, aqui mesmo na oficina de reciclagem dos ADRSs já identificamos alguns que realmente têm esse perfil de liderança. [...] O ADRS líder também tem atribuição de identificar outros que estão lá no campo, que não estão aqui no dia a dia. [...] Essas novas lideranças, geralmente são jovens com uma formação melhor e que tem na apicultura uma perspectiva de continuidade de uma atividade realizada por seu pai ou parentes próximos. (ENTREVISTADO 19).

Albagli e Maciel (2002, p. 18), dissertando sobre os estudos referentes aos processos de constituição de sistemas produtivos e inovativos locais, afirmam que em suas pesquisas foram observadas, também, a importância do surgimento de lideranças locais que mobilizem os grupos sociais; que traduzam seus anseios e interesses num discurso consistente e representativo e que organizem os elos necessários entre Estado e sociedade civil.

Por isso, a participação do (s) líder (es) local (is) deve ser analisada como resultado de iniciativas individuais em determinado contexto social e como um fenômeno socialmente construído.

Nesse aspecto, destaca-se a importância das lideranças locais na mobilização de grupos sociais locais e na formação de um estoque de capital social, de maneira geral, no âmbito do Projeto CASA APIS, e em especial, entre os ADRSs que atuam nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas. Ademais, quanto mais ativa a liderança, mais fortalecido será o capital social.

No tocante ao elemento INFRAESTRUTURA no âmbito do Projeto CASA APIS, o parâmetro utilizado foi o seguinte: quanto maior a disponibilidade de locais públicos e privados para capacitações, encontros e reuniões, maior a possibilidade de formação de um estoque de capital social entre os ADRSs pesquisados.

Sobre a utilização da infraestrutura na análise da possibilidade de consolidação do CS em um determinado contexto, Costa (2007, p. 75) afirma que na categoria infraestrutura, busca-se verificar o nível de capital social através da disponibilidade de locais públicos e privados para realização de eventos como reuniões, comunicados, encontros, palestras etc. A autora segue, ainda, dizendo que os benefícios que a maior disponibilidade de centros comunitários, casas comerciais, de lideranças, igrejas, entre outros, propiciam para a comunidade tem um grande impacto para o acúmulo do capital social.

Na busca da constatação dos benefícios da infraestrutura na formação e manutenção do estoque de capital social dos ADRSs, foi adotada nesta pesquisa

uma ideia mais abrangente do conceito de infraestrutura, incluindo não somente as benfeitorias físicas, mas também os benfeitorias ou benefícios educativos e/ou tecnológicos (infraestrutura educacional ou tecnológica).

Neste sentido, considerando a governança do Projeto CASA APIS, foram utilizados como exemplos de benfeitorias físicas (infraestrutura física) a unidade central de processamento de mel; as casas de mel certificadas e os espaços para reuniões e capacitações no prédio do Centro Tecnológico Apícola do Piauí (CENTAPI), entre outros. As ações educativas de formação profissional (cursos, oficinas e capacitações) e de inovação tecnológica (assistência técnica dirigida aos ADRSs e o acesso dos produtores associados ao CENTAPI), bem como alguns projetos de educação para adultos foram vistos na pesquisa como exemplos de benefícios ou benfeitorias educacionais ou tecnológicas (infraestrutura educacional e tecnológica).

Dessa maneira, durante a aplicação dos questionários foi formulada a seguinte pergunta ao ADRS: **Na sua visão, em uma escala de 1 a 3, qual é o benefício de se fazer parte da Central de Cooperativas (Rede CASA APIS)?**

A resposta à pergunta acima deveria ser dada em uma escala de 1 a 3, onde (1), seria maior benefício; (2), benefício intermediário e (3) benefício menos importante. Deste modo, os dados foram consolidados na tabela 7.

Tabela 7 – Principais benefícios em ser associado à Central de Cooperativas apícolas: visão dos ADRSs

BENEFÍCIOS	MAIOR BENEFÍCIO (1)	BENEFÍCIO INTERMEDIÁRIO (2)	BENEFÍCIO MENOS IMPORTANTE (3)	TOTAL
Acesso a benfeitorias físicas (infraestrutura física)	40%	50%	10%	100%
Acesso a benefícios educativos e/ou tecnológicos (infraestrutura educacional ou tecnológica)	50%	30%	20%	100%
Acesso às políticas públicas de inclusão social e econômica dos apicultores	10%	20%	70%	100%

Fonte: pesquisa do autor

Conforme informações da tabela 7, obtidas durante a análise e tratamento dos dados da pesquisa, tornou-se evidente que, na concepção da maioria dos ADRSs, o acesso às benfeitorias físicas (infraestrutura física) e aos benefícios educativos e/ou tecnológicos (infraestrutura educacional e tecnológica), propiciados pela CASA APIS, é visto como de grande relevância para a participação destes e dos produtores das cooperativas filiadas como membros da Central de cooperativas, e por sua vez, pode ser compreendido como fator determinante para a existência de capital social.

Com base na leitura dos depoimentos a seguir, comprova-se a visão dos entrevistados sobre a importância da infraestrutura física, educacional e tecnológica no fortalecimento do CS entre os ADRSs no TD Vale do Guaribas.

A fala abaixo evidencia claramente a infraestrutura física como um elemento fundamental na formação, fortalecimento e manutenção do estoque de capital social entre os ADRSs entrevistados.

“No meu ponto de vista, a unidade central de beneficiamento de mel da CASA APIS veio para consolidar um trabalho que a gente já praticava a muitos anos, mas sem muito sucesso. No decorrer do tempo, a CASA APIS vai colocar o apicultor no nível de cidadão que eu acredito que ele trabalhe e faz por onde merecer. (ENTREVISTADO 2).

Ficou claro na fala abaixo, expressa pelo Diretor Geral da CASA APIS, a valorização da inovação tecnológica vinculada à ideia de inserção dos produtores apícolas no mercado internacional do mel.

“ Hoje nós estamos no mesmo nível dos três maiores exportadores e distribuidores do mel do planeta que é os Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra. Então, nós não devemos nada em tecnologia. Nós aqui hoje temos os melhores equipamentos que existem instalados na América Latina em qualidade e capacidade. Então, essa é a prova maior de tudo que foi feito, desenvolvido nessa área de tecnologia voltada para o gerenciamento dos produtos apícolas.” (ENTREVISTADO 18).

Os comentários a seguir reforçam ainda mais essa questão dos benefícios da infraestrutura na formação do estoque de capital social dos ADRSs, dando ênfase à infraestrutura educacional e tecnológica.

“ [...] é muito importante esse trabalho dos ADRSs na base produtiva do mel, organizando e levando os novos conhecimentos a respeito do que está se passando na agroindústria, no cooperativismo e nos negócios do empreendimento para que a base saiba; e também trazendo de lá para os gestores do empreendimento da CASA APIS, bem como para os órgãos parceiros o que a base pensa, o que ela sente. (ENTREVISTADO 18).

“No CENTAPI, já foram realizados vários eventos: capacitações, treinamentos de ADRSs, as nossas assembleias, reuniões com os membros das cooperativas associados à Central e com representantes dos órgãos parceiros, encontro de apicultores e discussões sobre as certificações do mel.” (ENTREVISTADO 18).

Diante da percepção da relevância da infraestrutura, principalmente educacional e tecnológica, na formação de estoque de capital social entre os ADRSs e da necessidade de execução de políticas de valorização da informação, do conhecimento, do aprendizado e da inovação como processos ou estratégias de desenvolvimento local e inclusão social, vale destacar o pensamento de Mendez. (2002 apud ALBAGLI, 2006, p. 6).

[...] o foco da análise das políticas desloca-se dos atores individuais (inovação – empresas – outras organizações), para centrar-se no ambiente social, econômico e cultural onde as inovações ocorrem, tentando detectar a possível existência de algumas chaves externas a empresas, mas internas aos lugares onde ocorrem os processos de inovação. (MENDEZ, 2002 apud ALBAGLI, 2006, p. 6).

A partir das observações e entrevistas realizadas, percebe-se que as iniciativas de formação profissional e inovação tecnológica, surgidas a partir de ações coletivas, foram importantes para a consolidação do Projeto CASA APIS. Portanto, no âmbito do Projeto, os espaços de convivência são utilizados para diversos tipos de interação entre os indivíduos, contribuindo para a manutenção de vínculos e a construção de uma rede de relações interorganizacionais. Este fato pode ser ilustrado nos depoimentos a seguir:

“Grande parte dos problemas causados pela falta de cultura de cooperação foi resolvida através da realização de eventos de mobilização e sensibilização nas bases produtivas, que possibilitaram um melhor entendimento do Projeto e fortaleceram o empoderamento do empreendimento pelos seus cooperados. Durante a implementação, este suporte foi reforçado com um projeto de comunicação, que melhorou a circulação de informação e interação entre as cooperativas associadas à CASA APIS.” (ENTREVISTADO 18).

“Outro aspecto de especial importância para o sucesso da CASA APIS foi o apoio recebido de diversos órgãos governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal. Vale lembrar também da instalação da Câmara Setorial do Mel, um fórum de discussão estadual formado pelas principais entidades que atuam na apicultura e onde sempre se debateu e buscou-se encaminhar soluções para eventuais dificuldades que afetassem o desenvolvimento do empreendimento.” (ENTREVISTADO 18).

Albagli (2006, p. 7) corrobora a visão de Mendez a respeito da relação aprendizado e inovação, ao afirmar que se valorizam então as condições locais que propiciam a dinâmica das inovações a partir da percepção de que os agentes econômicos da inovação não são átomos isolados, mas estão embutidos, enraizados, imersos, imbricados nas relações, redes e estruturas sociais.

Neste sentido, a fala a seguir, dita por um representante de órgão ou entidade parceira da CASA APIS, ratifica o pensamento de Mendez e Albagli sobre a relação conhecimento, aprendizado e inovação como estratégia de desenvolvimento local:

“[...] a partir do momento em que forem formalizadas as transferências de tecnologias e o Instituto passar a ser mais presente nas centrais de cooperativas (seja do mel, caju, mandioca ou quaisquer outras), a capacitação dos cooperados se tornará mais técnica, composta por planejamentos e objetivos definidos; conceitos e práticas em comum execução; aspectos gestores ligados à aspectos tecnológicos; e tudo relacionado aos princípios do cooperativismo, pois o IFPI também tem profissionais capacitados para realizar transposições didáticas aos segmentos que necessitarem de tais tecnologias.” (ENTREVISTADO 23).

Assim sendo, à luz das falas dos entrevistados e das considerações dos autores acima, a melhoria do acesso dos ADRSs (e dos produtores apícolas) à infraestrutura ou ao conjunto de benfeitorias físicas, educacionais ou tecnológicas existentes no âmbito da CASA APIS, por certo, resultará, cada vez mais, na formação e ampliação do estoque de capital social e, por conseguinte, em processos de desenvolvimento local e inclusão social no TD Vale do Guaribas.

Nesta linha de raciocínio, Durston assegura que para que ocorra formação de capital social

[...] o uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços participativos devem acompanhar todo o processo, com a intenção gradual de transferir o protagonismo do planejamento e da execução das ações do projeto para os beneficiários finais, numa **sinergia** que é potencial, entre organizações de base da sociedade civil, entidades privadas e governo (DURSTON, 1999, 2000; WOOLCOCK; NARAYAN, 2000 apud NICOLA, 2007, grifo nosso).

Logo, considerando o uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços participativos ou de interação, percebe-se no âmbito do Projeto CASA APIS são construídas várias ações coletivas a partir de instâncias ou fóruns como o Fórum de Participação de Base, composto por cinco representantes eleitos por cada uma das cooperativas filiadas e um representante de cada um dos órgãos ou entidades parceiras da Central de cooperativas.

7.2.1.2 Subcategoria 2 – Rede de relações sociais

Nesta pesquisa, a subcategoria do capital social estrutural denominada **rede de relações sociais** foi analisada tomando como referência os elementos **parceria e redes**, observando a influência destes no estoque de capital social entre os ADRSs associados das cooperativas apícolas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas.

Nesta parte da investigação, os elementos parceria e redes ('concertação'), vistos como definidores do estoque de capital social estrutural, foram analisados a partir da descrição dos órgãos ou entidades (instituições) parceiras da CASA APIS envolvidos nas atividades educativas realizadas com os ADRSs e com os associados das cooperativas associadas à Central.

Destarte, em relação à contribuição dos programas ou instituições envolvidas nas ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica na constituição e manutenção do estoque de capital social entre os ADRSs pesquisados, o parâmetro utilizado nesta pesquisa foi o de que, quanto mais importantes forem as atividades de capacitação e reciclagem dos ADRSs, maior também será o estoque de CS.

Neste sentido, foi levantada ao ADRS a seguinte questão: **Nos últimos 12 meses, você foi convocado para participar de alguma atividade educativa (curso, oficina ou capacitação) sobre cooperativismo e associativismo, organizada por entidades parceiras da CASA APIS?**

Assim, todos os entrevistados (100 %) responderam ter participado de algumas atividades educativas (curso, oficina ou capacitação) sobre cooperativismo e associativismo, organizadas por entidades parceiras da CASA APIS nos últimos 12 meses.

A tabela 8, a seguir, mostra o percentual de participação dos ADRSs em cursos, palestras e capacitações realizadas pelos principais parceiros envolvidos com ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica na Central de Cooperativas.

Tabela 8 – ADRS: participação nas ações de formação profissional e inovação tecnológica realizadas na CASA APIS nos últimos 12 meses (ago./2010 a jul./2011): cursos, palestras e capacitações ministradas por órgãos parceiros (%)

RESPOSTAS	PERCENTUAL DE RESPONDENTES (%)
BB	100 %
SEBRAE	80 %
FBB	50 %
UNISUL	30 %
FEAPI	20 %
CASA APIS	10 %

Fonte: pesquisa do autor

Vale ressaltar, por oportuno, que quanto ao nível de satisfação em relação à atuação dos órgãos ou instituições que realizam ações educativas, 100 % dos ADRSs afirmaram estar satisfeitos. Ou seja, a totalidade dos ADRSs compreende a importância da EPT para a governança do Projeto CASA APIS, através da participação em cursos, palestras e capacitações ministrados por representantes de órgãos parceiros.

Neste cenário, percebe-se claramente que os dois maiores parceiros da CASA APIS na realização de cursos, capacitações e oficinas de reciclagem são o Banco do Brasil e o SEBRAE. Além disso, cabe asseverar que no capítulo 4 desta dissertação tem-se a análise dos principais aspectos de algumas metodologias

adotadas pelo Banco do Brasil e SEBRAE em suas ações educativas com os ADRSs da Central de cooperativas, como por exemplo, a aplicação da metodologia DRS.

Nesta investigação, outra percepção decorrente da análise dos diferentes dados e utilização de diversas técnicas de pesquisa (como por exemplo, a observação não-participante) está no fato de que, para o pesquisador, os contatos interpessoais e a troca de experiências entre os ADRSs durante os cursos, oficinas ou capacitações, permitem aos seus participantes uma busca do aprendizado e da ação coletiva como forma de fortalecimento dos processos de troca entre si e com os produtores apícolas, bem como de ampliação do capital social entre os mesmos.

Como evidência empírica dessa realidade, cabe ressaltar os resultados da tabulação das respostas às seguintes perguntas formuladas aos ADRSs, constantes da tabela 9 que se segue.

Pergunta I: Após a participação em algumas ações educativas realizadas por entidades parceiras da CASA APIS e os contatos interpessoais e troca de experiências durante os cursos, capacitações ou oficinas, qual é a possibilidade de que os ADRSs busquem o aprendizado e a ação coletiva como formas de fortalecimento dos processos de troca e de cooperação entre si?

Pergunta II: Como ADRS, você considera que as ações educativas realizadas por entidades parceiras da CASA APIS e os contatos interpessoais e troca de experiências durante os cursos, capacitações ou oficinas, possibilitam aos associados da Central um aprendizado e a ação coletiva como formas de fortalecimento dos processos de troca e de cooperação?

Tabela 9 – Importância dos cursos, oficinas ou capacitações na formação do estoque de capital social entre os ADRSs: percentual de respondentes de acordo com as perguntas I e II

PERGUNTAS	RESPOSTAS				
	Muito provável	Relativamente provável	Nem provável, nem improvável	Relativamente improvável	Muito improvável
Pergunta I: percentual de respondentes (%)	90 %	10 %	0 %	0 %	0 %
Pergunta II: percentual de respondentes (%)	80 %	20 %	0 %	0 %	0 %

Fonte: pesquisa do autor

Da análise dos dados da tabela acima, é possível deduzir que os ADRSs são convictos a respeito da necessidade de se potencializar o aprendizado e a ação coletiva, resultantes da atuação de programas ou instituições na Central de cooperativas, principalmente na área de educação profissional e tecnológica, por intermédio de ações voltadas para a formação profissional e inovação tecnológica.

Os depoimentos abaixo são bastante conclusivos a respeito dessa situação:

“Como ADRS, eu acho que conscientizar a cabeça de pessoas desorganizadas não é fácil, não! Mas não é impossível! Leva um trabalho de várias oficinas e de várias capacitações.” (ENTREVISTADO 8).

“Nas capacitações aqui da CASA APIS, a gente já começou pegando o exemplo das abelhas: porque se as abelhas trabalham de forma organizada, porque a gente não pode?” (ENTREVISTADO 9).

Diante da visão acerca da governança do Projeto CASA APIS e, principalmente, da análise das falas acima, percebe-se que a atuação de programas (ou instituições), visando o incentivo à participação dos ADRS como ator social fundamental nas atividades de mobilização e articulação das comunidades rurais, pode ser encarada como uma forma de manutenção ou de elevação do nível de capital social entre os ADRSs pesquisados.

Portanto, a partir das observações realizadas e das informações coletadas na pesquisa, infere-se que a aplicação da metodologia DRS no âmbito do Projeto CASA APIS resulta na evolução positiva do capital social entre os ADRSs.

Nessa perspectiva, compreende-se que a participação e o envolvimento dos ADRSs nas ações educativas desenvolvidas por programas ou instituições na Central de cooperativas demonstram, claramente, um amplo potencial de crescimento do estoque atual de CS nas comunidades rurais onde os agentes de desenvolvimento regional sustentável atuam.

Todavia, no tocante à contribuição dos programas ou instituições envolvidas nas ações educativas de educação profissional e tecnológica na formação, manutenção e ampliação do estoque de capital social entre os ADRSs pesquisados, existe uma percepção muito clara por parte do pesquisador que ainda há muito o que fazer. Ademais, construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social [...] muito mais do que em

promover o crescimento econômico desta ou daquela atividade econômica, conforme defende Abramovay. (2003, p. 98).

A seguir serão explicitados alguns depoimentos dos entrevistados sobre a atuação de programas e instituições na Central, através de ações educativas, principalmente aquelas relacionadas à formação profissional do ADRS.

Desta forma, perguntado sobre os resultados das ações educativas realizadas pelo BB/DRS e sua influência na formação e fortalecimento do capital social dos ADRSs da CASA APIS no TD Vale do Guaribas, o representante do Banco do Brasil afirmou o seguinte:

“ [...] hoje a gente trabalha na CASA APIS. Ela tem seu mecanismo de gestão, tem diretores, seu órgão de comando máximo e tem assembleia geral também. Mas, fora isso, os parceiros estão aqui ao lado como órgãos consultivos. Então, **o papel do Banco do Brasil, através da metodologia DRS, é garantir essa história do protagonismo dos apicultores e dos ADRSs, e para isso precisa o capital social.** [...] A gente entende perfeitamente que no Vale do Guaribas nós temos uma rede de cooperação e participação de produtores, incomparável com as demais regiões do estado do Piauí. No entanto, nós precisamos garantir o fortalecimento disso. E o fortalecimento se dá no corpo a corpo, no dia a dia das comunidades, através de reuniões com os produtores e com as cooperativas. [...] Então, a nossa preocupação é estar constantemente presente. Se não pudermos comparecer **a gente repassa as orientações e informações para os ADRSs para que eles possam fazer esse trabalho de campo.** É por isso que a gente passa para os ADRSs várias atribuições. Além de visitar produtor por produtor pelo menos uma vez ao mês, **ele tem a obrigação de reunir os produtores com frequência para que esses produtores se sintam donos, se sintam participantes das decisões do empreendimento.** [...]” (ENTREVISTADO 19, grifo nosso).

O depoimento acima destaca a importância da manutenção de um conjunto de parcerias, desenvolvendo entre os apicultores e os ADRSs o propósito de unidade ou de uma ação coletiva, capaz de mobilizar esforços conjuntos para incentivar o protagonismo dos ADRSs (e dos apicultores), através da formação e ampliação do estoque de capital social.

A mesma questão foi levantada sobre como os resultados das ações educativas realizadas pelo SEBRAE exercem influência na formação e fortalecimento do capital social entre os ADRSs da CASA APIS no TD Vale do Guaribas. Assim, os representantes do SEBRAE foram unânimes em suas

verbalizações sobre o escopo de formar capital social entre os ADRSs pesquisados através das ações educativas, afirmando que

“ As ações educativas têm contribuído com a capacitação na produção, fortalecimento das cooperativas **na cultura do cooperativismo**, capacitação trazendo novas tecnologias de produção, certificações e ações de mercado. (ENTREVISTADO 21, grifo nosso).

“ A parceria entre o SEBRAE e o BB é bastante estratégica, começando pelas capacitações. O SEBRAE faz capacitação, acompanhamento dos grupos e interage com o comitê e os conselhos. [...] **A apicultura é fortalecida no cooperativismo.** Hoje, essas entidades BB e FBB têm não só o papel de mobilização, como também, juntamente com o SEBRAE, o de articulação de outras ações importantes para a CASA APIS. [...]” (ENTREVISTADO 22, grifo nosso).

“ Os ADRSs avançaram bastante com a aplicação das metodologias participativas durante as reciclagens. [...] Hoje, eles já estão no nível de que já não falam mais apenas no sucesso da CASA APIS, **eles falam no sucesso dos cooperados e na força que eles têm enquanto ADRSs, multiplicadores do conhecimento junto aos produtores nas comunidades.** [...]” (ENTREVISTADO 20, grifo nosso).

Considerando que o parâmetro a ser estabelecido será o de que, quanto mais densa for a rede de relações sociais entre os ADRSs pesquisados, maior será o nível de capital social, deduz-se que entre os ADRSs pesquisados existem determinadas condições que podem favorecer o desenvolvimento de redes de relações, criando e mantendo o estoque de capital social.

No entanto, é necessário que haja uma definição de ações educativas de EPT entre os ADRSs, objetivando a construção de redes de aprendizado (aprendizado interativo) nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas que sejam capazes de gerar um contexto favorável ao fortalecimento e ampliação do estoque de capital social, não somente entre os ADRS, mas também entre os associados das cooperativas apícolas ligadas à Central.

Sobre a relação entre capital social e aprendizado interativo, Johnson e Lundvall, afirmam o seguinte:

(...) difunde-se crescentemente a percepção de que o aprendizado é um processo contínuo e interativo de aquisição de diferentes tipos de conhecimentos e habilidades por parte de agentes individuais e

coletivos. E que a parte mais estratégica da base desses conhecimentos é tácita, ou seja, reside e desenvolve-se em crenças, valores, *know-how* e habilidades de cada indivíduo e organização e provém do aprender fazendo, usando e interagindo. (JOHNSON; LUNDVALL, no prelo apud ALBAGLI; MACIEL, 2002, p.14).

Segundo o glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais (GASPIL), elaborado pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), **conhecimentos tácitos** nos arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais (ASPILs), são aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até em regiões. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais.¹²

Nessa mesma linha de raciocínio, Albagli e Maciel (2002, p. 14) afirmam que o conhecimento tácito, por não ser codificado nem formalizado, só pode ser transmitido em contatos interpessoais constantes, na própria teia de relações sociais locais. Portanto, a própria capacidade de aprendizado interativo pode ser vista como parte importante do capital social do sujeito ADRS.

Os depoimentos abaixo são compreendidos como evidências empíricas da visão dos ADRSs pesquisados e de alguns representantes de órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS a respeito da importância das parcerias e redes na formação e manutenção do estoque de capital social estrutural, não somente entre os ADRSs, mas também dos cooperados da Central de cooperativas.

“ A gente começou a fazer planejamento estratégico junto com as entidades parceiras. Com esse acompanhamento dentro desse diálogo mostrando qual era nossa dificuldade e todo aquele nosso passado que a gente já tinha aonde a gente já tinha evoluído e qual era o nosso gargalo, onde que nós enfrentávamos dificuldades e aí sim a CASA APIS foi desenvolvida dentro dessa proposta, com os pés no chão.” (ENTREVISTADO 18).

“ **Parceiros como o SEBRAE e o BB, têm ajudado muito, desenvolvendo muitas atividades: capacitações e orientação de projetos.** Pra mim isso tem trazido muito desenvolvimento para a

¹² LASTRES; CASSIOLATO (2005). Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (GASPIL). Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>>. Acesso em: 23 out. 2009.

apicultura na região e para o nosso empreendimento solidário na Central. “(ENTREVISTADO 5, grifo nosso).

Assim, a prevalência da existência de uma rede de relações sociais pautada na atuação de um conjunto de programas e instituições em que as relações são permeadas pelos contatos realizados entre diferentes parceiros, pode ser vista como reflexo das situações geradas pela experiência do cotidiano dos participantes da Central de cooperativas, do que eles vivenciam a cada dia, da definição de funções e, principalmente dos esforços conjuntos para a superação dos obstáculos enfrentados por todos (ADRSs, cooperados e representantes dos órgãos parceiros). Exemplo disso são as falas abaixo, a primeira, de um ADRS, e a segunda, do Diretor Geral da CASA APIS.

“Essas capacitações são muito importantes para os apicultores, pois os parceiros levam aos grupos de produtores a transparência, a conscientização e a melhor organização das suas cadeias produtivas. Portanto, **é muito importante a participação dos parceiros, pois só temos a ganhar com o cooperativismo** e com o aumento da produtividade e da produção da cadeia do mel. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

[...] tentando viabilizar essa questão da operacionalização da gestão do CENTAPI, os primeiros parceiros que nós procuramos foram as universidades. Aqui no município de Picos temos quatro: UFPI, IFPI, UESPI e Faculdade R.Sá. Houve uma boa receptividade por parte dos gestores da UESPI, UFPI e do IFPI, que naquela ocasião era o CEFET e estava se instalando aqui no entorno da Casa APIS, em Picos. Também, estava recém inaugurado o campus UFPI. [...] **Posso afirmar que houve uma boa receptividade de todos esses quatro órgãos.**” (ENTREVISTADO 18, grifo nosso).

7.2.2 Categoria capital social cognitivo

Jacobi et al., comentando sobre a importância do questionário orientado para a aferição da dimensão cognitiva do capital social em comitês de bacia hidrográfica, asseveram que

Os aspectos cognitivos do capital social são, por natureza, mais difíceis de serem observados. Figuram dentre seus constituintes atributos como confiança, solidariedade e cooperação. Desta forma,

os aspectos cognitivos devem ser mapeados através de perguntas que identifiquem a presença destas características entre os membros do comitê. (JACOBI et al., 2004, p.15).

A categoria cognitiva de capital social é considerada mais subjetiva que a estrutural, estando relacionada a como as pessoas pensam e sentem a respeito de determinado assunto. Ou seja, tem a ver com as normas, valores e crenças que contribuem para o comportamento cooperativo. (Uphoff, 2000 apud BALESTRO, 2006, p. 32). Assim, o capital social cognitivo é interno, situado na mente das pessoas, e considerado mais difícil de verificação ou quantificação.

Nesta fase da pesquisa, a verificação dos resultados relativos à formação de capital social cognitivo entre os ADRSs associados das cooperativas apícolas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas, foi feita com base na análise de atributos (subcategorias) do capital social cognitivo como **confiança, cooperação e reciprocidade** no âmbito do Projeto CASA APIS, buscando estabelecer relação com a influência das ações de EPT – realizadas pelo BB/DRS e SEBRAE-PI – na formação de capital social entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável.

Dessa maneira, o parâmetro estabelecido para a tentativa de operacionalização do conceito de capital social cognitivo foi o de que, quanto maior for o processo de cooperação e troca (reciprocidade) e as atitudes de confiança entre os ADRSs pesquisados e destes com os associados das cooperativas filiadas, maior será o estoque de capital social. Então, no intuito de colher evidências empíricas do grau de confiança dos ADRSs no âmbito do Programa CASA APIS, durante a pesquisa de campo foram feitas três perguntas sobre o nível de confiança.

Pergunta III: Como você descreveria o grau de confiança da maioria dos ADRSs entre si?

Pergunta IV: Como você descreveria o grau de confiança da maioria dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS em relação ao trabalho dos ADRSs?

Pergunta V: Como você descreveria o grau de confiança entre os associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

O resultado da tabulação das respostas às perguntas acima – formuladas aos ADRSs – encontra-se consolidado na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 – Nível de confiança dos ADRSs em relação à CASA APIS: percentual de respondentes de acordo com as perguntas III, IV e V

PERGUNTAS	RESPOSTAS			
	Alto: confiam bastante uns nos outros	Médio: confiam uns nos outros	Baixo: desconfiam	Baixíssimo: ignoram o trabalho dos ADRSs
Pergunta III: percentual de respondentes (%)	90 %	10 %	0 %	0 %
Pergunta IV: percentual de respondentes (%)	70 %	30 %	0 %	0 %
Pergunta V: percentual de respondentes (%)	80 %	20 %	0 %	0 %

Fonte: pesquisa do autor

Segundo Costa (2007, p. 88), confiança é um conceito abstrato, difícil de medir, em parte porque pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes.

Diante das considerações referidas acima e das percepções obtidas durante a entrevista com os ADRSs, deduz-se que o nível de confiança destes nas instituições e nas pessoas é alto. No entanto, há que se considerar que essa confiança não é aquela denominada confiança generalizada (confiança entre pessoas desconhecidas).

Em vista disso, percebe-se um maior nível de confiança dos ADRSs entre si (90%). Contudo, esse percentual cai para 70 % se levarmos em conta a visão do ADRS acerca do grau de confiança dos associados das cooperativas em relação ao trabalho realizado por eles.

A pesquisa buscou observar, também, a confiança e a cooperação no contexto das relações interpessoais. Desta forma, na pesquisa de campo foi perguntado ao ADRS se caso ele precisasse de uma quantia em dinheiro para pagar algumas despesas com a atividade econômica na apicultura, se existiam apicultores

associados ou ADRS, vinculados à CASA APIS, dispostos a lhe emprestar este dinheiro, se fosse pedido a eles.

No tocante a esta pergunta, do total de entrevistados, 60 % responderam que definitivamente os membros da CASA APIS estariam dispostos a ajudar uns aos outros. Os outros (40 %) responderam que provavelmente.

Tomando como referência o nível de confiança (e de satisfação) dos ADRSs em relação à estrutura da CASA APIS e à atuação dos órgãos ou instituições que realizam ações educativas (cursos, reciclagens, oficinas e capacitações) de EPT, nota-se que há uma correlação bastante positiva entre grau de confiança, cooperação e reciprocidade dos ADRSs pesquisados em relação às instituições. Em função disso, quanto maior for a confiança, a cooperação e a reciprocidade, mais fortalecido estará o capital social.

Nessa direção, o Banco Mundial (2004) apregoa a necessidade de se considerar na definição das políticas públicas, inclusive educacionais, os valores da cooperação e da reciprocidade.

Para o Banco Mundial,

Em anos recentes, as políticas públicas aplicadas por intermédio de intervenções das organizações governamentais e não governamentais têm se voltado para o estímulo das relações e vínculos dentro das comunidades e conseqüente geração de capital social, buscando o fortalecimento das organizações locais, a construção de capacitação e a participação da população envolvida nas tomadas de decisão e nas responsabilidades de gestão das reservas públicas. (WORLD BANK, 2004, In: BORGES; CASTRO, 2007, p. 319-320).

A conexão dos elementos reciprocidade e cooperação, enquanto formadores de capital social cognitivo, também foram considerados para efeito de análise do nível de CS entre os ADRS. Logo, foi colocado em discussão o seguinte: **Se um projeto da Central (CASA APIS) não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitos outros associados e ADRSs, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?**

Com resposta foram obtidos os seguintes percentuais: 70 % dos ADRSs afirmaram ajudar com tempo e dinheiro, enquanto 30 % dos respondentes disseram contribuir com tempo e não com dinheiro.

Nesse panorama, discutindo sobre a funcionalidade do conceito de capital social, Durston assevera que

A definição de capital social deve centrar-se em suas fontes e não em suas consequências. A ênfase recai no capital social como bem público, em como valores e crenças que os cidadãos compartilham em sua convivência diária, expressando socialização e consenso normativo, favorecem um espírito cívico expresso em uma rica vida associativa. Ou ainda, capital social “faz referência a normas, instituições e organizações que promovem: **a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação**. (DURSTON 2000 apud ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 9, grifo nosso).

Assim, para Durston (2000), confiança, reciprocidade e cooperação são importantes elementos nos quais estão baseados o capital social cognitivo.

A partir da análise levada a efeito por Durston sobre a funcionalidade e operacionalização da noção de capital social, cabe evidenciar a reflexão de Bourdieu (1980 apud NOGUEIRA; CATANI, 2010, p. 67) acerca do volume de capital social: o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

No caso da atuação dos ADRSs no âmbito do Projeto CASA APIS, na fala do entrevistado abaixo foi possível verificar a forma como as relações dos ADRSs se estabelecem com os apicultores nas comunidades rurais, acarretando a formação de um certo estoque de capital social.

Desse modo, indagado sobre a contribuição do ADRS, o entrevistado disse:

“Sou um ADRS, sou um agente de desenvolvimento regional sustentável que leva o trabalho de disseminação das informações nas bases produtivas para que os produtores tenham um trabalho mais de qualidade com acompanhamento técnico, para que se desenvolva o cooperativismo na nossa região e para que a cadeia produtiva do mel tenha resultados positivos. [...] Então, **posso afirmar que as capacitações são muito importantes para essa reciprocidade entre os ADRSs e os produtores na base**. [...] “ (ENTREVISTADO 17, grifo nosso).

Portanto, entende-se que os elementos confiança, reciprocidade e cooperação, enquanto definidores do capital social cognitivo podem ser compreendidos ao mesmo tempo como motivadores e efeitos da existência e da manutenção do estoque de capital social entre os ADRS da CASA APIS, inobstante

a dificuldade de operacionalização e de funcionalidade do conceito de capital social cognitivo.

Igualmente as evidências empíricas acima, os depoimentos que se seguem podem ser utilizados para corroborar nosso pensamento sobre o CS cognitivo no âmbito do EES CASA APIS:

[...] Essa instituição (CASA APIS) vai aderir ao Centro Tecnológico Apícola do Piauí. É que a gente deposita toda nossa confiança no CENTAPI. (ENTREVISTADO 18).

“ [...] A princípio, eram cooperativas que tinham dificuldades de todas as espécies (de gestão, financeira, de crédito ...), e com isso os produtores foram desacreditando em cooperativismo e aí começaram a surgir dificuldades porque uma coisa é você começar a acreditar e outra coisa é você desacreditar e abandonar. [...] **Hoje, com a cooperação entre os apicultores, eles já estão no nível de que já não falam mais apenas no sucesso da CASA APIS, eles falam no sucesso dos cooperados.** (ENTREVISTADO 20, grifo nosso).

7.3 A Formação de capital social entre os ADRSs pesquisados: evidências empíricas do estoque de CS a partir da análise dos Planos DRS/BB e dos conteúdos programáticos da oficina de reciclagem ADRS

Tomando como base o problema e os objetivos desta pesquisa, serão mostradas no quadro 9, a seguir, informações compiladas a partir da análise dos planos de negócio DRS das agências do Banco do Brasil, localizadas no TD Vale do Guaribas, destacando, portanto, as principais ações a serem implementadas ou que estão sendo executadas na apicultura.¹³

Nesta perspectiva de análise dos resultados da pesquisa, foram consideradas apenas as ações relacionadas direta ou indiretamente à formação profissional e inovação tecnológica no âmbito do EES CASA APIS e que influenciam na formação e manutenção do estoque de capital social nos indivíduos ADRSs.

Nesta etapa da pesquisa, os resultados foram interpretados a partir da análise das categorias e subcategorias (e elementos) do capital social, definidas mediante a

¹³ Informações obtidas a partir da análise documental dos Planos de negócio DRS/BB nº 328, 345, 3256, 3285, 3375 e 7596, compreendidas pelo pesquisador como exemplos de ações que direta ou indiretamente contribuem para a formação de capital social entre os ADRSs pesquisados.

aplicação da técnica de análise documental dos Planos de negócio DRS/BB das agências do BB situadas no lócus da pesquisa.

Deste modo, cabe reiterar que as informações analisadas nos Planos de negócio DRS/BB são referentes às ações conexas à formação profissional e inovação tecnológica, analisadas pelo pesquisador como importantes na formação e manutenção do estoque de capital social entre os ADRSs pesquisados.

Por isso, considerando a importância das ações de educação, sensibilização e de mobilização, através da realização de cursos de capacitação e de oficinas de reciclagem com os atores sociais desta pesquisa, especialmente com os ADRSs, e tendo em vista as categorias do capital social (estrutural e cognitivo), a análise documental constatou um maior destaque dado ao fortalecimento do CS estrutural.

Essa conclusão pode ser confirmada com a verificação da quantidade de ações presentes nos Planos DRS/BB, relacionadas às seguintes subcategorias: formas de organização social (características organizacionais dos grupos) e rede de relações sociais (redes sociais), conforme demonstrado no quadro 9.

Quadro 9 – Planos de negócio DRS das agências do Banco do Brasil, localizadas no TD Vale do Guaribas: principais ações a serem implementadas ou que estão sendo executadas na apicultura (criação de abelhas)

AGÊNCIA	AÇÕES
Francisco Santos - PI	Assistência técnica aos produtores envolvidos na estratégia. Capacitação dos produtores participantes da estratégia DRS em associativismo e cooperativismo. Capacitação dos produtores em associativismo/cooperativismo.
Jaicós - PI	Capacitação em associativismo e cooperativismo. Assistência técnica efetiva aos produtores. Assistência técnica aos produtores beneficiados. Realização de oficina de aprimoramento e gestão do plano de negócio DRS.
Picos - PI	Realização de cursos palestras e oficinas focadas no fortalecimento da cultura da cooperação. Apoio à estruturação e gestão da Central de cooperativas. Fortalecimento do cooperativismo junto aos apicultores da CASA APIS, através de palestras, cursos, seminários e consultorias. Estruturação e garantia do funcionamento do Instituto Centro de Tecnologia Apícola do Piauí – CENTAPI.

	<p>Fortalecimento do cooperativismo e da cultura de grupo entre os produtores de mel, através de cursos e oficinas.</p> <p>Fortalecimento institucional da base cooperativista/associativista.</p> <p>Produção e veiculação de 52 programas de rádio com duração de meia hora cada.</p> <p>Produção de 52 matérias e consequente veiculação em emissora local (Picos).</p> <p>Produção e veiculação de 52 colunas jornalísticas para mídia impressa local (Picos).</p> <p>Manutenção de site em portal local.</p> <p>Divulgação do projeto DRS em seminários, eventos e reuniões.</p> <p>Produção e distribuição de 4 (quatro) boletins trimestrais informativos para a rede de agricultores familiares e cooperados (tiragem 3.000 exemplares).</p> <p>Alocação de recursos para a implementação do projeto ADRS.</p> <p>Seleção de agentes de desenvolvimento regional sustentável para realização de acompanhamento social dos apicultores.</p> <p>Mobilização da base produtiva, visando consolidar o empreendimento CASA APIS;</p> <p>Garantia da transferência de tecnologias.</p> <p>Realização de curso de capacitação de ADRS e supervisor ADRS em parceria com o Banco do Brasil/DRS.</p> <p>Difusão e transferência de tecnologias, disseminação de informações e construção de conhecimentos junto às unidades produtivas.</p> <p>Realização de oficina de planejamento de atividades do supervisor ADRS.</p>
Pio IX - PI	<p>Assistência técnica aos produtores apícolas envolvidos na estratégia DRS.</p> <p>Capacitação dos produtores em gestão e condução do agronegócio.</p>
São Benedito (Picos –PI	<p>Capacitação em associativismo e cooperativismo.</p> <p>Realização de oficina de aprimoramento e gestão do plano de negócio DRS.</p>
Simões - PI	<p>Aumento do nível de organização dos produtores apícolas.</p> <p>Criação de associação para filiação de todos os apicultores dos municípios de Caridade do Piauí, Curral Novo do Piauí e Simões.</p>

Fonte: pesquisa do autor (informações compiladas a partir dos Planos DRS das Agências do Banco Brasil, localizadas no TD Vale do Guaribas).

A partir da análise das informações do quadro 9, depreende-se que a maioria das ações identificadas nos Planos DRS/BB – relacionados ao estoque de CS entre

os ADRSs – pertencem às subcategorias formas de organização social (participação e organização, mobilização, liderança e infraestrutura) e rede de relações sociais (parceria e redes), constituintes do CS estrutural. Em contrapartida, quase não se observa ações quando o assunto é o capital social cognitivo (confiança, cooperação e reciprocidade).

Por fim, tomando como base a importância das ações educativas voltadas para a formação profissional, através da realização de cursos de capacitação ou oficinas de reciclagem com o ADRS, e considerando, ainda, o problema e os objetivos desta pesquisa, fez-se uma análise do recurso didático-pedagógico denominado *Caderno do participante – Oficina ADRS*, através de informações consolidadas nos quadros 10 e 11, a seguir, constantes do aludido material didático.

Desta forma, para efeito de análise, foram consideradas na pesquisa como formas de identificação das “manifestações” do capital social: as unidades de ensino, os objetivos da aprendizagem e seus conteúdos programáticos, referentes aos módulos I (Formação Geral) e II (Formação Técnica/Apicultura) da Oficina de Aprimoramento ou Reciclagem ADRS.

Destarte, nesta etapa da pesquisa, os resultados obtidos foram interpretados a partir de categorias e subcategorias (ou elementos) do capital social, definidas mediante a análise dos objetivos da aprendizagem e dos conteúdos programáticos dos módulos I e II da oficina de reciclagem ADRS.

Neste sentido, a análise acurada do caderno do participante ADRS, através de uma verificação geral para garantir que todos os elementos importantes fossem analisados, em especial aqueles contidos nos quadros 10 e 11 abaixo, evidenciou que os módulos I e II da Oficina ADRS apresentam diferentes níveis de influência na formação de capital social entre os ADRSs pesquisados.

Portanto, as “manifestações” do capital social (estrutural ou cognitivo) apresentam-se, em cada um dos módulos, em diferentes níveis de intensidade quanto à formação e manutenção do estoque de capital social entre os indivíduos ADRSs, como pode ser inferido da leitura das informações compiladas nos quadros 10 e 11, a seguir.

Quadro 10 – Oficina de Reciclagem ADRS – Módulo I – Formação geral – Objetivos da aprendizagem e conteúdos programáticos

MÓDULO I – FORMAÇÃO GERAL	
OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os empreendimentos da economia solidária. • Sensibilizar os participantes quanto aos temas afins à atividade de extensão rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico e situação atual dos empreendimentos. • Comercialização. • Assistência técnica e extensão rural (ATER). • Agroecologia. • Desenvolvimento territorial.
<ul style="list-style-type: none"> • Acolher e integrar os participantes. • Conhecer o conteúdo e a dinâmica da oficina e construir acordo de convivência. • Compreender o novo modelo de atuação do ADRS. • Entender os objetivos do Projeto ADRS. • Exercitar a construção de planos de ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de rede de cooperação. • Estrutura e dinâmica da oficina. • Perfil e atribuições dos ADRS. • Objetivos, resultados e metas do Projeto ADRS. • Plano de ação.
<ul style="list-style-type: none"> • Contextualizar as ações dos Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável em relação aos princípios e diretrizes que orientam as políticas públicas e a estratégia de DRS do BB. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento regional sustentável. • Cadeia de Valor. • Políticas públicas e PRONAF. • Crédito Rural, Seguro da Agricultura Familiar – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais) • Acesso ao crédito. • Formas de organização dos agricultores familiares: associativismo e cooperativismo.
<ul style="list-style-type: none"> • Vivenciar metodologias participativas. • Entender a atuação da FBB em cadeias produtivas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR).
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e utilizar ferramentas de comunicação e mobilização social. • Conhecer e utilizar metodologias participativas para organização de grupos. 	<ul style="list-style-type: none"> • A comunicação como estratégia para o desenvolvimento local. • Ferramentas de comunicação e mobilização social. • Utilização da Internet. • Noções de estatística descritiva. • Caracterização e tipificação dos agricultores cooperados. • Construção da mobilização social. • Formas participativas nas instâncias de governança local.

Fonte: Banco do Brasil. Oficina de Aprimoramento ADRS. Caderno do Participante, 2011a, p. 5-6. (compilação de informações).

Quadro 11 – Oficina de reciclagem ADRS – Módulo II – Formação técnica (apicultura) – Objetivos da aprendizagem e conteúdos programáticos

MÓDULO II – FORMAÇÃO TÉCNICA (APICULTURA)	
OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Entender a importância da apicultura. • Compreender as técnicas de manejo apícola. • Conhecer os produtos regionais como alimentos. • Conhecer o processo de manejo de rainha. • Refletir sobre certificações e controle de qualidade. • Entender as boas práticas apícolas. • Compreender o controle de doenças. • Entender a escrituração zootécnica. • Conhecer o manejo e floradas. • Praticar os conteúdos ministrados na oficina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Panorama geral. • Manejo de apiários e colmeias. • Manejo alimentar de abelhas. • Manejo de rainhas. • Certificações de mel. • Boas práticas apícolas na colheita e extração de mel. • Pragas e doenças das abelhas. • Calendário apícola. • Aula prática sobre manejo.

Fonte: Banco do Brasil. Oficina de Aprimoramento ADRS. Caderno do Participante, 2011a, p. 7. (compilação de informações).

A análise levada a efeito nos quadros 10 e 11, remete a uma compreensão de que a maioria dos elementos investigados no módulo I da Oficina ADRS (85%) apresentaram evidências de contribuição com as manifestações da presença de capital social ou de formação de CS entre os ADRSs. Dessa forma, se tais elementos forem classificados quanto aos seus impactos na geração ou formação de estoque de capital social entre os ADRSs, percebe-se que uns apresentam um impacto maior (ex: caracterização e tipificação dos agricultores cooperados e construção da mobilização social); outros um impacto médio (ex: formas de organização dos agricultores familiares: associativismo e cooperativismo), enquanto alguns se manifestam com um impacto pequeno (ex: crédito rural, seguro da agricultura familiar – PROAGRO Mais), tanto em relação ao CS estrutural, quanto no tocante ao CS cognitivo.

Contudo, o fato de um ADRS participar de uma oficina de reciclagem ou curso de capacitação não é uma garantia de formação ou elevação de um estoque de capital social.

Uma conclusão que pode ser obtida a partir da análise da frequência de manifestações de capital social (estrutural ou cognitivo) no módulo II da Oficina ADRS é a de que as ações educativas desenvolvidas neste módulo pouco

influenciam na formação e fortalecimento do estoque do capital social dos ADRSs, uma vez que estão voltadas, na maioria das vezes, para a formação técnica do ADRS ante uma perspectiva de qualificação para o mundo do trabalho, dissociada da visão humanista e integral que perpassa a EPT nos dias atuais.

Os depoimentos a seguir, proferidos por ADRSs entrevistados na pesquisa, confirmam a análise acima efetuada.

Na verdade, se o módulo II da Oficina fosse igual ao módulo I, seria bom. No módulo I, **através da troca de informações com os ADRSs, acabei conhecendo melhor a importância da gente começar a participar coletivamente dos cursos ou oficinas.** (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

O módulo II da oficina é importante pra que a gente possa desenvolver a atividade da apicultura ou manejo das abelhas. [...] **O módulo I, ajuda pra que a gente possa crescer não somente como profissional, mas como pessoa.** [...] (ENTREVISTADO 10, grifo nosso).

Nesse aspecto, entende-se não ser possível refletir sobre as experiências ou ações educativas desenvolvidas por entidades parceiras da CASA APIS com os ADRSs a partir de conjecturas ou suposições, desconsiderando as singularidades ou particularidades daqueles que constroem seu cotidiano como multiplicadores de conhecimentos nas comunidades rurais onde atuam.

Esse foi o propósito desta análise dos resultados da pesquisa. Assim, sem perder a referência da realidade social, econômica, cultural e ambiental em que as relações sociais ocorrem, buscou-se entender o processo de construção e reconstrução das relações sociais e o significado das ações de EPT (formação profissional e inovação tecnológica), desenvolvidas **com aqueles e por aqueles** que vivenciam as comunidades rurais do TD Vale do Guaribas em seu cotidiano: os agentes de desenvolvimento regional sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“ [...] A tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas que cada ‘cidadão’ possa se tornar ‘governante’ e que a sociedade o coloque, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais para poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral das necessidades ao fim de governar.” (GRAMSCI, 1982, p. 137).

À luz dos referenciais teóricos que definem capital social como a possibilidade de acessar recursos através de contatos ou de uma rede durável de relações, que estabelecem a posição estrutural dos atores sociais em relação a outros, na realização desta pesquisa, foi feita a seguinte pergunta: A educação profissional e tecnológica (EPT) realizada por entidades ou órgãos parceiros (BB/DRS e SEBRAE-PI) tem possibilitado a formação de capital social (CS) entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) que atuam nas cooperativas ligadas à Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido (CASA APIS), localizadas no Território de Desenvolvimento (TD) Vale do Guaribas-PI?

A questão acima está situada diante dos desafios que vêm sendo propostos no âmbito dos estudos identificados com a análise da relação trabalho, educação e capital social, principalmente aqueles relacionados à operacionalização do conceito de capital social, mediante sua verificação ou quantificação, realizada a partir da análise das redes de relações sociais.

Contudo, por se tratar de um tema altamente controvertido e polêmico, que envolvendo diferentes interpretações conceituais, categorias, subcategorias, dimensões, variáveis e parâmetros, bem como uma ampla gama de abordagens teóricas e de procedimentos metodológicos utilizados para mensurar os níveis de capital social, a interpretação dos dados da pesquisa foi realizada a partir da análise das diferentes fontes de dados e dos instrumentos metodológicos definidos pelo pesquisador, partindo do problema e dos objetivos propostos, e levando em conta a abordagem metodológica considerada na pesquisa.

Em vista disso, atendendo ao problema e aos objetivos formulados nesta investigação, foi feita a interpretação dos diversos instrumentos de coleta de dados

ou de informações, considerando a análise da formação de capital social entre os ADRSs com base nas categorias de capital social apontadas nos estudos de Uphoff (2000 apud Balestro, 2006, p. 32): estrutural e cognitiva. Destarte, também, a aplicação do instrumental metodológico proposto por Jacobi et al. (2004) o qual permite ajustes de dimensões e variáveis para medir capital social em contextos e realidades socioeconômicas específicas, como as das cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no TD Vale do Guaribas.

Faz-se necessário reiterar e esclarecer ainda que em relação ao tema CS existem inúmeras controvérsias de natureza metodológica, resultantes da tentativa de verificação ou instrumentalização empírica da formação de estoque de capital social entre indivíduos, grupos ou comunidades, como nos faz perceber Narayan (2000 apud JACOBI et al. 2004, p. 13) em sua análise sobre a operacionalização do conceito de CS: “teorias como as do capital social encerram construções que são por natureza abstratas e requerem interpretações subjetivas quando aplicadas operacionalmente.”

Desse modo, considerando a relação trabalho, EPT [formação profissional e inovação tecnológica] e capital social, os resultados da pesquisa demonstraram um entendimento do pesquisador acerca da dificuldade de operacionalização da noção de capital social, o que dificulta, por sua vez, a funcionalidade do conceito e sua aplicação prática em uma determinada realidade.

Entretanto, a partir das observações não-participantes, das entrevistas realizadas e da análise documental, a pesquisa revelou que nas ações de formação profissional e inovação tecnológica, desenvolvidas por órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS com os ADRSs, através da aplicação de metodologias participativas, o reforço na produção do conhecimento tácito – aquele que é repassado através de contatos pessoais no âmbito das interações e relações sociais locais – é considerado relevante, pois o aprendizado interativo é formalizado e transmitido em contatos interpessoais dos ADRSs [entre si] durante a participação nos cursos, oficinas e reciclagens. Ou seja, o aprendizado interativo pode ser analisado como importante na formação e no fortalecimento do estoque de CS dos ADRSs, pois é formalizado e transmitido por meio de uma “rede durável de relações sociais,” definida a partir de ações educativas.

Albagli e Maciel, refletindo sobre a importância da educação para a ação coletiva, defendem que

A educação [...] contribui para o entendimento do que vem a ser a cidadania e, portanto, o interesse coletivo. Neste processo, desenvolve-se também a capacidade de aprendizado pela interação dos diversos atores envolvidos no processo de acumulação de conhecimento tácito. Essa interação, por sua vez, contribui para a **consolidação de laços em torno de interesses coletivos** que poderão – ou não – ser dirigidos para um esforço de desenvolvimento local. (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p.17, grifo nosso).

Em síntese, a ação coletiva do ADRS nos contatos interpessoais durante as ações educativas de EPT, realizadas por órgãos parceiros, pode ser interpretada como sendo fundamental na formação e manutenção do estoque de capital social dos ADRSs. Nesse horizonte, destacam-se, da mesma maneira, as ações de educação não formal do ADRS nas relações diárias com os associados das cooperativas apícolas, nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas, determinantes na formação de CS no âmbito do Projeto CASA APIS.

Na verdade, levando em conta as diferentes fontes de dados da pesquisa e o resultado da análise das informações obtidas, bem como as evidências empíricas referentes ao capital social, presentes nas falas ou depoimentos dos sujeitos da pesquisa, percebe-se que as ações educativas de formação profissional e de inovação tecnológica (cursos, oficinas, capacitações e assistência técnica), realizadas por órgãos ou entidades parceiras da CASA APIS (BB/DRS e SEBRAE) com os ADRSs, em especial a oficina de reciclagem ADRS, não foram iguais na prática e apresentaram resultados variáveis de influência quanto à formação de capital social entre os ADRSs pesquisados, sendo intensamente influente no tocante à formação de CS no módulo I (48 h), referente à formação geral e menos influente no módulo II (96h), referente à formação técnica.

Em vista disso, conclui-se que no módulo I da oficina ADRS, referente à formação geral dos ADRSs, a aplicação de abordagens metodológicas permitiu a formação e ampliação do estoque de capital social entre os ADRSs pesquisados.

Neste sentido, a pesquisa revelou, ainda, que as abordagens metodológicas aplicadas no módulo I foram baseadas na utilização de técnicas que favorecem e estimulam a reflexão dos atores sociais sobre as relações estabelecidas com os meios físico e social, possibilitando no ADRS a elaboração de novos conceitos e novas experiências, mediante a “instrumentalização” de recursos como confiança,

normas, reciprocidade e relações de associação e cooperação, capazes de elevar o nível de CS dos indivíduos e, por conseguinte, das comunidades rurais.

Dessa forma, a concepção que permeia a presente pesquisa aponta, outrossim, para o debate sobre a importância das redes duráveis de relações na formação e ampliação de um ativo de capital (capital social) que poderá resultar na superação de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social dos países, regiões ou comunidades, a partir do aumento da disponibilidade de CS, convertendo o CS em outras formas de capital, tais como capital econômico, simbólico ou cultural. Vale lembrar que para Bordieu (1980), “dependendo da configuração da rede de relações, há uma tendência à transitividade do capital social”.

Nessa direção, evidenciam-se as percepções do pesquisador a respeito da contribuição das ações educativas, voltadas para a formação profissional e inovação tecnológica, na criação e no fortalecimento do estoque de capital social entre os ADRSs ligados à CASA APIS, que executam ações como multiplicadores de conhecimentos e informações nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas.

Conclui-se, pois, que as experiências vivenciadas pelos ADRSs, através das ações de EPT desenvolvidas por órgãos ou entidades parceiras da Central de Cooperativas, refletem a formação de um ativo de capital: o capital social. Contribui, igualmente, para a formação desse ativo denominado capital social a consolidação da CASA APIS como um empreendimento econômico solidário (EES) que se destaca nacionalmente pelo nível de organização dos apicultores (e dos ADRSs) nas cooperativas e pela sensibilização e conscientização destes em relação aos recursos possíveis de serem acessados através dos contatos ou da vinculação a um grupo.

Um exemplo que comprova essa situação é que nos últimos anos houve a diminuição da comercialização do mel para outros estados por meio de intermediários ou “atravessadores”, possibilitando ao estado do Piauí, principalmente o TD Vale do Guaribas despontar nas estatísticas oficiais do país entre os maiores produtores e exportadores de mel de abelha (certificada e orgânica). Este fato pode ser encarado como uma tendência a uma situação de ‘transitividade do capital social para o capital econômico’, no dizer de Bourdieu.

Por certo as ações educativas de EPT, desenvolvidas por órgãos parceiros, foram determinantes no processo de formação e consolidação do CS do ADRS, bem como de sua transitividade no âmbito do Projeto CASA APIS.

Portanto, os resultados desta pesquisa permitiram revelar, também, que a CASA APIS, com sede no município de Picos-PI, pode ser vista como a representação da operacionalização e da busca de fortalecimento e de manutenção do estoque de capital social existente entre indivíduos que, partindo de uma rede de relações sociais, caracterizada pela ação de um conjunto de parceiros, instituições e programas, bem como pela definição de recursos como confiança, cooperação, reciprocidade e normas, perceberam nas relações sociais e/ou rede de relações interorganizacionais uma alternativa de luta contra os problemas inerentes à produção e comercialização de mel, decorrentes da falta de organização e do reduzido estoque de capital social dos apicultores (e dos ADRS) da Central de cooperativas.

Dessa maneira, a discussão apoiada no pensamento de Bourdieu (1980, p. 67) sobre a importância do “CS como o agregado de recursos reais ou potenciais, [...] ligados à participação de uma rede durável de relações sociais”, mostra que “o capital social não existe de forma independente dos benefícios dele esperados, seja para o indivíduo ou para o grupo”, conforme defendem Albagli e Maciel (2002, p. 8), corroborando a visão bourdieuliana sobre o conceito de capital social.

Nesta perspectiva de análise, constata-se que as ações de formação profissional e inovação tecnológica têm grande influência no processo de formação e elevação do estoque de CS em curso no âmbito do Projeto CASA APIS, aprofundando a “tendência à homofilia e à transitividade do capital social para o capital econômico”, conforme defende Bourdieu.

Albagli e Maciel (2002, p. 8) sustentam, ainda, que “o que faz o capital social capital, e não simplesmente uma coleção aleatória de redes, valores e confiança, é sua orientação para gerar resultados.” Logo, depreende-se que a tendência à transitividade do capital social da CASA APIS pode ser encarada como um exemplo da dimensão do CS defendida por estas autoras. Ademais, a atuação do ADRS no âmbito da Central de cooperativas deve ser compreendida como uma direção acertada rumo à ampliação e fortalecimento do capital social presente nas relações entre os apicultores das cooperativas filiadas, haja vista se constituir no que Bourdieu (1980) denominou posse de uma **rede durável de relações** mais ou menos institucionalizadas **de interconhecimento inter-reconhecimento mútuo** [...] que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva. (grifo nosso).

Desta forma, no tocante à governança do Projeto CASA APIS não há dúvida que em se tratando da atuação dos agentes de desenvolvimento regional sustentável, pode ser considerada a importância desses atores sociais não somente na realização de atividades econômicas relacionadas à apicultura, uma vez que executam atividades como apicultores associados às cooperativas filiadas, mas, deve ser realçado sobretudo, o papel exercido pelos ADRSs como multiplicadores de informações e de conhecimentos nas comunidades rurais onde atuam.

Sobre o aspecto acima mencionado, deve ser lembrado ainda que a utilização de metodologias participativas pelo ADRS poderá acarretar o fortalecimento de vínculos e a formação de um “agregado de recursos reais ou potenciais”, a partir de uma “rede durável de relações sociais.”

Contudo, ainda que a participação efetiva do ADRS na governança do projeto CASA APIS envolva um círculo virtuoso, esta só será possível quando as ações educativas (cursos, capacitações e oficinas de reciclagem) de formação profissional e de inovação tecnológica buscarem na ampliação do estoque de capital social dos ADRSs uma alternativa para o fortalecimento dos laços entre indivíduos em posição socioeconômica semelhante (homofilia) e com fortes vínculos entre si (transitividade).

Nessa direção, evidencia-se, portanto, o nosso pensamento favorável à visão de Bourdieu (1980) sobre a ideia de capital social como um “agregado de recursos reais ou potenciais, [...] ligados à participação em uma rede durável de relações sociais.”

Da mesma forma que Bourdieu, Albagli e Maciel analisam o capital social como um recurso ou ativo fundamentalmente relacional e asseveram que

[...] um dos principais desafios de uma definição operacional de capital social é, portanto, possibilitar em estudos de casos concretos, não só detectar sua presença ou ausência, mas também determinar se essa variável de fato levou ao **fortalecimento da sociedade civil** ou ao aumento da cooperação, da interação e da produtividade econômica. (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 9, grifo nosso).

A partir dessa convergência de pensamentos dos autores acima aludidos, entende-se ser a participação do ADRS – como ator local – imprescindível à elevação do nível e fortalecimento do capital social entre os cooperados apícolas e dos próprios ADRSs, oportunizando a obtenção de melhores condições de acesso

aos benefícios educacionais, tecnológicos e econômicos, e de direitos como partícipes do processo e não como sujeitos passivos.

Entretanto, é preciso entender e reconhecer que construir novas instituições propícias desenvolvimento local/regional consiste, acima de tudo, na ampliação e diversificação do estoque de capital social no âmbito do Central de cooperativas.

Por outro lado, nesta pesquisa, mesmo diante da dificuldade de se estruturar um instrumento de investigação científica ideal para aferir o nível de capital social entre os ADRSs, a intenção foi no sentido de dar uma contribuição para as formulações teóricas e operacionais a respeito da noção de capital social, principalmente por se tratar de um trabalho inédito sobre a relação trabalho, EPT e capital social no estado do Piauí.

Partindo das conclusões precedentes nesta pesquisa, e considerando que a mesma apresentou-se como um passo importante ante o processo de sistematização de estudos sobre a relação trabalho – educação – capital social em empreendimentos econômicos solidários no estado do Piauí, outras pesquisas poderão ser desenvolvidas, como as sugeridas a seguir:

- Estudo da aplicação da metodologia BB/DRS nas ações de formação profissional e inovação tecnológica dos ADRSs que atuam em outros territórios de desenvolvimento do estado do Piauí, para observar o efeito dos diversos elementos desta metodologia sobre a formação de capital social.
- Avaliação da importância dos recursos relacionais e da participação dos atores sociais (setor produtivo, trabalhadores, governo e instituições educativas, como os institutos federais) no processo de valorização do saber não formal e de reconhecimento e certificação do saber profissional dos apicultores no estado do Piauí, através da Rede Certific.
- Análise de como as ações de formação profissional e inovação tecnológica influenciam nas diferenças quanto ao estoque de capital social dos associados dos EESs do TD Vale do Guaribas (CASA APIS e COCAJUPI) e na transitividade do capital social desses empreendimentos.

Enfim, diante da importância que o tema relação trabalho, educação e capital social comporta nos meios acadêmicos, entende-se que as ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica (desenvolvidas com os ADRSs pesquisados no TD Vale do Guaribas) podem ser vistas como práticas de grande eficácia na busca de um recurso ou ativo de caráter relacional, dependendo,

contudo, da configuração da rede de relações sociais e interorganizacionais em que indivíduos e grupos estejam imersos. Afinal de contas, como afirmou Freire (1986, p. 79), “ [...] **Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.**” (grifo nosso).

Logo, espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço das discussões teórico-metodológicas a respeito dos desafios da formação e fortalecimento do capital social em comunidades rurais, a partir de uma EPT alicerçada em uma concepção de educação humanista, omnilateral, dialógica e transformadora, em contraposição à lógica da educação instrumental, polivalente, tecnicista e discriminatória.

Reafirma-se, portanto, a importância da EPT na construção da cidadania e da liberdade e em prol do desenvolvimento local e regional, como afirmou Amartya Sen em sua visão de desenvolvimento na perspectiva de uma “definição positiva de liberdade”:

[...] liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar, vender, amar e ser amado. **A liberdade – e portanto o desenvolvimento – não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício.** [...] Não basta que a lei garanta certos direitos: **o essencial é que os indivíduos tenham as capacidades, as qualificações,** as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e **de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.** (SEN, 2000, grifo nosso).

Em suma, pelos resultados desta pesquisa, à luz dos referenciais teóricos sobre capital social e considerando, também, a perspectiva de “democracia política” na forma pretendida por Gramsci (1982) e a “definição positiva de liberdade”, defendida por Sen (2000), acredita-se não ser possível pensar as ações e os processos educativos implementados com os associados à CASA APIS a partir de generalizações e sem considerar o papel exercido pelos ADRS para a formação e o fortalecimento dos laços entre os indivíduos nas comunidades rurais, expressos em suas relações sociais cotidianas com os apicultores e através dos contatos interpessoais com os ADRSs.

Por fim, para a concretização do círculo virtuoso educação profissional e tecnológica – capital social – desenvolvimento local/regional, não se pode perder de vista o significado do trabalho educativo desenvolvido com aqueles e por aqueles

que vivenciam (e fortalecem) os vínculos existentes entre os grupos sociais nas comunidades rurais do TD Vale do Guaribas: os agentes de desenvolvimento regional sustentável.

REFERÊNCIAS

ABEMEL. Associação Brasileira dos Exportadores de Mel. **Piauí supera São Paulo como exportador de mel em junho**. Disponível em:

<http://abemel.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=69:piaui-supera-sao-paulo-como-exportador-de-mel-em-junho&catid=35:destaques>.

Acesso em: 22 jul. 2011.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada. São Paulo. v. 4, n. 2:379-397, abr./jun.2000. Disponível

em:<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Entre Deus e o diabo**: mercados e interação humana nas ciências sociais. Tempo Social, Revista de sociologia da USP. São Paulo. v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2006. Disponível em:

<http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2004/Formas_de_organizacao_dos_mercados.pdf> Acesso em: 27 nov. 2009.

_____. **Os mercados como construções sociais**. Valor Econômico. 24 ago. 2007. Disponível em:

<http://www.abramovay.pro.br/artigos_jornal/2007/Abramovay_Karpik_CyroAndrade_Singularidades.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ALBAGLI, S. **Capacitação, sensibilização e informação em arranjos e sistemas de MPME**: proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais e pequenas empresas. Rede de Sistemas Produtivos Inovativos Locais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF1/NT%2002%20-%20Capacitacao.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

_____. **Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local**. Inclusão Social. v. 1. n. 2, 2006. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/27/46>>. Acesso em: 2 abr. 2011.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**:

proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais e pequenas empresas. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 22 maio 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ANTUNES, Ricardo. A nova era da precarização estrutural do trabalho. ROSSO, Sadi Dal; FORTES, J. A. A. S. (orgs.). **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: Época, 2008.

ARANHA, Antonia V.S.; ROCHA, Maria Isabel A. et al. Diálogos entre escola, formação docente e práticas sócio-culturais: **possibilidades e limites da educação do campo**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ARNOLDI, Marlene A. G. Colombo; ROSA, Maria V. de Figueiredo P. do Couto. **A Entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BALESTRO, Moisés V. **Capital social, aprendizado e inovação: um estudo comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e Canadá**. Tese de Doutorado. UnB. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6485/1/2006_Mois%
c3%a9s%20Villamil%20Balestro.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6485/1/2006_Mois%c3%a9s%20Villamil%20Balestro.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2011.

BANCO DO BRASIL. BB. **Cartilha DRS**, 2007.

_____. BB. **Desenvolvimento Regional Sustentável** – Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas, 2010.

_____. **Oficina de aprimoramento ADRS: formação geral e formação técnica**. Caderno do participante. Teresina, 2011a.

_____. **Planos de negócio DRS** – Agências localizadas no TD Vale do Guaribas (Picos Central, Picos São Benedito, Francisco Santos, Jaicós, Simões e Pio IX). Planos DRS nº 328, 345, 3256, 3285, 3375 e 7596. Teresina, 2011b.

BAQUERO, Marcello. Capital Social. In: CATTANI, Antônio D.(org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (orgs). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí: Unijuí, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Portugal. Edições 70, 1977.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa em psicologia – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: **Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa**. Ribeirão Preto, SP: Legis Summa, 1998.

BORGES; CASTRO. **Capital social e educação: condições para o desenvolvimento na reserva extrativista do Cajari**. Vitória da Conquista, BA: Práxis Educacional, n 3, 2007. p. 309-331.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social**: notas provisórias. Publicação original em 31. janeiro 1980. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 67-69.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3. ed. reimpr. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília, 2000. Disponível

em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>> Acesso em: 02 out. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Proposta de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2003.

_____. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP**: síntese executiva : Território Vale do Rio Guaribas / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – Brasília-DF: TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006.

_____. CODEVASF. **CENTAPI**: envolvendo para desenvolver (folder), 2007a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Catálogo nacional dos cursos técnicos de nível médio**. Brasília, 2007b.

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=75&Itemid=198>>. Acesso em: 02 out. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Seminário nacional do ensino agrícola da Rede Federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2008.

_____. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: atualizada até a Emenda Constitucional nº 57, de 18-12-2008. 14. Ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profissional**: trabalho e tempo livre. Brasília-DF: Plano Editora, 2003.

CASA APIS. **Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro.**

Disponível em: <http://www.casaapis.net>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CASA APIS; COCAJUPI. **Informe Cooperar.** Picos, PI: Projeto de Comunicação e Mobilização Social, dez. 2009, informativo nº 1/2009.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/Artigos/LasCas%20seminario%20pol%EDtica%20Sebrae.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2011.

CASTIONI, Remi. **Educação no mundo do trabalho, qualificação e competência.** São Paulo: Francis, 2010.

_____. **O sistema de proteção ao trabalho no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

CASTRO, Maria de Fátima de Carvalho Menezes e. **Capital social.** Lisboa, 2004. Disponível em:

<<http://www.gestipolis.com/administracion-estrategia/capital-social-de-las-empresas.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2010.

CORTELLA. A contribuição da educação não formal para a construção da cidadania. In: CORTELLA, Mário S; SIMSOM, Olga R. Von; PARK, Margareth; FERNANDES, Renata et al. **Visões singulares, conversas plurais.** São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007.

COSTA, Ivani. **O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável:** um estudo comparativo entre localidades do Pacto “Novo Cariri” dentro do Programa SEBRAE-PB / Rede DLIS. Dissertação de Mestrado. UFPB. João Pessoa, 2007. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/07A54A7F3E1842A7832575200050302B/\\$File/NT0003A636.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/07A54A7F3E1842A7832575200050302B/$File/NT0003A636.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2011.

COSTA, Ivani et al. Capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento regional: estudo de caso no Cariri Paraibano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** v. 4, n. 2. Taubaté, SP: maio-ago./2008, p. 58-80.

_____. Capital social como ferramenta para o desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre os municípios do Cariri Paraibano. **XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** Rio de Janeiro, 13 a 16 out. 2008.

Disponível em:

<http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_079_551_11598.pdf>.

Acesso em: 15 jun. 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANTAS FILHO, Antonio L. **CASA APIS**: apicultura solidária e sustentável. Picos, PI: CASA APIS, 2010.

D'ARAUJO, Maria C. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. Florianópolis: **Perspectiva**. v.19, n.1, jan./jun. 2001, p.71-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. (Coleção Questões da Nossa Época). São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GOLDENBERG, R.; OTUTUMI, C. **Análise de conteúdo segundo Bardin**: procedimento metodológico utilizado pesquisa sobre a situação atual da percepção musical nos cursos de graduação em música no Brasil. IV Simpósio de Cognição e Artes Musicais, 2008.

GOMES, Carla C. M. P. ; NEVES, Marcos Fava. Sustentabilidade por meio da integração de cooperativas: o caso da produção de mel. São Paulo, 2010. In. NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano Tomé e (Orgs.). **Agricultura integrada**: inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtivas. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GROOTAERT, C. et al. Banco Mundial. QI-MCS. **Questionário integrado para medir capital social**. Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social. 2003. Disponível em:

<<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2011.

GROPPO, Luís A.; MARTINS, Marcos F. **Sociedade civil e educação: fundamentos e tramas**. Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

JACOBI, Pedro R.; MONTEIRO, F. **Mensuração de capital social em comitês de bacia hidrográfica**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://cendoc.nepo.unicamp.br/iah/textos/textos/eventosNEPO/agua/monteiro.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

JACOBI, Pedro R. et al. **Capital social e desempenho institucional: reflexões teórico-metodológicas sobre estudos no comitê de bacia hidrográfica do Alto Tietê**, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT03/pjacobi.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2011.

KALBERG, S. **Max Weber: uma introdução**. Tradução: MARTINS (2008) Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho**. Boletim Técnico do SENAC, nº 25, 1999.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educador e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252b.htm>>. Acesso em: 23 out. 2009.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais – GASPIL**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>>. Acesso em: 23 out. 2009.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2 ed. Coleção Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA FILHO, Sebastião C. de. **Capital social e desenvolvimento local: a experiência de Campo Brito (SE)**. Dissertação de Mestrado. UFSE. Aracaju, 2010. Disponível em: <http://200.17.141.110/pos/economia/dissertacoes/a07/Dissertacao_Sebastiao_C_d_e_Lima.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.

MACIEL, M. L. **Cooperativas populares no desenvolvimento de sistemas produtivos locais inovadores: proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais e pequenas empresas**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF1/NT%2005%20-%20Cooperativas.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEIO NORTE. **Mel do Piauí é o primeiro da América Latina a receber certificação internacional de produto orgânico.** Disponível em: <<http://www.meionorte.com/frenteampia/mel-do-piaui-e-o-primeiro-da-america-latina-a-receber-certificacao-internacional-de-produto-organico-116315.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MELLO, Claiton. **Empreendimentos econômicos e solidários: construção de um porvir.** 2009/a. Disponível em: <<http://criseoportunidade.wordpress.com/2009/09/23/empreendimentos-economicos-e-solidarios-construcao-de-um-novo-porvir-claiton-mello/>> Acesso em: 8 out. 2010.

_____. Empreendimentos econômicos e solidários: ambientes de inovação ou de tecnologia social? **III Simpósio Nacional de Tecnologia Social.** Curitiba, 2009/b. Disponível em: <http://claitonmello.blogspot.com/2010_02_01_archive.html>. Acesso em: 15 dez. 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILANI, Carlos. **Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MOURA, D, H. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica.** [200?]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/.../formacao_de_docentes.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2010.

MOLL, Jaqueline (Org). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MULLER, Joviana Maria. **Multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva.** INCRA, Florianópolis: [199?].

NAZZARI, Rosana Katia et al. Desenvolvimento social e educação no Brasil. In: **2º Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.** Cascavel, PR, 18 a 22 out. 2004. Disponível em:

<<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2011.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

NICOLA, Marcelo P. Ação extensionista e formação de capital social em projeto regional de desenvolvimento sustentável. **Revista brasileira de agroecologia**. v. 2, n.1, fev. 2007.

NIDELCOFF, M. T. **A escola e a compreensão da realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

NOZAKI, Izumi (Org.). **Educação e trabalho**: trabalhar, aprender, saber. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 maio 2009.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.). **Educação não formal**: contexto, percursos e sujeitos. Campinas-SP, UNICAMP/CMU; Holambra-SP, Editora Setembro, 2005.

PIAUI. **Cenários regionais do Piauí**: Proposta de Regionalização. SEPLAN, 2003.

_____. **Decreto nº 11.567, de 12/2004**. Institui a câmara setorial da apicultura do Estado do Piauí, 2004.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)**. Território Vale do rio Guaribas. EFPT. MDA, 2006.

_____. **Planejamento participativo territorial. Participação e desenvolvimento**. SEPLAN. [200?].

PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Tom (Orgs.). **Sociologia e realidade**: pesquisa social no século XXI. Brasília-DF: Editora da UnB, 2006.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAZETO, Luiz. Economia de solidariedade e organização popular. In. GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2 ed. São Paulo, Cortez. (Coleção Questões de Nossa Época), v. 25, 1999. p. 34 a 58.

RUAS, Elma Dias et al. **Metodologia Participativa de Extensão rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, 2006.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Ignacy; LAGES, Vinícius Nobre. **Capital social e desenvolvimento**: novidade para quem? Santiago, Chile: CEPAL, 2001. Disponível em:

<<http://www.eclac.org/prensa/noticias/comunicados/3/7903/sachsvinicius.pdf>>.
Acesso em: 6 jun. 2011.

SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Orgs). Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: **Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília-DF: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002, p. 113-128. Disponível em:
<http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2002/Desenvolvimento_Rural.pdf>.
Acesso em: 28 out. 2010.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Moacir J. dos. et al. **Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente**. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica. X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. Universidade Vale do Paraíba. Taubaté, SP (s/d). Disponível em:
<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0036_0086_01.pdf>.
Acesso em: 3 jun. 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Coleção Polêmicas de Nosso Tempo. Campinas: Autores Associados, 1983.

SCHULTZ, Theodore W. **O Valor econômico da educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEBRAE. **Metodologia do Programa SEBRAE: cadeias produtivas agroindustriais**. Brasília: SEBRAE/NA, 2000.

_____. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais**, Brasília: SEBRAE/NA, 2003.

_____. **Juntos somos fortes: Agronegócio**. Brasília: SEBRAE, 2005.

_____. SEBRAE-UC. **Universidade Corporativa**. Disponível em:
<<http://www.uc.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. **SEBRAE Nacional**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

_____. **SEBRAE-PI**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/piaui>>. Acesso em: 28 maio 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Darcet C. **ADRs – Os agentes da nova apicultura no Brasil**. In. Revista SEBRAE Agronegócios. nº 3, maio de 2006, BRASÍLIA: SEBRAE, 2006, p. 46-47.

SILVA, José Graziano da; CAMPANHOLA, Clayton. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro**: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. (Edits). O Novo rural brasileiro: políticas públicas. v. 4, Jaguariúna-SP: EMBRAPA, 2000, p. 61-91.

SILVA JUNIOR, José D. de S. **O Capital social**: discussão em torno da construção de um conceito. Revista Espaço Acadêmico. a. 6, n. 72, maio, 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/072/72silvajr.htm>>. Acesso em: 30 set. 2010.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005 (Col. Economia e Sociedade, v. 5).

_____. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo social**. Revista de sociologia da USP. v.16, n. 2, 1-34, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a01.pdf>> Acesso em 25 out. 2010.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A democracia na América**. Tradução, prefácio e notas: Neil Ribeiro da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1998.

VEIGA, José Eli da. **A face brutal do desenvolvimento, natureza, território e agricultura**. Porto Alegre, Ed. Universidade. UFRGS, 2000.

_____. O Prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: **Economia brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento**. São Paulo: RG Editores, 2005, p. 243-266.

_____. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: **O novo rural e a agricultura familiar**. LAVINAS, Lena; Carleial, Liana M.F.; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993, Revisado em 2005, p.149-169.

VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília-DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

VERGARA, Patrício. **Desenvolvimento endógeno**. Um novo paradigma para gestão local e regional. Fortaleza: IADH, 2004.

VILELA, S. L. de O. **A Cadeia produtiva do mel no estado do Piauí**. Teresina: EMBRAPA Meio Norte, p. 121, 2000.

WEBER, W. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Barbosa. R; Barbosa, K.E. 4. ed. Brasília-DF: Editora da UnB, 2000, 2009 (reimpressão).

WILKINSON, John. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados**: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. Ensaios FEE. Porto Alegre. v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2042>> Acesso em: 20 out. 2010.

_____. Sociologia econômica e agroindústria. **Estudos sociedade e agricultura.** Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. n. 6, p. 81-90, jul.1996. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/john6.htm>>
Acesso em: 15 nov. 2010.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo de competência:** trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.

APÊNDICES



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA

Caro (a) Colaborador (a),

Através da educação profissional e tecnológica (EPT), desenvolvida por intermédio de ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica, o cooperativismo apícola da CASA APIS, organizado com o apoio de algumas entidades e órgãos parceiros para realização de atividades em torno do propósito de construção social do mercado do mel, pode e deve se converter na base para formação de novos laços de confiança, cooperação e reciprocidade entre os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) e apicultores associados à Central de cooperativas, resultando, por conseguinte, na formação e no fortalecimento do estoque de capital social no âmbito do Projeto CASA APIS.

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar o papel das organizações educativas ligadas à educação profissional e tecnológica na formação e no fortalecimento do capital social (*'empoderamento'*) dos ADRSs que atuam nas comunidades rurais das cooperativas apícolas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas-PI (COMPAI, COOPIX e MELCOOP).

Logo, sua participação nesta entrevista é de grande relevância para nossa pesquisa, e para tanto solicitamos sua permissão. Cabe destacar, outrossim, que durante a interpretação deste instrumento de coleta de dados, bem como a análise dos resultados da pesquisa, o anonimato dos participantes será preservado pelo uso de códigos alfanuméricos. Para o bom andamento da presente investigação, não há obrigatoriedade em responder a todas as questões. Todavia, é necessário fidelidade naquelas perguntas que forem respondidas.

Os dados e resultados individuais estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada.

A pesquisa, orientada pelo Prof. Dr. Remi Castioni (UnB/FE), está sob a responsabilidade de Ricardo Feitosa de Carvalho, mestrando ligado ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico) em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/PPGE – UnB), área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

O pesquisador se compromete a prestar devida e adequadamente quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários, relacionados à aplicação deste instrumento de coleta de dados no momento ou posteriormente à pesquisa.

(Local e Data) _____, ____/____/2011

Assinatura do Pesquisador

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecidas todas as minhas dúvidas, EU, _____ concordo em participar desta entrevista.

(Local e Data) _____, ____/____/2011

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 1



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

QUESTIONÁRIO PARA AGENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (ADRS)

Prezado (a) ADRS,

Este questionário faz parte do Projeto de Pesquisa “A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS”, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial dos dados obtidos nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as questões. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,

Ricardo Feitosa de Carvalho.

QUESTIONÁRIO 1 – ADRS I-IDENTIFICAÇÃO

Nome (opcional): _____

Cooperativa a qual é associado: _____

Município e comunidade onde reside: _____

II-CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

1ª – Sexo: () masculino () feminino

2ª – Faixa Etária:

() 18 a 25 anos () 26 a 33 anos () 34 a 41 anos

() 42 a 49 anos () 50 a 57 anos () 58 anos ou mais _____ (especifique)

3ª – Nível de Escolaridade ou Educacional:

() Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

() Outro (especifique): _____

4ª – Situação de Domicílio:

() Urbano () Rural

5ª – Nível de Renda (Rendimentos Salariais):

- () Menos de 1 salário mínimo () 1 – 2 salários mínimos
 () 3 – 4 salários mínimos () Acima de 5 salários mínimos

III-CAPITAL SOCIAL ESTRUTURAL – Características Organizacionais dos Grupos e Redes Sociais

1ª – Qual é a sua situação na estrutura organizacional da CASA APIS?

- () Membro de cooperativa filiada e integrante do Conselho Administrativo (associado integrante do Conselho Administrativo)

Nome da Cooperativa: _____

Função no Conselho Administrativo: _____

- () Membro de cooperativa filiada (associado)

Nome da Cooperativa: _____

2ª – A cooperativa a que você pertence está formalmente organizada apenas para a prática de atividades ligadas à apicultura?

- () Sim
 () Não. Especifique as outras atividades: _____

3ª – Como a cooperativa a qual você é associado passou a compor a estrutura da Central (CASA APIS) como filiada ou associada?

- () Foi indicada
 () Foi convidada
 () A pedido de membros de outras cooperativa filiadas
 () Outros (especifique): _____

4ª – Você, como associado de uma cooperativa da Rede CASA APIS, trabalha ou interage com grupos, associações ou redes fora da CASA APIS?

- () Não
 () Sim, ocasionalmente. Qual (is): _____
 () Sim, frequentemente. Qual (is): _____

5ª – Além da Rede CASA APIS, você faz parte de outros grupos, organizações ou associações formalmente organizadas?

- () Sim
 De quantos grupos? _____ Quais? _____
 () Não

6ª – De todos os grupos, organizações ou associações de que você faz parte, qual é o mais importante para você e sua família? _____

(Nome do grupo ou organização).

7ª – Comparando-se com os membros deste grupo, organização ou associação considerado mais importante, a maioria deles ...

- () é do (a) mesmo (a):
 Sexo: () Sim () Não
 Religião: () Sim () Não
 Ocupação econômica ou profissão: () Sim () Não
 Nível educacional ou grau de escolaridade: () Sim () Não
 Grupo familiar ou parentesco: () Sim () Não

Outro (especifique): _____

- () pertence a grupos sociais diferentes.

8ª – Questões político-partidárias exercem algum tipo de influência nas relações das pessoas e das organizações sociais e na definição dos órgãos ou instituições parceiras no âmbito da CASA APIS?

- () Sim, bastante
 () Sim, às vezes
 () Não.

9ª – Na sua visão, qual é a importância do líder no trabalho desenvolvido pela Central CASA APIS?

- () Muito importante
 () Importante
 () Pouco importante
 () Nenhuma importância, ou seja, o resultado do trabalho seria o mesmo.

10ª – Na sua visão, em uma escala de 1 a 3, qual é o benefício de se fazer parte da Central de Cooperativas (Rede CASA APIS)?

- (1) Maior benefício
 (2) Benefício intermediário
 (3) Benefício menos importante
 () Acesso às benfeitorias físicas e infraestrutura
 () Acesso aos benefícios educativos e/ou tecnológicos
 () Acesso às políticas públicas de inclusão social e econômica dos apicultores
 () Outros (especifique): _____

11ª – Nos últimos 12 meses, você foi convocado para participar de alguma atividade educativa (curso, oficina ou capacitação) sobre cooperativismo e associativismo, organizada por entidades parceiras da CASA APIS?

- () Sim

Quantas vezes, nos últimos 12 meses? _____

Qual (is) entidade (s) _____

Qual (is) atividade (s) _____

- () Não.

12ª – De uma maneira geral, qual seu nível de satisfação com relação a atuação dos órgãos ou instituições que realizam ações educativas (cursos, oficinas e capacitações) entre os associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

- () Satisfeito
 () Relativamente satisfeito.
 () Pouco satisfeito
 () Insatisfeito.

CAPITAL SOCIAL COGNITIVO – Confiança, Reciprocidade e Cooperação

1ª – Como você descreveria o grau de confiança da maioria dos ADRSs entre si?

- () Alto: confiam bastante uns nos outros
 () Médio: confiam uns nos outros
 () Baixo: desconfiam
 () Baixíssimo: ignoram o trabalho dos ADRSs

2ª – Como você descreveria o grau de confiança da maioria dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS em relação ao trabalho dos ADRSs?

- () Alto: confiam bastante
 () Médio: confiam
 () Baixo: desconfiam
 () Baixíssimo: ignoram o trabalho dos ADRSs

3ª – Como você descreveria o grau de confiança entre os associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

- () Alto: confiam bastante
 () Médio: confiam
 () Baixo: desconfiam

4ª – Caso você precisasse de uma quantia em dinheiro para pagar algumas

despesas com sua atividade econômica na apicultura, há associados da CASA APIS ou ADRSs que estariam dispostos a lhe emprestar este dinheiro, se você pedisse a eles?

- Definitivamente
- Provavelmente.
- Não tenho certeza
- Provavelmente não
- Definitivamente não.

5ª – Em relação à estrutura da CASA APIS, quanto você confia ...

- (1) Confio totalmente
- (2) Confio muito
- (3) Nem muito, nem pouco
- (4) Confio pouco
- (5) Confio muito pouco
- No Comitê Consultivo Nacional
- No Comitê Consultivo Local
- Na Assembleia Geral
- No Fórum de Participação de Base
- Nos Membros das Instituições Parceiras
- Outros (especifique): _____

6ª – Como ADRS, você tem conhecimento do nível de satisfação dos colegas ADRSs com relação à atuação dos órgãos ou instituições que realizam ações educativas (cursos, reciclagens, oficinas e capacitações) na CASA APIS?

- Sim

Na sua visão, os ADRSs estão: Satisfeitos Relativamente satisfeitos

- Pouco satisfeitos Insatisfeitos
- Não.

7ª – Se um projeto da Central (CASA APIS) não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitos outros associados e ADRSs, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

- Contribuiria com tempo e dinheiro
- Não contribuiria com tempo e dinheiro
- Não contribuiria com tempo, mas contribuiria com dinheiro
- Não contribuiria com dinheiro, mas contribuiria com tempo

8ª – Em relação aos amigos próximos que são associados às cooperativas filiadas à CASA APIS, quantos você tem atualmente? Essas pessoas são aquelas com quem você se sente à vontade, para conversar de assuntos relacionados à cadeia produtiva do mel ou chamar quando precisa de alguma ajuda.

- Nenhum
- De um até dois
- De três até quatro
- De cinco até seis
- Mais de seis (especifique): _____

9ª – Após a participação em algumas ações educativas realizadas por entidades parceiras da CASA APIS e os contatos interpessoais e troca de experiências durante os cursos, capacitações ou oficinas, qual é a possibilidade de que os ADRSs busquem o aprendizado e a ação coletiva como formas de fortalecimento dos processos de troca e de cooperação entre si?

- Muito provável
- Relativamente provável
- Nem provável, nem improvável
- Relativamente improvável
- Muito improvável.

10ª – Como ADRS, você considera que as ações educativas realizadas por entidades parceiras da CASA APIS e os contatos interpessoais e troca de experiências durante os cursos, capacitações ou oficinas, possibilitam aos associados da Central um aprendizado e a ação coletiva como formas de fortalecimento dos processos de troca e de cooperação?

- Muito provável
- Relativamente provável
- Nem provável, nem improvável
- Relativamente improvável
- Muito improvável.

APÊNDICE C – ENTREVISTA 1



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (ADRS)

Prezado (a) ADRS,

Este roteiro de entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS*”, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial das respostas obtidas nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as perguntas. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,

Ricardo Feitosa de Carvalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – ADRS

- 1ª** – Relate um pouco sobre sua experiência como ADRS de uma comunidade rural onde está localizada uma cooperativa associada à CASA APIS.
- 2ª** – Qual a sua concepção sobre o Projeto CASA APIS?
- 3ª** – Qual o nível de importância que você atribui à participação dos parceiros BB e SEBRAE-PI no trabalho de aplicação da metodologia DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (estratégia negocial do Banco do Brasil) nas capacitações, cursos ou oficinas de reciclagem dirigidas aos ADRSs?
- 4ª** – Na sua visão, como a atuação do BB/DRS e do SEBRAE-PI, através de ações de capacitação e articulação das bases produtivas tem contribuído para fomentar a cultura do cooperativismo no TD Vale do Guaribas e o fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) dos ADRSs e dos cooperados da CASA APIS?
- 5ª** – Na sua opinião, qual é a importância do trabalho de um ADRS na aplicação da metodologia DRS nos atendimentos e/ou orientações realizadas nas comunidades rurais dos associados da CASA APIS?
- 6ª** – Na sua visão, como a atuação dos ADRSs, tem contribuído para fomentar a

cultura do cooperativismo no TD Vale do Guaribas e o fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) dos cooperados da CASA APIS? Como ADRS, você se considera um líder na sua comunidade rural?

7ª – Após a implantação do CENTAPI e do Campus Picos do IFPI, qual é a sua expectativa em relação ao processo de inovação e de aprendizado dos ADRSs e dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

APÊNDICE D – ENTREVISTA 2



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRETOR GERAL DA CASA APIS

Prezado Diretor Geral da CASA APIS,

Este roteiro de entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS*”, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial das respostas obtidas nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as questões. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,

Ricardo Feitosa de Carvalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 – Diretor Geral da CASA APIS

1ª – Relate um pouco sobre sua experiência como Diretor Geral e membro de uma cooperativa associada à CASA APIS.

2ª – Qual a sua concepção sobre o Projeto CASA APIS?

3ª – Na sua visão, como a atuação do BB/DRS, através de ações de capacitação e articulação das bases produtivas tem contribuído para fomentar a cultura do cooperativismo no TD Vale do Guaribas e o fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) dos ADRSs e dos cooperados da CASA APIS?

4ª – Na sua opinião, como a atuação do SEBRAE-PI, através de ações de capacitação e articulação das bases produtivas tem contribuído para fomentar a cultura do cooperativismo no TD Vale do Guaribas e o fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) dos ADRSs e dos cooperados da CASA APIS?

5ª – Após a implantação do CENTAPI e do Campus Picos do IFPI, qual é a sua expectativa com relação ao processo de inovação e de aprendizado dos ADRSs e dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

APÊNDICE E – ENTREVISTA 3



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO **BANCO DO BRASIL**

Prezado (a) Representante do BB,

Este roteiro de entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS*”, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial das respostas obtidas nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as questões. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,
 Ricardo Feitosa de Carvalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3 – Representante do BB/DRS

1ª – Relate um pouco sobre sua experiência como representante de um órgão ou entidade parceira da CASA APIS.

2ª – Qual a sua concepção sobre o Projeto CASA APIS?

3ª – Na sua visão, como a atuação do BB/DRS tem contribuído para o fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) entre os ADRSs cooperados da CASA APIS?

4ª – No que se refere às ações implementadas pelo Programa BB/DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) na CASA APIS, como são desenvolvidos os cursos, capacitações ou oficinas sobre cooperativismo e associativismo e as palestras de sensibilização entre atores sociais vinculados à CASA APIS (produtores cooperados e ADRSs)? Já foi ministrado algum curso, capacitação ou

oficina sobre gestão estratégica de cooperativas na CASA APIS?

5ª – Como a metodologia DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (estratégia negocial do Banco do Brasil) é aplicada nos cursos, capacitações ou oficinas que têm como público-alvo os atores sociais vinculados à CASA APIS (produtores cooperados e ADRSs)?

6ª – Quais são os resultados da aplicação da metodologia DRS com os ADRSs da CASA APIS por entidades parceiras como o BB?

7ª – Qual é a importância das oficinas de reciclagem para os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) que atuam nas cooperativas filiadas à CASA APIS?

8ª – Como você avalia os resultados das ações educativas (cursos, oficinas e capacitações) executadas na CASA APIS na formação de capital social entre os ADRSs associados das cooperativas filiadas?

9ª – Como você avalia a influência dos ADRSs na formação e fortalecimento do capital social ('empoderamento') dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

10ª – Qual é a importância do trabalho do facilitador nas oficinas de reciclagem para os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) que atuam nas cooperativas filiadas à CASA APIS?

11ª – Como você avalia a incorporação ou implantação do conceito de tecnologia social nos eventos de capacitação realizados pelo BB na CASA APIS?

12ª – Com relação às ações educativas desenvolvidas na CASA APIS, como ocorre a parceria entre o BB/DRS e a ITES/UFPI (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da UFPI)? Existe alguma parceria entre o BB/DRS e o SEBRAE-PI, relacionada às ações educativas executadas na CASA APIS?

APÊNDICE F – ENTREVISTA 4



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE do **SEBRAE-PI**

Prezado (a) Representante do SEBRAE-PI,

Este roteiro de entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS*”, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial das respostas obtidas nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as questões. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,
 Ricardo Feitosa de Carvalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 4 – Representante do SEBRAE-PI

- 1ª** – Relate um pouco sobre sua experiência como representante de um órgão ou entidade parceira da CASA APIS.
- 2ª** – Qual a sua concepção sobre o Projeto CASA APIS?
- 3ª** – Na sua visão, como a atuação do SEBRAE-PI tem contribuído para o fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) entre os ADRSs cooperados da CASA APIS?
- 4ª** – No que se refere às ações implementadas pelo Programa SEBRAE de Redes Associativas na CASA APIS, como são desenvolvidos os cursos, capacitações ou oficinas sobre cooperativismo e associativismo e as palestras de sensibilização entre atores sociais vinculados à CASA APIS (produtores cooperados e ADRSs)? Já foi ministrado algum curso, capacitação ou oficina sobre gestão estratégica de cooperativas na CASA APIS?
- 5ª** – Qual é a metodologia utilizada nos cursos do Programa SEBRAE de Redes

Associativas na CASA APIS?

6ª – Como a metodologia DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (estratégia negocial do Banco do Brasil) é aplicada nos cursos, capacitações ou oficinas que têm como público-alvo os ADRSs cooperados da CASA APIS?

7ª – Quais são os resultados da aplicação da metodologia DRS com os ADRSs cooperados da CASA APIS por entidades parceiras como o SEBRAE-PI?

8ª – Qual é a importância em se trabalhar a ferramenta educacional ou kit educativo 'Juntos Somos Fortes – Agronegócio' nas capacitações dos cooperados da CASA APIS? Como esse kit educativo é trabalhado com os ADRSs associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

9ª – Como você avalia a incorporação ou implantação do conceito de tecnologia social nos eventos de capacitação realizados pelo SEBRAE-PI na CASA APIS?

10ª – Como você avalia os resultados das ações educativas (cursos, oficinas e capacitações) executadas na CASA APIS na formação de capital social entre os ADRSs associados das cooperativas filiadas?

11ª – Como você avalia a influência dos ADRSs na formação e fortalecimento do capital social ('empoderamento') dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

12ª – Com relação às ações educativas desenvolvidas na CASA APIS, como ocorre a parceria entre o SEBRAE-PI e o BB/DRS? Existe alguma parceria entre o SEBRAE-PI e a ITES/UFPI (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da UFPI), relacionada às ações educativas executadas na CASA APIS?

APÊNDICE G – ENTREVISTA 5



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM **FACILITADOR (A) / MODERADOR(A)** DA OFICINA DE RECICLAGEM ADRS

Prezado (a) Facilitador (a) / Moderador (a),

Este roteiro de entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI*”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial das respostas obtidas nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as questões. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,
 Ricardo Feitosa de Carvalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 5 – **Facilitador (a) / Moderador (a) da Oficina de Reciclagem ADRS**

1ª – Relate um pouco sobre sua experiência como facilitador (a) / moderador (a) das oficinas de reciclagem dos ADRSs que atuam nas comunidades rurais dos associados à CASA APIS.

2ª – Qual a sua concepção sobre o Projeto CASA APIS?

3ª – Como a metodologia DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (estratégia comercial do Banco do Brasil) é aplicada nos cursos, capacitações ou oficinas que têm como público-

alvo os ADRSs?

4ª – Na sua visão, como a atuação do facilitador / moderador das oficinas de reciclagem tem contribuído para despertar nos ADRSs a cultura do cooperativismo e a tomada de consciência acerca da necessidade de fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) dos ADRSs e dos cooperados da CASA APIS?

5ª – Como você avalia a influência dos ADRSs na formação e fortalecimento do capital social (*empoderamento*) dos associados às cooperativas filiadas à CASA APIS?

APÊNDICE H – ENTREVISTA 6



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA ITES/UFPI

Prezado (a) Representante da ITES/UFPI (Projeto de Comunicação e Mobilização Social da CASA APIS),

Este roteiro de entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS*”, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial das respostas obtidas nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as questões. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,
 Ricardo Feitosa de Carvalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 6 – Representante da ITES/UFPI

1ª – Relate um pouco sobre sua experiência como colaborador (a) do Projeto de Comunicação e Mobilização Social – Informe Cooperar, que atua junto à Central (CASA APIS).

2ª – Qual a sua concepção sobre o Projeto CASA APIS?

3ª – Na sua visão, como a atuação da ITES/UFPI tem contribuído para o fortalecimento do capital social (“*empoderamento*”) dos ADRSs cooperados da CASA APIS?

4ª – Na sua visão, como a atuação do Programa de Comunicação e Mobilização tem contribuído para despertar a cultura do cooperativismo e a tomada de consciência acerca da necessidade de fortalecimento do capital social (*'empoderamento'*) dos ADRSs e dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

5ª – No que se refere às ações desenvolvidas pelo Programa Desenvolvimento Regional Sustentável (BB/DRS) na CASA APIS, como ocorre a participação da ITES/UFPI nos cursos, capacitações ou oficinas sobre cooperativismo e associativismo e nas palestras de sensibilização entre atores sociais vinculados à CASA APIS (produtores cooperados e ADRSs)?

6ª – Na sua visão, quais são os principais resultados da aplicação da metodologia DRS com os ADRSs da CASA APIS?

7ª – Qual é a importância do trabalho do membro do projeto de comunicação e mobilização social nas oficinas de reciclagem para os agentes de desenvolvimento regional sustentável (ADRSs) que atuam nas cooperativas filiadas à CASA APIS?

8ª – Como você avalia os resultados das ações educativas (cursos, oficinas e capacitações) executadas na CASA APIS na formação de capital social entre os ADRSs associados das cooperativas filiadas?

9ª – Como você avalia a influência dos ADRSs na formação e fortalecimento do capital social (*'empoderamento'*) dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

APÊNDICE I – ENTREVISTA 7



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisa: A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO IFPI

Prezado (a) Representante do IFPI,

Este roteiro de entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “*A formação de capital social entre os agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS*”, localizadas no território de desenvolvimento Vale do Guaribas-PI”, desenvolvido pelo mestrando Ricardo Feitosa de Carvalho, que se compromete na utilização confidencial das respostas obtidas nesse instrumento de pesquisa, preservando a identidade do respondente. Portanto, sua identificação é opcional.

Solicitamos a máxima atenção antes de responder as questões. Desde já, agradecemos por sua valiosa colaboração.

Atenciosamente,
 Ricardo Feitosa de Carvalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 7 – Representante do IFPI

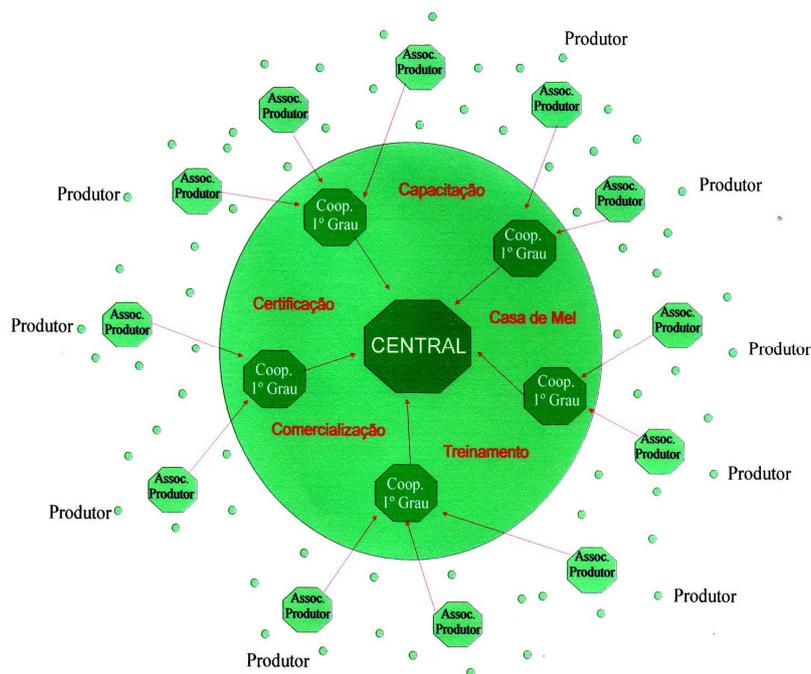
- 1ª** – Relate um pouco sobre sua expectativa como representante de uma instituição de ensino localizada no entorno da CASA APIS.
- 2ª** – Qual a sua concepção sobre o Projeto CASA APIS?
- 3ª** – Na sua visão, como a atuação do IFPI tem contribuído para o fortalecimento do empreendimento econômico solidário da CASA APIS?
- 4ª** – Com relação às ações educativas de formação profissional e inovação tecnológica (cursos, oficinas, capacitações, atividades de extensão, estágios, geração e difusão de tecnologias), existe alguma parceria entre o IFPI e a CASA APIS?
- 5ª** – Quais são as perspectivas a respeito dos resultados de ações educativas (cursos, oficinas e capacitações) a serem executadas pelo IFPI na CASA APIS e sua influência na formação e fortalecimento do capital social (*‘empoderamento’*) dos associados das cooperativas filiadas à CASA APIS?

ANEXOS

ANEXO A – Logomarca da CASA APIS

Fonte: arquivo da CASA APIS

ANEXO B – Participação das associações de produtores e das cooperativas apícolas na estrutura da CASA APIS: principais atividades desenvolvidas



Fonte: arquivo da CASA APIS